



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM
SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS**

ARIADNE MARIA RIOS RIBEIRO OLIVEIRA

**SER NEGRA E NEGRO EM FORTALEZA/CEARÁ: UMA ANÁLISE
INTERDISCIPLINAR SOBRE DESIGUALDADE SOCIORACIAL E
SOCIOBIODIVERSIDADE**

**REDENÇÃO – CEARÁ
2019**

ARIADNE MARIA RIOS RIBEIRO OLIVEIRA

SER NEGRA E NEGRO EM FORTALEZA/CEARÁ: UMA ANÁLISE
INTERDISCIPLINAR SOBRE DESIGUALDADE SOCIORACIAL E
SOCIOBIODIVERSIDADE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – MASTS, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologia Sustentáveis.

Área de Pesquisa: Sociobiodiversidade e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Mendes Tavares.

Co-Orientadora: Profa. Dra. Vera Rodrigues.

REDENÇÃO – CEARÁ

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Rios, Ariadne Maria Ribeiro Oliveira.

R453s

Ser negra e negro em Fortaleza/Ceará: uma análise interdisciplinar sobre desigualdade sociorracial e sociobiodiversidade / Ariadne Maria Rios Ribeiro Oliveira. - Redenção, 2019.
162f: il.

Dissertação - Curso de Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Acadêmico Em Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Mendes Tavares.
Coorientadora: Profa. Dra. Vera Rodrigues.

1. Negros. 2. Desigualdades sociorraciais. 3. Sociobiodiversidade. 4. Re-existências Negras. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 981.22

ARIADNE MARIA RIOS RIBEIRO OLIVEIRA

**SER NEGRA E NEGRO EM FORTALEZA/CEARÁ: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR SOBRE
DESIGUALDADES SOCIORACIAL E SOCIOBIODIVERSIDADE.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

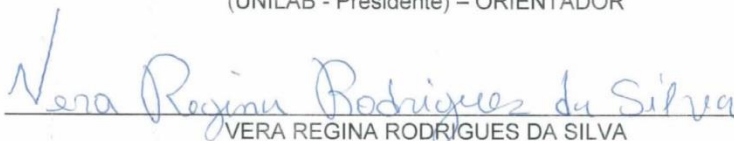
Aprovada em: 30/08/2019

BANCA EXAMINADORA



CARLOS MENDES TAVARES

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB - Presidente) – ORIENTADOR




VERA REGINA RODRIGUES DA SILVA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB – Examinadora Externa ao Programa) - COORIENTADORA



ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB – Examinadora Externa ao Programa)



MÁRIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA

Universidade Estadual do Ceará
(UECE - Examinadora Externa à Instituição)

À Mallu Rios Ribeiro Oliveira, minha filha, todo meu carinho e amor é por você. O ser mãe para mim é saber, ver e reconhecer o quanto minhas ancestrais (vó e mãe) fizeram do amor para educar seus e suas filhas (os), sendo a educação o papel primordial para seguir vivendo. Meu amor por ti será eterno.

À Família Rios e Família Ribeiro Oliveira, pelos ensinamentos, força e aprendizados que são o porquê de eu estar aqui hoje, por causa de um passado que foi e sempre esteve presente.

À minha avó Silvia Fernandes Alves (in memorian), à minha mãe Maria da Graças Alves Rios (in memorian) e à meu pai Nicolau Carlos Rios (in memorian), vocês são a razão de tudo isso. “Eu sou porque nós somos”.

AGRADECIMENTOS

Deus, Deuses, Santos e Orixás, seja qual for nossa fé, o respeito é por todos. E esse agradecimento é para aqueles (as) que de alguma forma cultivam à fé por pessoas aqui em nossa Terra, que estão em busca do viver eternamente. Amém para quem é de Amém. Axé para quem é de Axé.

Agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), pelo apoio e oportunidade que agarrei com as duas mãos ao ser selecionada para vivenciar novamente o mundo acadêmico e profissional de ser pesquisadora.

Marido, Companheiro, Esposo, Doutor, Professor, Amor, Namorado, Amigo, Evaldo Ribeiro Oliveira, obrigada por fazer parte de minhas vivências, obrigada por sonhar junto comigo um sonho, obrigada pela paciência, por respeitar as noites acordadas. A Sinceridade, o respeito, a verdade, o olhar do Todo e também do momento. Obrigada. Você sabe, mas não canso em dizer que amo você meu Preto. “Por onde for, quero ser seu par”.

Antropóloga, Doutora Professora Vera Rodrigues, minha mais que Coorientadora. Nunca lhe disse isso, mas ao te conhecer olhei para o além e em pensamentos agradei à minhas ancestrais (mãe e vó), pois ali à minha frente estava uma mulher negra em quem eu poderia me referenciar. Sim, você foi e sempre será minha referência. Nunca ficou tão óbvio para mim o termo: Representatividade importa e muito. Você me representa em todos os sentidos. As palavras de orientação, o profissionalismo, o respeito, a parceria, a dignidade e a confiança. Digo-lhe obrigada; a gratidão será eterna.

Professor Doutor Carlos Mendes Tavares, quando dizem que alguém faz parte da família, para mim, fundamenta-se em ser alguém especial, em ser amigo, irmão, parceiro. Você fundamenta tudo isso em minha vida. Orientador, você foi a pessoa que acreditou no meu potencial e sonhou junto comigo o desejo de ser uma pesquisadora, profissional e acadêmica negra. Os caminhos percorridos, os obstáculos, as direções estiveram ali e você sempre me direcionando para o além. Já te disse e continuo a dizer... “Como agradecer”. Meu muito obrigada.

À banca presente, em nome da Professora Doutora Zelma Madeira e Professora Doutora Rosalina Semedo de Andrade Tavares, mulheres negras no poder são vocês duas. Dignas de respeito, de aplausos e “aplousos em pé”, aquelas que sabem o que falam. Quando ouvi a frase: “O lugar de fala”, para mim vocês representam esse Lugar. Nunca nos calarão, com vocês por perto ou longe, pois sabem o que falam; os argumentos, as frases, as falas, as vozes, representam o que muitas mulheres negras, e me incluo nessa representação, que ao olhar em cada uma o

orgulho é instantâneo, é imenso. Obrigada pela conduta e pelo convite em participar desse momento importante de minha vida.

À “Rede de Mulheres Negras do Ceará”, todas vocês são mulheres negras de quem sinto muito orgulho, muita gratidão, muito respeito e companheirismo. Obrigada por fazerem parte da minha vida. Obrigada pelo carinho em me receber no Ceará. Gratidão será eterna.

À “Mulheres Negras Resistem” de Fortaleza, cada uma é fonte de inspiração. Cada sábado com vocês foram e são momentos de cuidado, respeito, admiração, conhecimento, informação, fortalecimento e cura. Cuidamos umas das outras, acolhemos umas às outras, abraçamos e choramos. Vocês me ensinaram que não devemos ser sempre fortes, que podemos sim chorar, e reconhecer que cada caída é um impulso para irmos mais longe. Vocês sempre irão longe, irão voar. Obrigada sempre.

Às companheiras: Regiane Martimiano, Tassiane Espíndola, Sabrina Lima, Vanessa Costa, Lidiane Bezerra, Nete Cavalcante, Laisa Nunes, Adriana Athaide, Jussara Oliveira, Juliana Albertine, Milegna Angelim, Simone Silva e Karla Marques. Se eu puder dizer se construí uma amizade em Fortaleza/Ceará, digo que vocês são e fizeram parte dela. Foram cafés, festas, encontros e desencontros, nas manhãs, tardes e noites. Quero deixar escuro que todas vocês têm um pedacinho especial no meu coração. Obrigada.

Às mulheres negras de Luta, ativismo, às Intelectuais Negras: Mona Lisa Silva, Regilene Alves, Ana Cristina, Lara Silva, Franciane Oliveira, Jéssica Silva, Rayane Vieira, Luciana Lindenmeyer, Sarah Menezes, Patrícia Oliveira, Daysiane Gomes, Daniele Teotônio, Dala Djop, Valéria Santos, Elissânia Oliveira, cada uma é especial. Agradeço à amizade e o carinho. Uma lágrima cai por saber que existem pessoas tão fundamentais para nossa vivência enquanto e como mulher negra. Gratidão eterna amigas.

À família Rios: Aurea, Ari, Aurélia, Aureo, Alan, Alana, Atila (in memorian), Ariel, Ariana, Arian, Aran, Adams, Avila e sobrinhas (os): Luan, Iasmim, Rian e Maria Eduarda; vocês são orgulho da minha vida. Vocês sabem que amo todas e todos, e é muito. Estamos distanciados fisicamente, mas nossas almas, falas e olhares estão presentes a todo momento. Nossos laços irão além do sangue, serão para a eternidade. Choro, mas de felicidade. Irmãs e irmãos podem comemorar, mais uma Negra Pós-Graduada na família. Esse título é para vocês.

RESUMO

A presente dissertação “Ser negra e negro em Fortaleza/Ceará: uma análise interdisciplinar sobre desigualdades sociorraciais e sociobiodiversidade”, objetivou analisar duas dimensões da vida de ser negra (o) na capital cearense: a primeira, que relaciona as desigualdades presentes entre negros (as) e não negros (as) na cidade; e a segunda, que mostrará a relação da sociobiodiversidade entre a população negra do município. Para tanto, as metodologias descritiva e quali-quantitativa foram aplicadas no intuito de, além da busca dos números que representam à presente população negra, aprofundarmos nas desigualdades sociorraciais que interferem e diferenciam uma população da outra, partindo de uma abordagem macro (Brasil) para o micro (Fortaleza). Corroboramos com a relação da sociobiodiversidade da população fortalezense, na qual percorremos sobre a ancestralidade dessa população, como as religiões matrizes africanas e afro-brasileiras. Por fim, destacamos a Re-existência negra em Fortaleza, apontamos os grupos, as articulações e os movimentos de mulheres negras que estão resistindo e existindo frente ao racismo e a invisibilidade que a população negra vivencia. Esta pesquisa referencia para a contribuição com os dados apresentados, que sim, negros e negras são e estão presentes no estado cearense e, especificamente, na capital. Ser negra e negro em Fortaleza é uma tarefa árdua, pois estamos, de acordo com os dados apresentados ao longo do estudo, em situações de desigualdade sociorracial; mas também em resistências, devido às lutas diárias, seja para sobreviver, seja para movimentar-se em busca de uma sociedade melhor.

Palavras Chaves: População Negra. Desigualdades Sociorraciais. Sociobiodiversidade. Re-Existências Negras.

ABSTRACT

The present dissertation: Being black in Fortaleza / Ceará: an interdisciplinary analysis on socioracial inequalities and sociobiodiversity, analyzing two dimensions of the life of being black in the capital of Ceará. The first relates the inequalities present between blacks and non-blacks in the city and the second that will show the relationship of sociobiodiversity among this black population. To this end, the descriptive and qualitative and quantitative methodology were applied, in addition to the search for the numbers that represent the present black population, we deepened the socio-racial inequalities that interferes and differentiates one population from another, starting from a macro approach. (Brazil), for the micro (Fortaleza). We corroborate the relation of the sociobiodiversity of the Fortaleza population, in which we covered the ancestry of this population, such as the African and Afro-Brazilian mother religions. Finally, we highlight the Black Existence in Fortaleza, we will point out the groups, the articulations, the movements of black women, who are resisting and existing in the face of racism, the invisibility that the black population suffers. We also conducted interviews with black people in order to know their realities (experiences) of being black in the city. This research, reference for the contribution of the data presented, yes, black and black are and are present in the state of Ceará, and specifically in the capital. Being black and black in Fortaleza is an arduous task, as we are, according to the data presented throughout the study, in situations of socioracial inequality, but also of resistance, due to daily struggles, either to survive or to move around. looking for a better.

Keywords: Black Population. Socio-racial Inequalities. Socio-biodiversity. Existence and Black Resistances.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (FIGURAS)

Figura 1	- Mapa das Regionais de Fortaleza.....	31
Figura 2	- Mapa das Regionais de Fortaleza (SER I).....	32
Figura 3	- Mapa das Regionais de Fortaleza (Regional Centro).....	33
Figura 4	- Mapa das Regionais de Fortaleza (SER II).....	34
Figura 5	- Mapa das Regionais de Fortaleza (SER III).....	35
Figura 6	- Mapa das Regionais de Fortaleza (SER IV).....	36
Figura 7	- Mapa das Regionais de Fortaleza (SER V).....	37
Figura 8	- Mapa das Regionais de Fortaleza (SER VI).....	38
Figura 9	- Tela Tema: “Redenção de Cam”.....	69
Figura 10	- Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais.....	83
Figura 11	- I Encontro Nacional da Mulher Negra.....	116
Figura 12	- I Encontro Nacional da Mulher Negra.....	118
Figura 13	- Imagem Mulheres Negras Resistem e NUAFRO.....	132
Figura 14	- Carta Convite de Lançamento da Rede de Mulheres Negras do Ceará.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- População de 5 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça.....	39
Tabela 2	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. SER I – (todas populações) – Fortaleza/Ceará (2010)	40
Tabela 3	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER I) – (populações negra e branca) – Fortaleza/Ceará (2010).....	42
Tabela 4	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER II) – (todas populações) – Fortaleza/Ceará (2010).....	43
Tabela 5	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização (SER II) – (populações negra e branca) – Fortaleza/Ceará (2010).....	44
Tabela 6	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER III) – (todas populações) – Fortaleza/Ceará (2010).....	45
Tabela 7	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização (SER III) – (populações negra e branca) – Fortaleza/Ceará (2010).....	46
Tabela 8	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER IV) – (todas populações) – Fortaleza/Ceará (2010).....	47
Tabela 9	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização (SER IV) – (populações negra e branca) – Fortaleza/Ceará (2010).....	48
Tabela 10	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER V) – (todas populações) – Fortaleza/Ceará (2010).....	49
Tabela 11	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização (SER V) – (populações negra e branca) – Fortaleza/Ceará (2010).....	50

Tabela 12	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER VI) – (todas populações) – Fortaleza/Ceará (2010).....	51
Tabela 13	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER VI) – (populações negra e branca) – Fortaleza/Ceará (2010).....	53
Tabela 14	- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER CENTRO) – (populações negra e branca) – Fortaleza/Ceará (2010).....	54
Tabela 15	- Desenvolvimento Humano por Bairro em Fortaleza (2014).....	55
Tabela 16	- Distribuição dos bairros mais populosos de Fortaleza/CE (2010).....	88
Tabela 17	- Bairros com maior adensamento populacional em Fortaleza/CE (2010).....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comunidades Quilombolas de Caucaia – Região Metropolitana de Fortaleza/Ceará.....	97
----------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Percentual de grupos raciais de acordo com a autodeclaração	75
Gráfico 2	- Distribuição racial por níveis de escolaridade (2016)	76
Gráfico 3	- Média dos anos de escolaridade por raça/cor (2016)	76
Gráfico 4	- Média da renda domiciliar per capita por raça/cor e gênero no Brasil entre 2011 e 2016	77
Gráfico 5	- Distribuição racial por agregados de categorias ocupacionais no Brasil	78
Gráfico 6	- Média da renda domiciliar per capita por raça/cor e classe social em 2016 (reais)	79
Gráfico 7	- Distribuição da população, por raça/cor e gênero no Brasil entre 2012 e 2016 (PNAD – C)	81
Gráfico 8	- Distribuição da população Brasileira (%), por cor ou raça	82
Gráfico 9	- Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	84
Gráfico 10	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – (PNAD-C) – Periodicidade da divulgação: anual – População de Fortaleza (mil pessoas)	86
Gráfico 11	- Taxas de homicídios de negros e não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017)	120
Gráfico 12	- Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas Unidades Federativas (UFs) - (2017)	122
Gráfico 13	- Gráfico 13: Evolução da Taxa de Homicídios femininos no Brasil por raça/cor (2007-2017)	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCBJ	Centro Cultural do Bom Jardim
CCVH	Centro de Cidadania e Valorização Humana
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CEPPIR	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COPENE	Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros
CF	Constituição Federal
CUCA	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
EaD	Educação a Distância
ENMN	Encontro Nacional de Mulheres Negras
ENMN +30	Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos
EGC	Espaço Geração Cidadão
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNARTE	Fundação Nacional da Arte
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GBJ	Grande Bom Jardim
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
GNT	Grupo Nóis de Teatro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-B	Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAP	Jovens Agentes de Paz
NUAFRO	Laboratório de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família
MASTS	Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologia Sustentáveis
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNR	Mulheres Negras Resistem
NACE	Núcleo das Africanidades Cearenses
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNAD-C	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios-Contínua
PMS	Plano Municipal de Saúde
PMSF	Plano Municipal de Saúde de Fortaleza
PNE	Plano Nacional da Educação
PNPPS	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas
RDLIS	Rede de Desenvolvimento Local, Integral e Sustentável
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
SEPPIR	Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SER	Secretaria Executiva Regionais
SEUMA	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automatizada
UFs	Unidades Federativas
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC	Universidade do Federal do Ceará
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O MUNICÍPIO DE FORTALEZA: EXISTE NEGRA (O) SIM! DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA EM FORTALEZA/CEARÁ.	28
1.1 A COR DESSA CIDADE SOMOS NÓS? UM RETRATO DA CIDADE E DA POPULAÇÃO NEGRA	29
1.1.1 As Secretaria Executivas Regionais (SER): dados que apontam a população negra e branca	39
1.2 O QUE DIZEM OS DADOS SOBRE SER NEGRO (A) EM FORTALEZA?.....	54
2 DESIGUALDADES SOCIORRACIAIS: NEGRAS (OS) E BRANCAS (OS) EM FORTALEZA	65
2.1 BRASIL: O QUE DIZEM OS DADOS DA PNAD SOBRE DESIGUALDADE SOCIORRACIAL.....	74
2.2 CEARÁ: O QUE DIZEM OS DADOS DA PNAD SOBRE DESIGUALDADE SOCIORRACIAL.....	80
3 SOCIOBIODIVERSIDADE E POPULAÇÃO NEGRA EM FORTALEZA	91
3.1 POVOS DE TERREIRO NA TERRA DO SOL: MAPEAMENTO/APRESENTAÇÃO SOBRE A RELIGIÃO DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA EM FORTALEZA	100
3.2 DADOS SOBRE O RACISMO RELIGIOSO E RESISTÊNCIA EM FORTALEZA: OS ATAQUES AOS TERREIROS; A RESISTÊNCIA	103
4 REEXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA NEGRA EM FORTALEZA	115
4.1 MULHERES NEGRAS RESISTEM (MNR)	123
4.1.1 Módulos Mulheres Negras Resistem: Processo Formativo Teórico	126
4.2 REDE DE MULHERES NEGRAS DO CEARÁ	133
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	147
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

Esta dissertação emerge no contexto no qual estou inserida, enquanto mulher negra, pesquisadora acadêmica, mãe, ativista e militante, vivendo e resistindo à toda a invisibilidade no estado do Ceará, e principalmente sua capital, que nega a presença da população negra fortalezense.

Especialista em Gestão Pública e Bacharelada em Administração, parto da experiência e vivência do trabalho, cuja experiência ultrapassa os dez anos, iniciando como auxiliar de escritório e prolongando à gerência administrativa. Sendo essa minha trajetória de vida profissional, prevalecia nessas condições de encarar as oito horas diárias dentro de uma empresa multinacional e as outras horas restantes dividiam-se em cursos preparatórios, leituras, reuniões familiares e lazer.

Como pesquisadora e bacharelada em Administração, a rotina de trabalhar e estudar na minha trajetória de vida era constante e o trabalho em empresas privadas era o que estava em meu objetivo na cidade interiorana do estado de São Paulo. Nesse momento, as leituras e conhecimentos prevaleciam na faculdade e cursos de aperfeiçoamento; o cansaço do dia-a-dia do trabalho e o término da noite nos estudos acadêmicos, não me despertava a ir além da realidade profissional, ou seja, apenas trabalhar.

Natural de Rio Claro/São Paulo, foi nesse município onde nasci e vivi durante meus primeiros trintas anos de vida. Costumo dizer que cada década no meu crescimento enquanto ser humano tem algo a ser apontado, pois houve fatos que aconteceram nesse desenvolvimento que marcaram minha consciência para a vida toda. Em torno dos quinze anos de idade, primeira década, o fato que marcou em minha vida, o qual intitulo “in memoriam Dona Silvia Fernandes”, minha vó materna que, como a segunda mãe, ficava com todas (os) netas (os), enquanto mamãe e papai trabalhavam. Hoje, se aprendi a ter amor às pessoas, ter os princípios da educação, “o fazeres da casa”, como ela costumava dizer, e o saber das nossas posições de mulheres, com argumentos para o mundo afora, foi com os aprendizados da vovó.

Outro momento que marca a minha trajetória, intitulo “in memoriam a Dona Maria da Graça Alves Rios”, devido a passagem para o mundo dos antepassados, minha mãe, mulher negra, que durante toda sua vida foi a mulher trabalhadora, amada por todos e todas que conheceram; e o mais importante, a mãe leoa de todos os seus 14 filhos (as). Os olhos enchem d’água ao lembrar.

Essas mulheres que, enquanto estavam conosco aqui nessa terra, com toda certeza, mostraram e ensinaram as suas “cinco meninas” que jamais devemos baixar a cabeça perante a

dificuldade da vida; somente assim, as encarando de frente, seguiríamos o caminho vendo a direção correta a ser seguida. “Portanto meninas, sempre de cabeça alta, nada de andar de cabeça baixa por aí, encare de frente o trajeto do dia-a-dia” – dizia mamãe, Maria da Graça.

E assim, finalizo essas lembranças das mulheres que estão juntas aos seres divinos, guiando-me em todo meu caminho de vida.

Com vinte e um anos de vida, outro momento importante, intitulado “in memoriam ao Nicolau Carlos Rios”. Meu pai foi a pessoa que, assim como vovó e mamãe, partiu para outra vida. Até os dias que precisou ficar de repouso seja no hospital, seja em casa, pois “a diabete” foi avançando cada vez mais em todo seu corpo, ele dizia aos 14 filhos (as) que o caminho dos estudos era o único para o sucesso na vida. Mesmo com toda amargura que a vida nos mostrava, com a ausência de nossa mãe, meu pai foi aquele que nos mostrou o contrário, preenchendo com todo amor e carinho esse vazio. Fez que todas (os) nós, irmãs e irmãos, terminassem o ensino médio, incentivando para continuarmos no ensino superior, pois sempre frisava que estudando e tendo graduação, nós como pessoas negras, estaríamos vencendo uma parcela da luta que o racismo nos proporciona perante a vida.

Dona Silvia Fernandes Alves, Dona Maria das Graças Alves Rios e Seu Nicolau Carlos Rios, com toda a certeza são meus ancestrais, que sempre nos guiou e continuará guiando; digo assim no plural, pois falo em nome dos meus irmãos e irmãs, sendo cinco mulheres e oito homens, que seguimos no caminho da educação, dos estudos e do amor entre nós familiares. Costumamos dizer que somos a Família Rios de Rio Claro/SP, família essa que levo comigo em alma e coração, com todo o respeito e amor.

Tais passagens são importantes, não para demonstrar ressentimento ou amargura, mas para apontar e demarcar o meu lugar de fala, a posição de mundo, pois é a partir destas histórias da minha vida que me constituo como pessoa, mulher negra e pesquisadora. A memória, segundo Cantuário apud Pollak (2009 *apud* 1992, p. 45-46), “é um fenômeno construído, de modo consciente ou inconsciente. O que a memória grava, recalca, exclui ou relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.”

Atualmente, morando em Fortaleza/Ceará, vivencio aqui a trigésima década dos meus anos de vida. Como mãe de Mallu e esposa de Evaldo, construo a minha família, saio da região sudeste e mudo para o nordeste, em função das trajetórias profissionais e conquistas que alcançamos, planejando um futuro para nós três.

Deixo no interior de São Paulo minhas vivências profissionais, que sempre estarão comigo em experiência para os dias atuais; e meus familiares, principalmente meus irmãos e irmãs, a quem em pensamentos tenho enorme gratidão e amor.

Destino da vida e da relação familiar me fez escolher o Ceará, na capital Fortaleza, para mergulhar em uma rotina de conhecimento e novo mundo, em especial o acadêmico. Assim presencio o ativismo e faço como militância política de mundo e vida o ser mulher negra nessa cidade.

Ao fazer esta mudança de destino, opto por retomar um sonho antigo e presente de realizar a pós-graduação, em especial, em uma universidade pública, pois queria ir além daquela vida de administrar uma empresa multinacional. Os meses de maternidade despertara o retorno à vida acadêmica. E nesse retorno, a especialização em Gestão Pública, cursada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no ano de 2017, na modalidade Educação a Distância (EAD), foi o ponta pé inicial, pois a construção da monografia “Políticas públicas para negros (as) em Fortaleza/Ceará”, como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão Pública, levou-me como pesquisadora a seguir nessa trajetória de pesquisar sobre a invisibilidade da população negra fortalezense.

Retomar os estudos acadêmicos, além de objetivo pessoal, era também uma forma de contribuir com a sociedade em que vivo, neste caso a cidade de Fortaleza; ou melhor, contribuir com a população negra da cidade. Tal importância foi evidenciada durante o processo seletivo para o mestrado, em que uma das pessoas da banca me indagou sobre porque essa pesquisa era importante para a universidade. A resposta foi imediata: precisamos dar evidência para a presença de negros (as) em Fortaleza/Ceará e, para além disso, existem dados estatísticos que comprovam essa afirmação e eu irei atrás deles, para evidenciá-los, pois a invisibilidade à população negra é enorme.

Tal ação é importante, pois, não só em Fortaleza, como em outras cidades do Brasil, porque não dizer em todo o mundo fora da África, “[...] desde a época colonial, sacamos a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados” (GONZALES E HASENBALG, 1982, p. 15). Os autores evidenciam a divisão racial dos espaços na sociedade, pontuando que “da casa grande a moradias espaçosas, com grandes sobrados e belos edifícios, estão e vivem o grupo branco dominante e das senzalas à favelas, cortiços, periferias, é o lugar do negro” (GONZALES e HASENBALG, 1982, p. 15).

Informações importantes ditas pelos dois pesquisadores acima estão presentes atualmente na cidade de Fortaleza, “a terra da luz”, como é chamada pelos fortalezenses. É visível essa divisão racial do espaço; os edifícios enormes, as casas amplas e espaçosas, como

observado ao caminhar nas proximidades da Praia de Iracema, nos bairros que estão localizados na SER II¹, como exemplo dos bairros Meireles, Aldeota e Dionísio Torres.

Entre meios e cantos, estão as casas amontoadas, favelas, vilas e cubículos das famílias, em sua maioria sendo a população negra, presentes nos bairros que vão moldar a cidade; situo como exemplos os bairros Presidente Vargas, Conjunto Ceará, Canindezinho. Também nos bairros ditos “nobres”, como Aldeota e Meireles, há cortiços e casas amontoadas, sendo locais em que populações negras vivem em situações vulneráveis na cidade². Nessas regiões, a divisão de espaço e as desigualdades raciais, que Gonzales e Hasenbalg trouxeram em 1982, há mais de três décadas atrás, ainda são presentes em diversos espaços, bem como na capital cearense.

Os capítulos desenvolvidos nessa dissertação são fruto de uma inquietação, de que constantemente o racismo e atos racistas são apontados pela população branca fortalezense que insiste em dizer que nesta cidade não há negros e negras. E os eufemismos, como “morena (o), mulata (o), resultantes do processo de miscigenação do mito da democracia racial, irão apontar o trabalho desenvolvido por Madeira (2018, on-line.), que relata o “fenômeno da pardalização no Ceará”³, fundamentando os artifícios que negam a “influência africana no estado”.

Sem embargo, apontamos que as metodologias da pesquisa “constituem como instrumentos básicos que (...) traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso, para alcançar um objetivo”. Mais do que isto, a metodologia da dissertação é o “estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa” (ZANELLA, 2012, p. 96 *apud* FERRARI, 1982, p. 24),

Nesse sentido, realizar esta pesquisa é uma forma de dar visibilidade as desigualdades sociorraciais presente nos bairros de Fortaleza, pois, de acordo com Zanella (2012, p. 95), “a pesquisa visa essencialmente a produção de novo conhecimento e tem a finalidade de buscar respostas a problemas e indagações teóricas e práticas” em nosso mundo.

¹ As divisões das Regionais de Fortaleza serão desenvolvidas nas explicações dos capítulos I e II.

² “Na medida em que categorias ocupacionais utilizadas em divisão técnicas (de espaço territorial), não podem ser identificadas como as posições das classes, ou seja, pessoas no mesmo grupo ocupacional podem, de fato, estar em diferentes posições da estrutura de classes” (HASENBALG, 2005, p. 212).

³ O Ceará apresenta 61,88% de pardos e 4,65% de pretos, correspondendo a 67% de negros/as do total da população (IBGE, 2018). O fenômeno da pardalização se destaca na autoafirmação dos cearenses e apresenta o pardo como coringa para a indefinição. É, ainda, revelador de um passado que promoveu o discurso da inexistência de negros/as no Estado, gerando sua invisibilidade e negando a influência das raízes africanas na cultura. Acrescem visões estereotipadas da população negra como não civilizada, detentora de uma suposta inferioridade, como expressão do atraso que reproduz “coisa de preto” como algo negativo e contrário ao progresso (MADEIRA, 2018). Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/11/zelma-madeira-resistencia-negra-por-um-ceara-sem-racismo.html>.

Deste modo, as metodologias descritiva e quali-quantitativa foram aplicadas, no intuito de, além da busca dos números que representam à presente população negra, aprofundarmos o debate nas desigualdades sociorraciais que interferem e diferenciam uma população da outra, partindo de uma abordagem macro (Brasil) para o micro (Fortaleza). Ela agrega a qualidade da informação, indo além do dado imediato com a mensuração dos dados”, (SEVERINO, 2007). Sigo com o tipo de pesquisa descritiva, pois “os fatos são delineados, analisados, observados e registrados”, realizando com o método de procedimento bibliográfico, tendo como base as fontes secundárias, pesquisadas em livros, documentos, artigos e sites. Cabe destacar que, de acordo com Zanella (2012, p. 96), “as pesquisas qualitativa e quantitativa são complementares uma à outra, podendo ser utilizadas em uma mesma análise”.

Cabe aplicar que partimos da perspectiva de que:

[...] a pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis. E a pesquisa qualitativa: tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave: os estudos qualitativos têm como preocupação o mundo empírico em seu ambiente natural, (...) buscando compreender os fenômenos básico da pesquisa a partir do ponto de vista dos participantes. (ZANELLA *apud* BOGDAN, 2012, p. 73)

Esse procedimento quali-quantitativo tem um papel significativo na pesquisa, pois é representado por números e compreensões que obtém os objetivos propostos e a quantificação dos resultados.

Para ir além dos resultados e conhecer a perspectiva do ser negra e negro em Fortaleza fizemos dois tipos de entrevistas, com objetivos diferentes, com pessoas negras que vivem na cidade. As entrevistas apresentadas no primeiro capítulo foram direcionadas à duas pessoas que moram no Bairro Bom Jardim; estas nos informaram suas vivências dentro do bairro e, para além disso, as ações de políticas públicas e coletivos que existem naquela região. No quarto capítulo, as entrevistas são com mulheres negras que relatam além de suas vivências, mas também suas resistências do ser negra em Fortaleza/Ceará, sendo de suma importância afirmar que sim, existem negras (os) na cidade.

Salientamos que o tipo de entrevista instrumental foi feita de forma individual, sendo ela descritiva, na qual as pessoas entrevistadas responderam as seguintes perguntas: nome completo, idade, atuação profissional, raça que pertence, como você a (o) entrevistada (o) vê a população negra do seu bairro ou de Fortaleza e como se insere nela. Destacamos que apresentaremos as falas na sua integralidade, por avaliarmos que a sua totalidade é de fundamental importância para a referida pesquisa.

Para analisar as condições de vida da população negra em relação à população branca, “o tema das desigualdades raciais é importante, porque busca uma compreensão dos mecanismos, sutis ou abertos, existentes na sociedade, fatores que fariam com que negros e brancos tivessem desiguais oportunidades” em diversos tipos de categorias como na saúde, no trabalho, educação, etc., (PAIXÃO, 2003, p. 135).

Portanto, descrevemos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e PNAD-Contínua, dentro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), assim como os dados do Censo Demográfico de 2010 e outras pesquisas estatísticas, a partir das categorias de cor e raça, as quais foram as utilizadas na coleta dos dados, assim como nos objetos de estudo, em que se buscou compreender a população negra fortalezense no que tange à educação, ao trabalho, saúde, rendimento e habitação, entre outras categorias.

Como fonte principal, encontramos na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), a importância que tem a divulgação dos dados referentes à população brasileira; portanto, abaixo será esboçado um histórico da PNAD e o que ela representa para a sociedade do país.

Cabe lembrar que, no ano de 1967, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), realizou a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), com publicações trimestrais, porém tal ação se encerrou após três anos, parando em 1970.

As paradas ocorriam para a realização do Censo Demográfico, que é composto por dados estatísticos publicados a cada década e com referências sobre a quantidade de homens, mulheres, crianças e idosos, sobre onde e como vivem nas regiões brasileiras.

A partir de 1971, os dados que foram investigados pela PNAD, passaram a ser divulgados anualmente; um dos pontos do período histórico é informado conforme indicação abaixo:

[...] a partir de 1971, os levantamentos da PNAD passaram a ser anuais, sendo interrompidos nos anos de realização dos Censos Demográficos. Em 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF. (...) ao longo do tempo, a PNAD passou por atualizações metodológicas, algumas restritas ao plano amostral, e outras relacionadas à abrangência e às conceituações dos aspectos pesquisados, em consonância com as recomendações internacionais (PNAD, 2018, p. 59).

Diante do que apresenta a PNAD, seu planejamento consiste em “ser um sistema de pesquisa por amostra probabilística de domicílios”, atendendo a toda nacionalidade brasileira, no que tange à população em áreas demográficas e em nível econômico (PNAD, 2018).

Destinada à produção (investigação) de dados estatísticos, informações e planejamento socioeconômico sobre a população brasileira, a PNAD referencia seus levantamentos estatísticos anualmente e o ano de 2016 foi o período que contemplou os dados do ano de 2015.

Tais publicações são inseridas junto ao IBGE, que é o órgão responsável pela emissão dos dados do país, sendo eles estatísticos e/ou geográficos, atendendo diversos segmentos da sociedade brasileira.

A PNAD sempre teve como foco em suas apresentações de dados, informar características sobre a população, educação, trabalho, rendimento e habitação, constituindo o domicílio como ponto referencial.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apresenta tabelas com informações sobre população, como sexo, idade, instrução, trabalho e rendimento, sobre famílias e características dos domicílios, bem como dados sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outros, que são levantados com periodicidade variável, tendo como unidade de coletas os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados. Os resultados são divulgados para o Brasil, como Grande Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas (PNAD, 2018, p. 99).

De acordo com o IBGE (2018), a:

PNAD é uma das principais fontes das estatísticas sobre a condições de vida da população no País, abordando características demográficas e socioeconômicas. Apresenta a origem e os objetivos da PNAD, a conceituação das principais características investigadas e uma visão geral do plano de amostragem. Apresenta ainda informações sobre a obtenção dos dados primários e a divulgação dos resultados (PNAD, 2018, p. 101).

Atualmente a PNAD foi substituída pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que “proporciona uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações de ajustes ou afluência (concorrência em grande quantidade (de pessoas ou coisas))”, de acontecimentos num determinado momento, ou seja, informações conjunturais e estruturais, sendo elas trimestrais, sobre a força de trabalho em âmbito nacional. (PNAD Contínua, 2018).

A PNAD Contínua, surgiu para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da

amostra acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2015 e, a partir de janeiro de 2016, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional (PNAD Contínua, 2015, p. 121).

A PNAD e a PNAD Contínua consistem em conteúdos importantes de referência de dados estatísticos e probabilísticos. As informações são condizentes com a realidade vivida cotidianamente pela população brasileira em cada contexto regional.

Os números que correspondem às divulgações das PNADs são as principais fontes para o processo de evolução ou não de determinada área geográfica, política e econômica brasileira. A metodologia da pesquisa do PNAD é a aplicação questionários abertos e fechados, sobre o pertencimento da vida pessoal de um (a) indivíduo (a).

A formação para realização da PNAD é composta por técnicos, supervisores e coordenadores, que tem em comum o objetivo de adquirir informações reais de determinadas regiões, para que assim, após ser processado no sistema tecnológico, seja divulgado, trimestral ou anualmente, como fonte de dados do IBGE.

Essas informações contêm margem de erro de zero vírgula cinco por cento (0,5 %), em um total de quinhentos mil (500.000) pessoas pesquisadas, por se tratar de fatores que podem ser omissos e facultativos diante das questões respondidas por elas.

Como fator significante para representar uma pesquisa amostral, o professor e estatístico Paixão (2010, p. 28), informa que “os resultados são limitados ao recorte geográfico, (...), o necessário para preservar a confiabilidade de indicadores e consistência das informações passíveis de serem geradas por eles”.

A equipe da memória institucional do IBGE alavanca informações sobre a PNAD, afirmando que “ela já foi comparada a uma espécie de Censo brasileiro para anos não terminados em zero, pois trata-se de uma analogia pouco rigorosa, mas que é útil para desnudar e dar conta da dimensão e da relevância da operação estatística feita pelo IBGE” (PNAD, 2015, p. 09).

Essa pesquisa obtém em seu planejamento, para o seguimento de suas investigações, datas que foram essenciais no final do século XIX, as quais consistiram na “definição da idade das pessoas, características da mão-de-obra trabalhadora, como também rendimentos de aluguel ou prestação mensal do da residência” (PNAD, 2015, p. 28), entre outras.

Desde o tipo do domicílio (casas, apartamentos, flats, etc.), como o número dos cômodos, se os moradores pagam ou não aluguel e quais os valores (sendo aluguel ou da

prestação mensal), quais eletrodomésticos existem para utilização e as quantidades, se há ou não esgotamento sanitário, assim como coleta de lixo; todos esses questionamentos compõem o questionário da PNAD.

Todas as regiões do Brasil, desde o Sul até o Norte, com suas especificidades, foram contempladas nos dados da PNAD. Fazendo um recorte ao estado do Ceará, em 1990, 25 de seus municípios não foram selecionados para a realização da PNAD. Isso porque tratava-se de áreas rurais que não tinham a população mínima exigida (aproximadamente oito mil pessoas).

A PNAD foi pensada para promover e divulgar os dados periódicos com informações estatísticas em relação à divulgação do Censo Demográfico, ocorrido de 10 em 10 anos. Para que entre esses períodos os trabalhos fossem contínuos, surgiu a PNAD, com uma semelhança ao Censo, porém com divulgações anuais, nas quais o IBGE apresenta informações nacionalmente.

Sobre a investigação abordada na PNAD, as características são pontuadas por áreas demográficas e sociais como cor, sexo, condições de moradia, número de componentes familiares no município e data de nascimento, entre outros. Incluem as áreas educacionais, como alfabetização, escolaridade, etc.; e a área da profissão (em qual condição as pessoas exerciam as atividades). Os aspectos informados acima permitiram que a PNAD apresentasse pontos-chaves da pesquisa para, assim, divulgá-los.

Todas as informações recebidas pelo questionário utilizado nas entrevistas são coletadas e possuem uma reciclagem, um certo cuidado para apuração dos dados que estão em estado bruto; esse procedimento é o primeiro a ser tomado logo que chegam aos assistentes técnicos do grupo de trabalho da PNAD.

Entretanto, o ponto de equilíbrio é um importante fator para se alcançar o resultado mais próximo da realidade pesquisada; com isso, são combinados uma série de fatores importantes, que admitem como ser aceitável ao modelo original.

A investigação da PNAD, quando tem que ser realizada em um determinado período, em determinada área de abrangência, pode ter a interferência de diversos fatores que ocasionam a impossibilidade desse procedimento, incidindo na classificação das Unidades, como: Unidade Ocupada, que equivale ao domicílio ocupado por pessoas que vivem em ruas, ou invasão de moradores que ocupam os domicílios registrados por outrem; a Unidade Vaga, domicílios em condições de ser habitados, mas que no momento da entrevista não há ninguém no local; e a Unidade Inexistente, que são domicílios que foram ou estão sendo demolidos, podendo se referir a barracas e tendas, como as unidades que são mudadas de local, como no caso das periferias (PNAD, 2015, p. 45).

Para o registro das ocorrências na PNAD, “a disseminação das informações é desenvolvida de diferentes formas e em diferentes oportunidades”, objetivando alcançar os variados grupos de usuários dos seus resultados (PNAD, 2015, p. 46).

Contudo, todo trabalho da PNAD, “além de publicado no site IBGE tem seus registros expostos no Anuário Estatístico do Brasil”, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e no Sistema IBGE de Recuperação Automatizada (SIDRA) – através da rede de Teleprocessamento do IBGE e nas Unidades Estaduais do IBGE, que compõem suas sedes em cada região estadual do país (PNAD, 2015).

Através das análises de dados e ações, especificamos e direcionamos quantos e quais são os locais em que está presente a população negra e onde vivem aqueles que estão em situações vulneráveis, uma vez que, através do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), posicionamos em quais bairros da capital cearense estão essas pessoas.

Portanto, o objetivo da dissertação “Ser negra (o) em Fortaleza/Ceará: uma análise interdisciplinar sobre desigualdades sociorracial e sociobiodiversidades”, foi analisar duas dimensões da vida de ser negra (o) na capital cearense: a primeira, que relaciona as desigualdades presentes entre negras (os) e não negras (os) na cidade; e a segunda, que mostrará a relação da sociobiodiversidade entre a população negra fortalezense.

A relevância social informamos a partir da realidade econômica, política, social e cultural, através dos dados estatísticos da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e do Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE).

Como referencial teórico, anoro-me em autoras e autores, negras e negros, pesquisadoras(es) que, na sua maioria negras(os) intelectuais, estudam as desigualdades e as relações étnico-raciais no campo da Antropologia, Sociologia, História, Educação e Ciências Sociais para fundamentar as discussões sobre o racismo e as discriminações sociorraciais presentes na capital cearense, em uma área multidisciplinar.

Este trabalho é produzido na linha de pesquisa Sociobiodiversidade e Sustentabilidade, do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), da Unilab, na qual compreendemos as realidades vividas por negros e negras em Fortaleza no que está relacionado à sociobiodiversidade.

Assim, esta pesquisa está organizada da seguinte maneira: no Capítulo 1, intitulado “O Município de Fortaleza: existe negro (a) sim! Dados quantitativos e qualitativos sobre a população negra em Fortaleza”, discuto sobre as visibilidades de pessoas negras em Fortaleza,

apresentando onde elas estão inseridas na sociedade, em que bairros vivem, as ocupações, entre outros, apresentando estatisticamente a presença negra na capital do Ceará.

No segundo capítulo, de título “Desigualdades Sociorraciais: negros e brancos em Fortaleza”, apresentamos as desigualdades raciais e sociais entre essas populações, a partir de dados da PNAD, do IPEA, IPCE e IBGE, entre outros, partindo de uma abordagem macro (Brasil) para a micro (Fortaleza), a fim de compreender a realidade pesquisada.

“Sociobiodiversidade e População Negra em Fortaleza” é o capítulo terceiro, no qual apresentamos a ancestralidade dessa população e como as religiões de matriz africana estão inseridas no município, dialogando com o conceito de sociobiodiversidade, destacando a relação entre a diversidade do manejo com a natureza, as populações tradicionais e o racismo religioso.

O capítulo quatro, “Reexistência e resistência negra em Fortaleza” aponta os grupos, as articulações e os movimentos de mulheres negras que estão resistindo e existindo frente ao racismo e à invisibilidade que a população negra sofre, apresentando formas de reexistência, como cursos de formação e encontros de mulheres negras. Destaca-se também as políticas públicas de promoção da igualdade racial realizadas na capital cearense.

Por fim, são apresentadas as considerações finais da referida pesquisa.

1 O MUNICÍPIO DE FORTALEZA: EXISTE NEGRA (O) SIM! DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA EM FORTALEZA/CEARÁ.

Neste capítulo analisamos o contexto das condições de vida da população negra fortalezense, especialmente a partir das categorias de análise “desigualdade” e “sociobiodiversidade”, bem como dados quantitativos oriundos da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

A desigualdade racial no Brasil acontece, por exemplo, quando as relações raciais entre população negra e branca são diferentes, diante das informações dos dados estatísticos, que informam a situação dos mais diversos segmentos da sociedade, sendo eles estadual, municipal e federal, demonstrando onde cada população está inserida estatisticamente dentro da sociedade.

Almeida (2018) constata que “a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política e jurídica”. Mas do que isto, o autor nos dispõe que o racismo tem um papel fundamental para a reprodução da desigualdade racial:

[...] porém, o uso do termo estrutura da sociedade, não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Como um procedimento histórico e político, o racismo deve ser combatido tanto pela população negra, que sofre essas ações, como também pela população branca, que muitas vezes é privilegiada e não sofre destas atrocidades, devendo responsabilizar-se para combater o racismo que está estruturado no país.

De acordo com o IBGE e a PNAD (2018), 54% da população brasileira é composta por pessoas negras; ou seja, são mais da metade do país. “A comparação da taxa de analfabetismo para a população negra é de nove vírgula nove por cento (9,9%), porcentagem

que dobra em relação a população branca, que é de quatro vírgula dois por cento (4,2%)”. Conforme a PNAD Contínua de 2017, relacionado ao acesso ao ensino superior, em torno de 22,9 % está a população branca, contra nove vírgula três por cento (9,3%) da população negra que está no processo de ascensão no ensino superior. Ainda na categoria de educação, “a média de anos de estudos para pessoas de quinze anos ou mais é de oito vírgula sete anos (8,7) para pretos e pardos e de 10,3 para brancos” (PNAD Contínua, 2017, s.p.).

Dados mostram também a desigualdade presente entre as (os) brasileiras (os) negras (os) e brancas (os) na renda média salarial: em torno de R\$ 1.600,00 recebe a população negra e mais de R\$ 2.800,00 recebe a população branca. Esse fato se consolida quando visualizamos a taxa de desemprego em 15% para a população negra e 11% para a média de desemprego de toda população brasileira. A PNAD, em 2015, apontou que 75% da população negra está nos índices das pessoas que vivem em situação de pobreza no país.

[...] o desemprego no Brasil, além dos efeitos econômicos conjunturais, possui um forte componente de natureza estrutural, decorrente da formação e dos desdobramentos históricos da economia nacional. Isso nos faz crer que a população negra engessa grande parte dos indicadores sociais de desemprego e pobreza, confirmando-se que no país o racismo e as desigualdades raciais estiveram presentes historicamente (MADEIRA, 2014, p. 253).

O Atlas de Violência em 2018, apontou que, durante dez anos, houve um acréscimo de 23,1% na taxa de homicídios entre a população negra, contra a diminuição de seis vírgula oito por cento (6,8%) para a população branca. Entre as mulheres negras, 71% da taxa de homicídios foi elevada; em relação as mulheres não negras houve uma queda de oito por cento (8%).

Esses dados estatísticos apresentados corroboram com as desigualdades existentes entre essas populações, comprovando assim que brancos e negros no Brasil vivem em mundos completamente diferentes, sendo a população branca aquela que usufrui do privilégio estabelecido desde o processo escravocrata no país até os tempos atuais. A maioria da população negra está constantemente vivendo, lutando, existindo e resistindo ao racismo, às discriminações e as desigualdades raciais, para realmente poder viver plenamente como sujeitos na sociedade brasileira.

1.1 A COR DESSA CIDADE SOMOS NÓS? UM RETRATO DA CIDADE E DA POPULAÇÃO NEGRA

Como mulher negra e pesquisadora em formação, falar da população negra fortalezense será uma contribuição ao grupo social em que estou inserida e à produção de conhecimento interdisciplinar com recorte de raça/cor.

Os estudos sobre população negra no Ceará, e presencialmente em Fortaleza, estão avançando por diversos pesquisadores e autores que abordam as relações étnico-raciais e aspectos do período colonial relativos à escravização, temas importantíssimos para nosso aspecto político e teórico. Como por exemplo: “A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará” (RATTS, 2016); “População negra no Ceará e sua cultura” (SANTOS E CUNHA JUNIOR, 2010); “A pardalização se destaca na auto afirmação dos cearenses e apresenta o pardo como coringa para a indefinição” (MADEIRA, 2018); “Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil)” (SILVA *et al.*, 2018). Inclui-se nesta lista os trabalhos de conclusão de curso e dissertações produzidas na Unilab; dentre estes, destacam-se os trabalhos de Silva (2016) e Rios (2017).

Dentro dos estudos acima citados, encontramos em Ratts (2016) os detalhes das marcas coloniais no município de Fortaleza. Observa-se nomes de ruas, vários monumentos e espaços culturais da cidade em que a presença da população negra é marcante e constante. Cito como exemplo a Avenida da Abolição, que é uma grande avenida da cidade de Fortaleza, que tem as marcas de nossa ancestralidade, uma vez que abolição referencia ao processo abolicionista sobre a escravatura brasileira. Esse é um dos marcos históricos que negras (os) fortalezenses construíram nesta capital, assim como o Palácio da Abolição, um prédio que foi tombado pelo Governo do Ceará, atualmente sendo o principal local de sede do estado cearense.

Enfatizamos que estes referenciais de marcas coloniais acontecem porque o estado do Ceará se proclama como o primeiro a acabar com a escravidão, mas também é um estado que nega a presença negra, conforme apresento no decorrer desta dissertação.

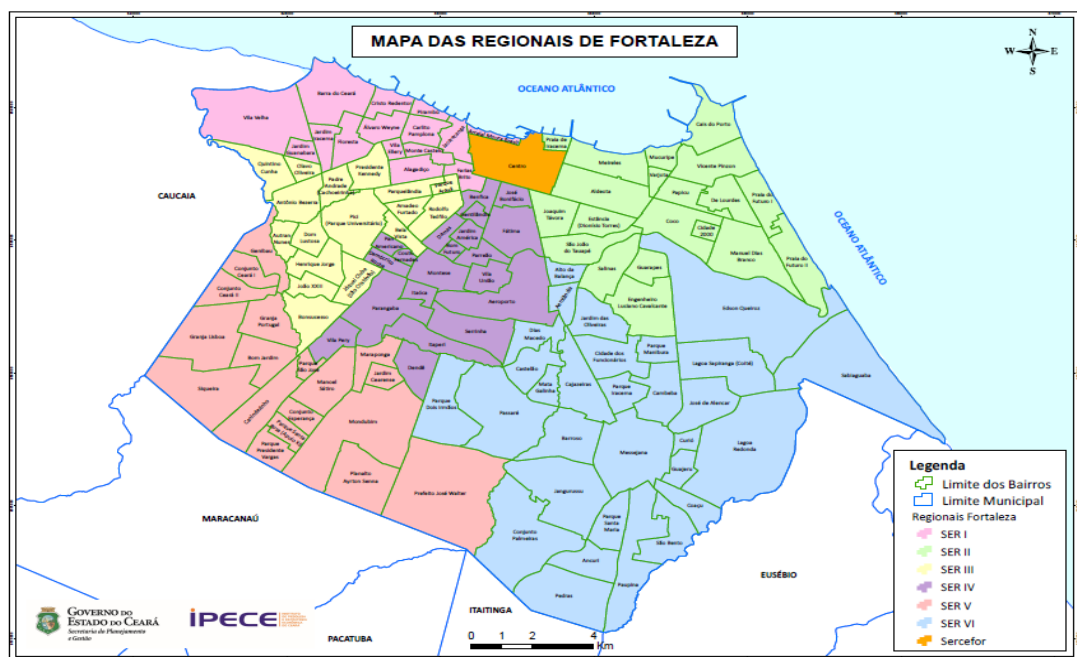
Fatos e marcos históricos como os dois relatados acima, na ótica das marcas da colonialidade, pelo antropólogo Alex Ratts, apontam também outros monumentos, como a Capela de Nossa Senhora do Rosário; porém, esse monumento indica a presença histórica de negros (as), em Fortaleza/Ceará.

A cidade de Fortaleza possui atualmente mais de dois milhões e seiscentos mil habitantes, conforme aponta a PNAD Contínua e IBGE (2018). Desse montante, a população negra fortalezense é composta de 1.517.000 pessoas (entre pretas e pardas) que reconhecem seu pertencimento racial perante a sociedade.

Destacamos que, nesse montante, a população negra fortalezense não está representada nos melhores índices de empregos, salários, acesso à educação e saúde, entre outras condições para uma vida digna na cidade. Para evidenciar essas condições, apresentamos onde e como a população negra fortalezense se insere dentro do município.

Abaixo indicamos o Mapa da cidade de Fortaleza, onde incluem-se todas as regionais, sendo destacadas uma a uma com cores diferentes e, dentro dessas divisões, estão os bairros que moldam a capital cearense.

Figura 1 – Mapa das Regionais de Fortaleza/Ceará



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE), 2019.

Dividida em sete Secretarias Executivas “Regionais” (SER), 119 bairros de Fortaleza foram subdivididos em áreas principais, “a fim de melhorar as demandas dos serviços públicos da capital cearense” (IPECE, 2018, on-line).

Portanto, cada “Regional” em Fortaleza, como é dito pela população da cidade, “está situada em um bairro central que tem proximidade a outros bairros”, as quais são nomeadas como: SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e SER Centro, sendo identificadas na capital do Ceará.

Os destaques principais dessas regionais são que os bairros com mais déficits de saneamento básico, infraestrutura, saúde, transporte público, educação e entre outros, são os bairros que contém a maior parte da população negra do município. Destacamos do mapa, cada

parte em que se situam as regionais e, assim, detalhamos seus respectivos bairros, conforme abaixo.

Figura 2 – Mapa das Regionais de Fortaleza/Ceará, (SER I)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE/2019).

Na ponta acima do mapa, destacado em cor rosa na Figura 2, localiza-se a Primeira Secretaria Executiva Regional (SER I), composta por quinze bairros, sendo eles: Vila Velha, Jardim Guanabara, Barra do Ceará, Jardim Iracema, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Pirambú, Carlito Pamplona, Vila Ellery, Monte Castelo, Alagadiço ou São Gerardo (destacado pelos moradores), Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil. A população, conforme aponta o IBGE (2010), é de 337.893 pessoas composta pela população negra e 332.969 para a população branca; isso há nove anos. A Regional I era composta pelo terceiro maior bairro, que contava com a maior população negra da cidade de Fortaleza.

Destacado na cor laranja, na Figura 3 abaixo, a Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza (SER Centro); como o próprio nome diz, é a regional que está localizada no bairro Centro da cidade e conta com uma população de mais de 28.538 pessoas, de acordo com a PNAD Contínua de 2018 e indicada pelo IPECE (2018). Esse bairro corresponde a 20% dos empregos formais existentes no município e 73% dos empregos informais.

Figura 3 – Mapa das Regionais de Fortaleza/Ceará, (Regional Centro)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE/2019).

Nessa regional, há uma grande quantidade de trabalhadores (as) informais pelas ruas do bairro, como exemplo, os ambulantes ganhando o pão do dia-a-dia e presentes em grandes proporções; sendo assim, em cada esquina que andamos pelo centro da cidade tem-se um carrinho com pessoas vendendo tapioca com suco, água de coco, diversos tipos de roupas e acessórios, como também bolsas e calçados. Além de ambulantes, há também os comércios, que são os pontos principais de vendas.

Consta no bairro central, uma população negra de 14.629 pessoas e 12.258 pessoas de população não negra, conforme dados do Censo Demográfico de 2010.

Na Secretária Executiva Regional II (SER II), destacado no mapa na cor verde, Figura 4 abaixo, encontram-se os bairros: Praia de Iracema, Meireles, Aldeota, Joaquim Távora, São João do Tauape, Dionísio Torres, Varjota, Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pizón, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Manuel Dias Branco, Dunas ou Bairro de Lourdes, Papicu, Cidade 2000, Cocó, Salinas, Guararapes e Engenheiro Luciano Cavalcante.

A população branca conta com 157.028 pessoas e a população negra com 154.592 homens e mulheres negras (os); quase um empate técnico entre essas populações, mas como evidenciam os números, a população branca ocupa a primeira posição na Regional II.

Figura 4 – Mapa das Regionais de Fortaleza/Ceará, (SER II)



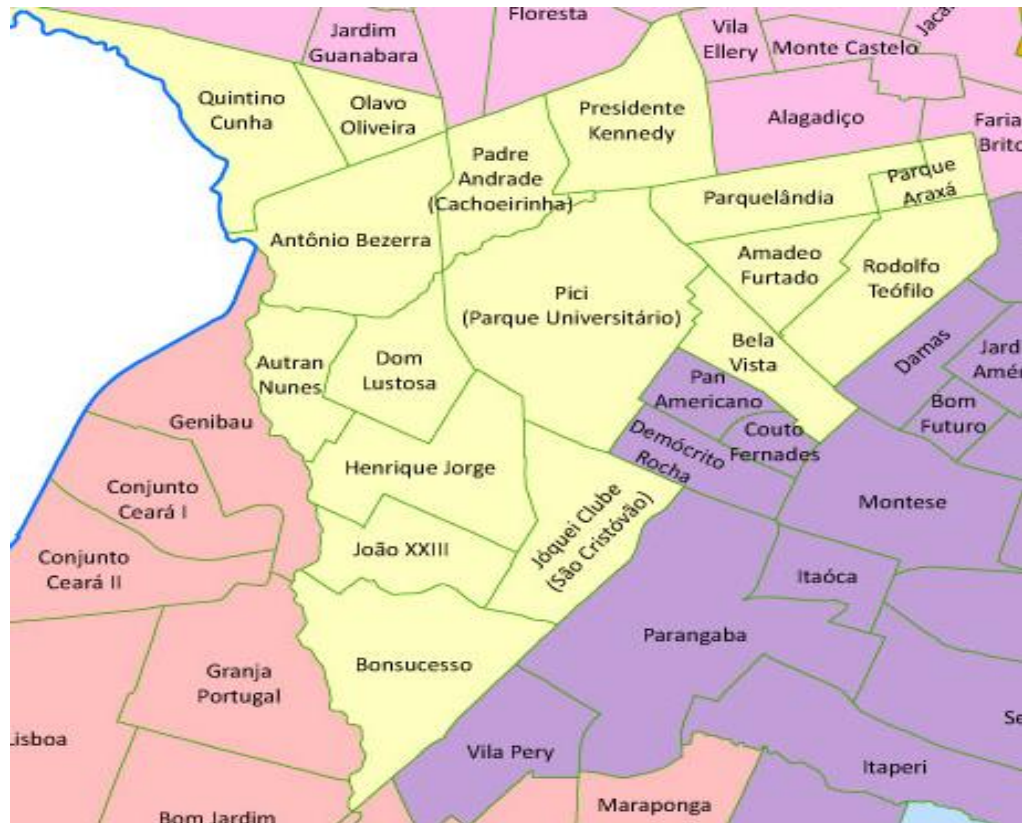
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE/2019).

Composta por vinte bairros, é importante destacar que a população negra nessas localizações são as pessoas que estão servindo e trabalhando nos estabelecimentos concentrados aos redores das praias, como também nos hotéis dessa localidade. Não que seja depreciativo servir, mas o que nos interessa é chamar a atenção para os papéis sociais presentes nestes bairros: negros (as) servem, brancos (as) são servidos.

Concentrados na cor amarela do mapa, constam na Figura 5, os bairros: Jóquei Clube, Pici, Bela Vista, Presidente Kennedy, Parquelândia, Amadeu Furtado, Rodolfo Teófilo, Parque Araxá, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Dom Lustosa, Henrique Jorge, Quintino Cunha, João XXIII, Bonsucesso e Padre Andrade, esses bairros compõem a Secretária Executiva Regional III (SER III); bairros que concentram mais de 403.000 moradores e, conforme os dados econômicos do Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE), é a região que responde por mais de vinte e dois mil 22.000 empregos formais, com mais de 9.000 postos de trabalho no município.

Totaliza-se com dezesseis bairros localizados ao oeste de Fortaleza, 209.758 pessoas negras, 121.305 pessoas que compõem a população branca.

Figura 05 – Mapa das Regionais de Fortaleza/Ceará, (SER III)

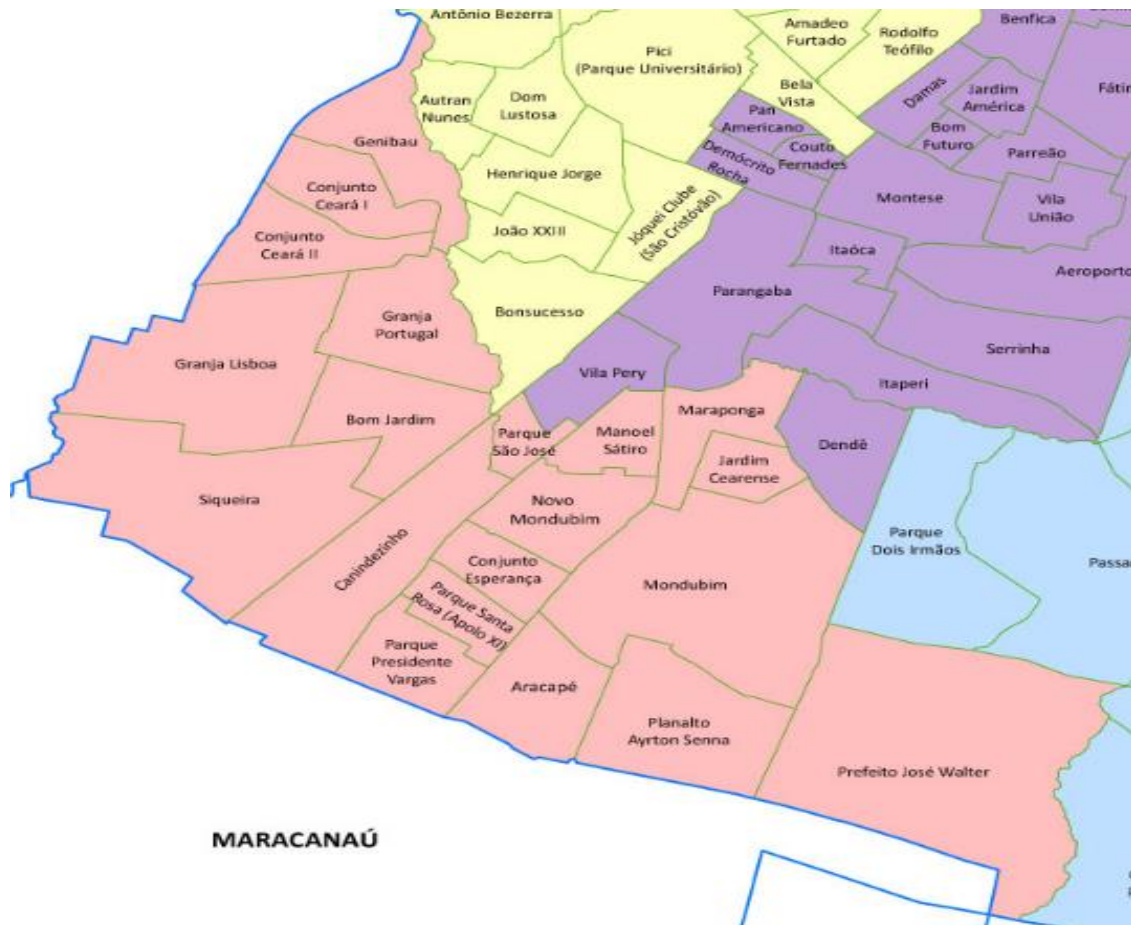


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE/2019).

Na Secretária Executiva Regional IV (SER IV), no mapa de cor roxa, Figura 6 abaixo, situam-se os bairros: Parangaba, Vila Peri, Montese, Itaperi, Damas, Bom Futuro, Benfica, Jardim América, Parreão, Bairro de Fátima, Vila União, Aeroporto, José Bonifácio, Panamericano, Couto Fernandes, Demócrito Rocha, Itaoca, Serrinha e Dendê. Conforme aponta o mapa, nessa regional está o Aeroporto da cidade de Fortaleza, como também a Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Composta por 20 bairros, a SER IV, compõem tem composição populacional negra de 150.245 pessoas e a população branca é composta por 111.087. Esses dados foram divulgados no Censo Demográfico de 2010.

Figura 07 – Mapa das Regionais de Fortaleza/Ceará, (SER V)

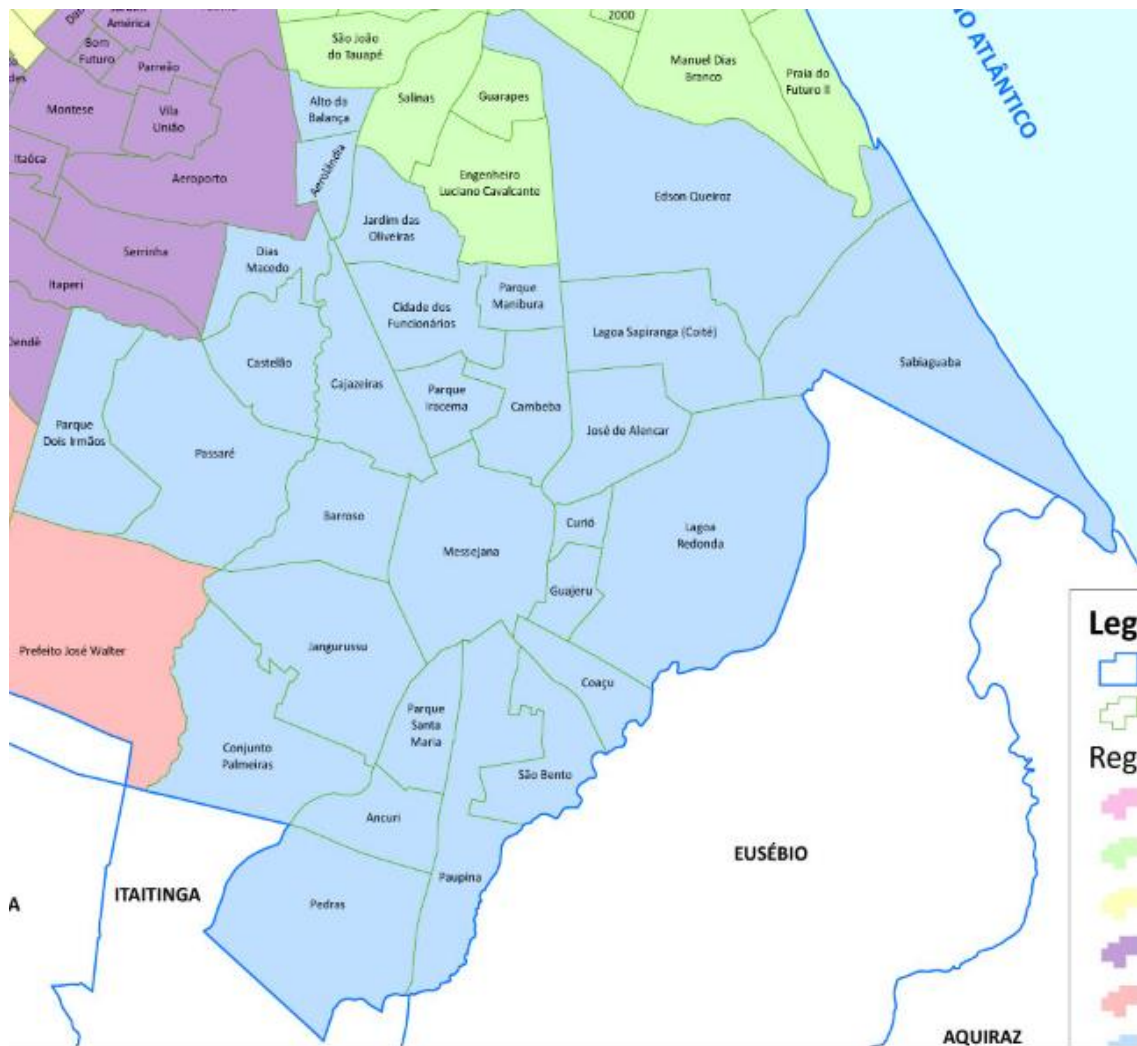


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE/2019).

A Secretária Executiva Regional VI (SER VI), representada na Figura 8, destacada na cor azul, forma a sexta regional, com os bairros: Alto da Balança, Aerolândia, Jardim das Oliveiras, Dias Macedo, Castelão, Mata Galinha, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Parque Manibura, Edson Queiroz, Sabiaguaba, Lagoa Sapiranga (Coité), José de Alencar, Cambeba, Parque Iracema, Messejana, Curió, Lagoa Redonda, Guajeru, Coaçu, São Bento, Paupina, Pedras, Conjunto Palmeiras, Ancuri, Parque Santa Maria, Jangurussu, Barroso, Passaré e Parque Dois Irmãos. Há mais de 3 mil empresas nessa localização do bairro, com mais de 40 mil empregos formais gerados, conforme aponta o relatório do IPECE de 2018.

Com relação à população, a sexta regional é formada por 29 bairros, com uma população negra de 328.306 pessoas e 166.293 sujeitos compondo a população branca.

Figura 08 – Mapa das Regionais de Fortaleza/Ceará, (SER VI)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE/2019).

Na Tabela 1 podemos verificar comparativamente a presença de população negra e branca nas regionais identificadas nos mapas anteriormente, conforme o último Censo Demográfico, pesquisa da PNAD.

Tabela 01 – População de 5 anos ou mais de idade, por sexo, cor/ raça (milhões/pessoas).

Brasil, Fortaleza e Bairros	Sexo x Cor ou raça						TOTAL POPULAÇÃO NEGRA E BRANCA
	Homens			Mulheres			
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda	
Brasil	40.274.166	7.183.461	37.679.454	44.076.294	6.678.542	38.380.241	174.272.158
Fortaleza (CE)	374.378	56.642	616.961	457.277	50.364	693.302	2.248.924
Regional I	49.276	8.662	97.414	60.078	7.698	109.841	332.969
Regional II	68.807	5.481	65.858	88.221	5.458	77.795	311.620
Regional III	54.542	8.688	89.905	66.763	7.764	103.401	331.063
Regional IV	48.637	5.781	63.850	62.450	5.576	75.038	261.332
Regional V	71.405	13.781	148.947	82.925	11.492	161.904	490.454
Regional VI	76.375	13.637	144.760	89.918	11.837	158.072	494.599
Regional Centro	5.336	612	6.227	6.922	539	7.251	26.887
TOTAL	374.378	56.642	616.961	457.277	50.364	693.302	2.248.924

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Tabela Elaborada pela Autora.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e o Censo Demográfico de 2010, a população negra fortalezense concentra 56.642 homens pretos e 616.961 homens pardos, totalizando a população de homens negros, que é a junção de homens pretos e pardos, com 673.603 pessoas. A totalização das Mulheres Negras foi de 743.666, onde 50.364 se identificam como mulheres pretas e 693.302 como mulheres pardas. Já a população não negra conta com 831.655 pessoas brancas, sendo homens brancos 374.378 e 457.277 mulheres brancas. Observar-se que as mulheres negras são a maioria da população negra na cidade de Fortaleza.

1.1.1 As Secretarias Executivas Regionais (SER): dados que apontam a população negra e branca

Iniciamos pela SER I, conforme Tabela abaixo. Na Cidade de Fortaleza, a população negra está presente com 106.076 homens negros e 117.539 mulheres negras. A população branca é representada por 49.276 homens e 60.078 mulheres. Ou seja, a população negra corresponde a 52 % da população nessa região.

Tabela 02 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização – (SER I) – (todas populações). Fortaleza (2010).

Bairro	TOTAL POPULAÇÃO	Sexo x Cor ou raça									
		Homens					Mulheres				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
1 Barra do Ceará	66.678	8.594	2.195	425	20.433	70	9.888	1.790	666	22.561	56
2 Vila Velha	56.857	8.435	1.132	288	16.824	13	10.166	973	432	18.564	30
3 Carlito Pamplona	26.971	3.510	813	148	8.021	30	4.405	749	252	9.005	38
4 Floresta	26.571	3.549	602	102	8.246	5	4.257	606	157	9.038	9
5 Cristo Redentor	24.713	3.335	991	169	7.085	36	3.962	841	231	8.020	43
6 Álvaro Weyne	22.234	3.366	498	77	6.150	4	4.231	488	140	7.276	4
7 Jardim Iracema	21.596	3.218	457	97	6.344	18	3.844	390	176	7.043	9
8 Pirambú	16.368	2.037	731	65	4.850	21	2.516	636	118	5.380	14
9 Jardim Guanabara	13.946	2.374	238	67	3.761	7	2.793	209	142	4.347	8
10 Alagadiço ou São Gerardo	13.829	2846	176	33	2984	1	3764	184	55	3780	6
11 Jacarecanga	13.320	2.057	220	60	3.676	3	2.623	227	108	4.341	5
12 Monte Castelo	12.487	2.206	181	51	3.304	4	2.689	197	97	3.753	5
13 Farias Brito	11.460	2.049	170	36	2.823	2	2.763	175	74	3.358	10
14 Vila Ellery	7.400	1.254	127	54	1.878	3	1.629	94	90	2.270	1
15 Arraial Moura Brasil	3.463	446	131	20	1035	4	548	139	28	1105	7
TOTAL	337.893	49.276	8.662	1.692	97.414	221	60.078	7.698	2.766	109.841	245

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Tabela Elaborada pela Autora.

Conforme parafraseado pelos moradores, a “Regional I”, é composta por 15 bairros, sendo o bairro Farias Brito, localizado como a sede desta regional. Citado pela Prefeitura do município, ela tem finalidade de executar políticas públicas municipais, operacionalizando serviços urbanos que impactam diretamente na qualidade de vida dos cidadãos.

Destacamos que o bairro Barra do Ceará, com mais de 66 mil habitantes e Vila Velha, acima de 56 mil habitantes, continham a maior parte da população da regional em 2010, seguidos dos bairros Carlito Pamplona, com 26.971 habitantes; Floresta, com 26.571 habitantes; Cristo Redentor, com 24.713 habitantes; Álvaro Weyne, 22.234 habitantes; e Jardim Iracema, fechando a casa dos mais de 20 mil habitantes. Continuando com os bairros: Pirambú, com mais de 16 mil habitantes; Jardim Guanabara, Jacarecanga e o atualmente conhecido como bairro São Gerardo, cada qual com mais de 13 mil habitantes; Monte Castelo, com 12.487 habitantes; Farias Brito (sede SER I), com 11.460 habitantes; Vila Ellery e Moura Brasil, fechando com menos de 8 mil habitantes em cada bairro.

Dessa classificação dos habitantes em cada bairro, o IBGE e o Censo 2010 nos mostram e, através da tabela, será relatada a quantidade da população por sexo e raça/cor de cada bairro da SER I, destacando e fazendo uma relação com a população preta, parda e branca, temos os seguintes apontamentos.

Os bairros Barra do Ceará e Vila Velha, sendo os bairros com a maior quantidade de habitantes, também apresentam maioria na população preta e parda, sendo mais de 20 mil habitantes homens pardos e mais de 2 mil habitantes homens pretos, somando assim uma população de homens negros de 22 mil pessoas, contra 8.594 da população de homens brancos. Referente às mulheres negras, tem-se uma soma de 24 mil, contra 9.888 mulheres brancas, admitindo assim, que na primeira regional de Fortaleza a população negra não só está presente, como é a maioria de habitantes em todos os bairros que abrangem esse território.

Nota-se que 223.615 pessoas representam a população negra (homens e mulheres negros (as)), contra 109.354 pessoas que representam a população branca (homens e mulheres brancos (as)), nessa regional. Através da tabela acima, percebe-se que em todos os bairros têm uma quantidade maciça de negros e negras compondo o território.

Descrevo na Tabela 3 a população negra e branca (homens e mulheres), que no ano de 2010 estavam presentes nos bairros da SER I:

Tabela 03 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. SER I – (populações negra e branca), Fortaleza/Ceará, (2010).

BAIRROS	TOTAL POPULAÇÃO	População Negra	População Branca
1 Barra do Ceará	46.979	46.979	18.482
2 Vila Velha	56.094	37.493	18.601
3 Carlito Pamplona	26.503	18.588	7.915
4 Floresta	26.298	18.492	7.806
5 Cristo Redentor	24.234	16.937	7.297
6 Álvaro Weyne	22.009	14.412	7.597
7 Jardim Iracema	21.296	14.234	7.062
8 Pirambú	16.150	11.597	4.553
9 Jardim Guanabara	13.722	8.555	5.167
10 Jacarecanga	13.144	8.464	4.680
11 Monte Castelo	12.330	7.435	4.895
12 Alagadiço ou São Gerardo	13.734	7.124	6.610
13 Farias Brito	11.338	6.526	4.812
14 Vila Ellery	7.252	4.369	2.883
15 Arraial Moura Brasil	3.404	2.410	994
Total por população	314.487	223.615	109.354

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Tabela Elaborada pela Autora.

Portanto, nota-se a quantidade da população negra presente na primeira regional de Fortaleza/Ceará, conforme apontado pelos dados do Censo Demográfico de 2010, a quase uma década atrás.

A SER II, com 21 bairros, contém 71.339 homens negros e 83.253 mulheres negras, contra 68.807 homens brancos e 88.221 mulheres brancas. Evidente que a população branca está em sua maioria concentrada nessa região, em que se localizam os bairros com as melhores infraestruturas do município, também conhecidos como “bairros nobres”. Sendo assim, a população branca está com 157.028 pessoas entre homens e mulheres, e a população negra com 154.592 homens e mulheres negras (os); quase um empate técnico entre essas populações. Entretanto, como evidenciam os números, a população branca ocupa a primeira posição na Regional II.

Na Tabela 4 indico os bairros que compõe a SER II, apresentando todas as populações que estavam presentes no território:

Tabela 04 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. SER II – (todas as populações) – Fortaleza/Ceará, (2010).

Brasil, Município e Bairro	TOTAL POPULAÇÃO	Sexo x Cor ou raça									
		Homens					Mulheres				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
1 Vicente Pinzon	41.934	7.220	1.107	204	11.432	18	8.500	910	296	12.228	19
2 Aldeota	40.653	10.354	324	148	6.306	7	14.575	402	218	8.297	22
3 Meireles	35.511	10.315	219	147	4.746	6	13.002	322	210	6.537	7
4 São João do Tauapé	26.082	4.720	452	80	6.464	13	6.269	509	150	7.413	12
5 Joaquim Távora	22.441	4.543	321	99	4.639	6	6.404	360	122	5.923	24
6 Cais do Porto	20.507	2.497	644	106	6.622	16	2.895	477	123	7.114	13
7 Cocó	19.400	5.669	164	87	2.665	4	6.943	214	152	3.496	6
8 Papicu	17.160	3.561	497	165	3.707	16	4.406	495	217	4.071	25
9 Estância (Dionísio Torres)	15.082	4.012	115	34	2.184	1	5.635	164	57	2.876	4
10 Eng. Luciano Cavalcante	14.594	2.982	271	82	3.308	28	3.695	283	132	3.783	30
11 Mucuripe	13.038	2.935	182	29	2.738	7	3.566	187	53	3.333	8
12 Praia do Futuro II	10.839	1.535	494	83	3.184	20	1.650	456	130	3.254	33
13 Varjota	8.059	1.798	96	37	1.537	4	2.461	98	45	1.975	8
14 Cidade 2000	7.883	1.581	110	31	1.652	5	2.222	129	68	2.082	3
15 Praia do Futuro I	6.024	994	156	34	1.719	5	1.163	112	39	1.796	6
16 Guarapes	4.976	1.303	38	21	844	1	1.619	41	29	1.080	0
17 Salinas	3.990	894	60	32	858	9	991	65	51	1.025	5
18 De Lourdes	3.150	921	37	10	479	0	1080	46	28	547	2
19 Praia de Iracema	3.003	720	64	30	551	2	813	59	46	716	2
20 Manuel Dias Branco ou Dunas	1.323	253	130	4	223	0	332	129	3	249	0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Tabela Elaborada pela Autora.

Nesta SER II, são incluídos 20 bairros, que estão localizado ao leste de Fortaleza, contando com 374.378 habitantes, correspondendo a 13,50% da população fortalezense. Conforme descrição da Prefeitura Municipal, essa SER tem a finalidade de executar as políticas públicas definidas pelo Poder Executivo Municipal, prestando serviços à comunidade.

Podemos observar, através da Tabela, que a população negra está presente nesses bairros; ocupando a primeira posição desta SER, tem-se o bairro Vicente Pizon, com 41.934 habitantes, 25.677 dessas pessoas sendo mulheres e homens negros (as); e 15.720 pessoas sendo mulheres e homens brancos (as). O bairro Aldeota ocupa a segunda posição, com 40.653 habitantes em sua região, sendo 15.329 mulheres e homens negros (as) e 24.929 mulheres e homens brancos (as). A população residente é de 37% de população negra e mais de 60% de população negra na SER II. Mesmo habitando nessa regional, a população negra não está em sua maioria, diferente do bairro citado acima, que é o Vicente Pizon, o qual mostra exatamente o contrário, sendo a maioria da população negra presente nele.

Na Tabela 5 indico a presença da população negra e branca na SER II.

Tabela 05 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER II) – (populações negra e branca), Fortaleza/Ceará, (2010).

BAIRROS	TOTAL POPULAÇÃO	População Negra	População Branca
1 Vicente Pinzon	41.397	25.677	15.720
2 Aldeota	40.258	15.329	24.929
3 Meireles	35.141	11.824	23.317
4 São João do Tauapé	25.827	14.838	10.989
5 Joaquim Távora	22.190	11.243	10.947
6 Cais do Porto	20.249	14.857	5.392
7 Coco - Fortaleza (CE)	19.151	6.539	12.612
8 Papicu	16.737	8.770	7.967
9 Estância (Dionísio Torres)	14.986	5.339	9.647
10 Eng. Luciano Cavalcante	14.322	7.645	6.677
11 Mucuripe	12.941	6.440	6.501
12 Praia do Futuro II	10.573	7.388	3.185
13 Varjota	7.965	3.706	4.259
14 Cidade 2000	7.776	3.973	3.803
15 Praia do Futuro I	5.940	3.783	2.157
16 Guarapes	4.925	2.003	2.922
17 Salinas	3.893	2.008	1.885
18 De Lourdes	3.110	1.109	2.001
19 Praia de Iracema	2.923	1.390	1.533
20 Manuel Dias Branco ou Dunas	1.316	731	585
Total por população	311.620	154.592	157.028

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Tabela Elaborada pela Autora.

Analisando os dados na Tabela 5, nota-se que, de 20 bairros dessa regional, nove tem a presença maior da população não negra; isso marca a realidade do dia-a-dia, sendo bairros localizados nas regiões mais estruturadas da capital cearense e, sendo as mais estruturadas, são os locais em que há desenvolvimento com grandes edifícios e casas, ruas pavimentadas. Estão, como é chamado entre os moradores, como a parte nobre da Cidade de Fortaleza. Bairros esses que são: Aldeota, Meireles, Cocó, Dionísio Torres, Mucuripe, Varjota, Guararapes, De Lourdes e Praia de Iracema.

Na SER III, totalizam-se 16 bairros localizado ao oeste de Fortaleza, 98.593 homens negros e 111.165 mulheres negras, contra 54.542 homens brancos e 66.763 mulheres brancas. Totalizando, são 209.758 entre homens e mulheres negras (os) e 121.305 pessoas entre homens e mulheres brancas (os). Nesta regional, a população negra compõe a maioria de pessoas, conforme apontamos na Tabela 6.

Tabela 06 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER III) – (todas populações), Fortaleza, Ceará (2010).

Brasil, Município o e Bairro	TOTAL POPULAÇÃO	Sexo x Cor ou raça									
		Homens					Mulheres				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
1 Quintino Cunha	43.523	6.624	1.038	312	12.521	29	7.519	899	521	14.021	39
2 Pici (PQ Universitário)	39.217	5.441	1.293	280	11.641	15	6.321	1.050	432	12.703	41
3 Bonsucesso	38.284	6.025	969	180	10.639	32	7.041	927	287	12.151	33
4 Henrique Jorge	25.209	4.134	844	150	6.570	5	4.922	771	254	7.553	6
5 Antônio Bezerra	24.185	4.258	665	112	6.007	6	5.413	613	178	6.923	10
6 Presidente Kennedy	21.732	3.814	344	117	5.412	2	4.904	324	161	6.646	8
7 Autran Nunes	19.416	2.537	628	115	6.062	7	2.895	522	174	6.464	12
8 Jóquei Club	18.235	3.238	445	125	4.489	16	3.978	386	203	5.340	15
9 Rodolfo Teófilo	18.067	3.128	455	81	4.357	13	4.107	424	117	5.380	5
10 João XXIII	17.139	2.768	531	116	4.568	19	3.321	442	198	5.142	34
11 Bela Vista	15.670	2.541	526	57	4.082	0	3.194	513	83	4.673	1
12 Parquelândia	13.898	2.754	145	60	3.040	10	3.719	169	79	3.919	3
13 Dom Lustosa	12.208	1.886	240	107	3.387	2	2.307	200	172	3.901	6
14 Padre Andrade	12.130	2.044	278	85	3.109	3	2.610	237	153	3.609	2
15 Amadeo Furtado	11.168	2.177	163	31	2.573	3	2.843	176	50	3.148	4
16 Parque Araxá	6.446	1.173	124	30	1.448	10	1.669	111	44	1.828	9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Tabela Elaborada pela Autora.

Nota-se que a população preta e parda está presente em todos os bairros da SER III, evidenciando novamente que existem negros em Fortaleza/Ceará sim e essa afirmação está conforme aponta o Censo do ano 2010. Hoje, 2019, esses dados estão alterados, porém, destacamos que nessa SER, a presença maciça de homens e mulheres negras está em todos os bairros.

A Tabela 7 destaca cada bairro, com a população negra e branca na SER III.

Tabela 07 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER III) – (populações negra e branca), Fortaleza/Ceará (2010).

BAIRROS	TOTAL POPULAÇÃO	População Negra	População Branca
1 Quintino Cunha	42.622	28.479	14.143
2 Pici (PQ Universitário)	38.449	26.687	11.762
3 Bonsucesso	37.752	24.686	13.066
4 Henrique Jorge	24.794	15.738	9.056
5 Antônio Bezerra	23.879	14.208	9.671
6 Autran Nunes	19.108	13.676	5.432
7 Presidente Kennedy	21.444	12.726	8.718
8 João XXIII	16.772	10.683	6.089
9 Jóquei Club	17.876	10.660	7.216
10 Rodolfo Teófilo	17.851	10.616	7.235
11 Bela Vista	15.529	9.794	5.735
12 Dom Lustosa	11.921	7.728	4.193
13 Parquelândia	13.746	7.273	6.473
14 Padre Andrade	11.887	7.233	4.654
15 Amadeo Furtado	11.080	6.060	5.020
16 Parque Araxá	6.353	3.511	2.842
Total por população	331.063	209.758	121.305

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Tabela Elaborada pela Autora.

Destacamos na tabela acima que, em todos os bairros da Regional III a população negra é maior que a população não negra; ou seja, nessa região as pavimentações dos bairros, são precárias. Observa-se também que a maioria das casas não tem as melhores estruturas, o que referencia que a população negra dessa regional não tem melhores condições de vida.

A Secretária Executiva Regional IV está localizada próxima a população que vive ao redor do Aeroporto da cidade, composta por vinte bairros, sendo a sede dessa regional centrada no bairro Itaperi. Segue dados na Tabela 8:

Tabela 08 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER IV) – (todas populações), Fortaleza, Ceará (2010).

	Brasil, Município e Bairro	TOTAL POPULAÇÃO	Homens					Mulheres				
			Branca	Preta	Ama rela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarel a	Parda	Indígen a
1	Parangaba	29.167	5.564	671	170	6.915	11	6.736	699	248	8.131	22
2	Serrinha	26.753	3.999	914	191	7.645	20	4.546	864	308	8.241	25
3	Montese	24.496	4.500	414	155	5.725	11	6.053	415	284	6.925	14
4	Fátima	22.398	5.348	279	88	3.912	8	7.345	331	161	4.915	11
5	Itaperi	21.048	3.751	391	131	5.419	5	4.647	319	187	6.188	10
6	Vila Pery	19.419	3.178	372	148	5.173	8	4.015	351	257	5.906	11
7	Vila União	14.451	2.632	244	75	3.652	4	3.191	212	94	4.345	2
8	Itaóca	11.715	1.908	192	49	3.068	9	2.369	204	86	3.820	10
9	Jardim América	11.570	2.090	250	32	2.711	2	2.786	216	43	3.437	3
10	Parreão	10.437	2.109	224	67	2.254	6	2.784	245	82	2.649	17
11	Demócrito Rocha	10.321	1.834	270	52	2.555	1	2.356	240	82	2.929	2
12	Damas	10.189	2.009	137	33	2.232	8	2.782	169	51	2.761	7
13	Benfica	8.686	1.848	239	58	1.548	12	2.600	211	88	2.072	10
14	José Bonifácio	8.533	1.836	155	41	1.633	2	2.513	128	50	2.171	4
15	Pan- Americano	8.236	1.374	168	21	2.210	1	1.817	136	28	2.478	3
16	Aeroporto	7.956	1.108	298	45	2.379	0	1.197	266	62	2.597	4
17	Bom Futuro	6.113	1.162	137	22	1.277	3	1.652	135	50	1.670	5
18	Dendê	5.200	825	132	51	1.566	1	924	141	76	1.481	3
19	Couto Fernades	4.895	714	250	69	1.236	0	903	252	71	1.400	0
20	Gentilândia	3.852	848	44	7	740	1	1.234	42	13	922	1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Tabela elaborada pela autora.

Observamos na Tabela 8 que cinco bairros contam com a população fortalezense acima de 20 mil pessoas e, desse total, a população negra está em maior quantidade em relação a população não negra. O bairro Parangaba conta com 29.167 pessoas; no bairro Serrinha a população corresponde a 26.753 pessoas; no Montese, indica-se 24.496 pessoas; no bairro de Fátima a população correspondia a 22.398 pessoas; e o bairro Itaperi conta com 21.048 pessoas. Isso representa 123.862 pessoas habitando os cinco bairros da Regional IV.

Tabela 09 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER IV) – (populações negra e branca), Fortaleza, Ceará (2010).

BAIRROS	TOTAL POPULAÇÃO	POPULAÇÃO NEGRA	POPULAÇÃO BRANCA
1 Serrinha	26.209	17.664	8.545
2 Parangaba	28.716	16.416	12.300
3 Montese	24.032	13.479	10.553
4 Itaperi	20.715	12.317	8.398
5 Vila Pery	18.995	11.802	7.193
6 Fátima	22.130	9.437	12.693
7 Vila União	14.276	8.453	5.823
8 Itaóca	11.561	7.284	4.277
9 Jardim América	11.490	6.614	4.876
10 Demócrito Rocha	10.184	5.994	4.190
11 Aeroporto	7.845	5.540	2.305
12 Parreão	10.265	5.372	4.893
13 Damas	10.090	5.299	4.791
14 Pan-Americano	8.183	4.992	3.191
15 José Bonifácio	8.436	4.087	4.349
16 Benfica	8.518	4.070	4.448
17 Dendê	5.069	3.320	1.749
18 Bom Futuro	6.033	3.219	2.814
19 Couto Fernades	4.755	3.138	1.617
20 Gentilândia	3.830	1.748	2.082
Total por população	261.332	150.245	111.087

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Tabela elaborada pela autora.

Podemos observar que a população negra está presente em todos os bairros da SER IV, em maiores quantidades nos quatros primeiros citados. Na SER IV, a população negra é composta por 150.245 pessoas e a população não negra 111.087 pessoas.

A SER V tem 18 bairros, o que condiz com 162.728 homens negros e 173.396 mulheres negras. Homens brancos são 71.405 pessoas e mulheres brancas são 82.925 pessoas. A população negra nesta regional é de 55%, sendo 336.124 homens e mulheres negras (os) e 154.330 homens e mulheres brancas (os).

Na próxima Secretaria Executiva, a Regional V, indicarei as populações presentes na mesma e também a contradição existente.

Tabela 10 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER V) - (todas as populações), Fortaleza/Ceará (2010).

Brasil, Município e Bairro	TOTAL POPULAÇÃO	Homens					Indígena	Mulheres				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Branca		Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Mondubim (Sede)	70.133	10.568	1.932	494	20.469	68	12.014	1.433	695	22.400	60	
Granja Lisboa	47.635	5.763	1.370	292	15.560	49	6.583	1.141	440	16.396	41	
Canindezinho	37.664	5.015	1.395	228	11.634	19	5.850	1.165	319	12.019	20	
Genibau	36.888	5.013	1.207	296	11.249	31	5.567	1.029	447	12.012	37	
Granja Portugal	36.366	4.935	1.153	453	10.877	19	5.416	994	586	11.902	31	
Planalto Ayrton Senna	36.137	4.835	972	181	11.619	16	5.332	820	250	12.087	25	
Manoel Sátiro	35.350	5.184	817	229	10.103	30	6.266	669	423	11.590	39	
Bom Jardim	34.741	4.599	678	153	11.160	31	5.252	583	223	12.015	47	
Pref. José Walter	31.219	5.081	825	207	8.140	30	6.357	738	377	9.416	48	
Siqueira	30.501	3.407	1.016	172	10.185	7	3.919	843	237	10.701	14	
Conjunto Ceará II	22.310	3.484	412	95	6.304	4	4.376	330	133	7.168	4	
Conjunto Ceará I	18.069	3.226	379	116	4.534	11	3.993	333	206	5.265	6	
Conj. Esperança	15.289	2.251	371	71	4.425	3	2.761	359	123	4.917	8	
Pq. Santa Rosa (Apolo XI)	11.863	1.950	304	68	3.312	5	2.223	235	118	3.642	6	
Parque São José	9.790	1.605	337	75	2.600	18	1.866	278	118	2.860	33	
Maraponga	9.558	1.798	143	53	2.414	5	2.152	143	76	2.771	3	
Jardim Cearense	9.483	1.739	188	61	2.458	5	1.973	170	91	2.786	12	
Pq Presidente Vargas	6.539	952	282	58	1.904	22	1.025	229	82	1.957	28	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Tabela elaborada pela autora.

Com mais de 70.000 pessoas residindo no bairro Modubim, na capital Fortaleza, esses dados mostram que a maior parte da população reside nessa regional, o que mostra também que as pessoas que residiram no interior do estado cearense mudam para o bairro mais próximo da fronteira da saída de Fortaleza para terem acesso, tanto a Capital como para a ida/volta para a região do interior da cidade.

A Tabela 11 está identificando brancos e negros que residam na SER V. São dezoito bairros, mostrando que a população negra representa a maior quantidade de pessoas. São nove (09) bairros: Modubim, 46.234 que pertencem à população negra, contra 22.582 pessoas da população branca; Granja Lisboa, 34.467 pessoas pertencentes à população negra, 12.346 da população branca; Canindezinho, com população negra de 26.213, contra 10.865 pessoas da população branca; Planalto Ayrton Senna, com 25.498 equivalentes à população negra, contra 10.167 de população branca; Genibaú, 25.497 pessoas pertencentes à população negra, contra 10.580 pessoas da população branca; Granja Portugal, 24.926 pessoas equivalem à população negra, contra 10.351 correspondem à população branca; Bom Jardim, 24.436 são a população

negra, contra 9.851 pessoas da população branca; Manoel Sátiro, 23.179 pessoas da população negra, contra 11.450 são pessoas da população branca; Siqueira, com 22.745 pessoas de população negra, contra 7.326 de população branca.

Tabela 11 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER V) – (populações negra e branca), Fortaleza, Ceará (2010).

BAIRROS	TOTAL POPULAÇÃO	POPULAÇÃO NEGRA	POPULAÇÃO BRANCA
1 Mondubim	68.816	46.234	22.582
2 Granja Lisboa	46.813	34.467	12.346
3 Canindezinho	37.078	26.213	10.865
4 Planalto Ayrton Senna	35.665	25.498	10.167
5 Genibau	36.077	25.497	10.580
6 Granja Portugal	35.277	24.926	10.351
7 Bom Jardim	34.287	24.436	9.851
8 Manoel Sátiro	34.629	23.179	11.450
9 Siqueira	30.071	22.745	7.326
10 Pref. José Walter	30.557	19.119	11.438
11 Conjunto Ceará II	22.074	14.214	7.860
12 Conjunto Ceará I	17.730	10.511	7.219
13 Conj. Esperança	15.084	10.072	5.012
14 Pq. Santa Rosa (Apolo XI)	11.666	7.493	4.173
15 Parque São José	9.546	6.075	3.471
16 Jardim Cearense	9.314	5.602	3.712
17 Maraponga	9.421	5.471	3.950
18 Pq Presidente Vargas	6.349	4.372	1.977
Total por população	490.454	336.124	154.330

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Tabela elaborada pela autora.

Evidencia-se que todos esses bairros citados acima estão com a população negra presente com mais de vinte mil pessoas residindo na SER V, conforme Censo Demográfico de 2010.

Na Tabela 12, indico a Secretaria Executiva da Regional VI, demonstrando os bairros existentes e a população que está residindo nessa regional.

Tabela 12 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização. (SER VI) – (todas populações), Fortaleza, Ceará (2010).

Brasil, Município e Bairro	TOTAL POPULAÇÃO	Sexo x Cor ou raça Homens					Sexo x Cor ou raça Mulheres				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
1 Passaré	46.584	7.619	1.663	315	12.667	43	8.563	1.402	495	13.774	43
2 Jangurussu	46.494	6.142	1.001	147	14.849	33	7.514	846	234	15.706	22
3 Messejana (sede)	39.254	6.628	926	161	10.286	36	8.182	731	303	11.969	32
4 Conjunto Palmeiras	33.670	3.930	1.085	129	11.103	11	4.654	992	189	11.568	9
5 Lagoa Sapiroanga (Coité)	29.599	4.526	845	196	8.441	13	5.347	741	274	9.205	11
6 Jardim das Oliveiras	27.323	4.083	778	177	7.809	26	4.670	684	280	8.789	27
7 Barroso	27.222	3.548	865	130	8.463	9	3.987	777	181	9.240	22
8 Lagoa Redonda	25.754	3.660	747	70	7.798	8	4.272	627	121	8.440	11
9 Parque Dois Irmãos	25.266	3.546	452	112	7.986	7	4.140	382	152	8.481	8
10 Edson Queiroz	21.020	2.911	524	110	6.435	5	3.458	466	150	6.954	7
11 Ancuri	18.431	2.430	597	90	5.850	5	2.730	477	118	6.131	3
12 Cidade dos Funcionários	17.319	3.861	239	84	3.578	6	4.916	214	117	4.301	3
13 José de Alencar	14.934	2.604	342	83	4.064	11	2.934	362	139	4.374	21
14 Paupina	13.523	2.064	569	75	3.785	2	2.300	507	86	4.134	1
15 Cajazeiras	13.384	2.283	238	35	3.725	2	2.718	231	60	4.092	0
16 Alto da Balança	11.990	2.021	230	37	3.206	17	2.502	233	77	3.657	10
17 Dias Macedo	11.341	1.672	489	53	3.149	5	1.994	436	74	3.464	5
18 São Bento	10.910	1.705	408	45	3.082	3	1.798	316	81	3.469	3
19 Aerolândia	10.603	1.691	211	53	2.999	14	2.002	198	77	3.343	15
20 Parque Iracema	7.803	1.648	102	53	1.773	7	2.074	106	62	1.970	8
21 Curió	7.168	713	249	15	2.540	0	740	223	17	2.671	0
22 Parque Manibura	7.139	1.601	69	20	1.582	0	1.874	75	34	1.882	2
23 Cambeba	7.064	1.320	151	34	1.803	2	1.559	128	37	2.030	0
24 Coaçu	6.616	1.093	206	31	1.822	0	1.321	152	42	1.945	4
25 Guajeru	6.204	1.011	272	42	1.527	1	1.212	265	68	1.804	2
26 Mata Galinha	5.798	1.049	113	29	1.588		1.243	55	27	1.691	3
27 Castelão	5.470	693	143	26	1.741	1	847	110	38	1.871	0
28 Sabiaguaba	1.971	190	96	19	660	4	215	83	20	678	6
29 Pedras	1.231	133	27	4	449	0	152	18	9	439	0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Tabela elaborada pela autora.

A SER VI é a maior região de Fortaleza, abrangendo 29 bairros, sendo concentradas 501.085 pessoas de cinco anos ou mais de idade. Observando a Tabela 11 podemos admitir que a população residente em apenas dois bairros, Passaré com 46.584 pessoas e Jangurussu com 46.494 pessoas, são os bairros que contém a maior população dessa regional.

É a “regional” que mais tem bairros da capital cearense, obtendo a soma de 158.397 homens negros e 169.909 mulheres negras. Já a população branca é composta por 76.375 homens brancos e 89.918 mulheres brancas. Somando homens e mulheres negras temos um total de 328.306 pessoas e para homens e mulheres brancas são 166.293 pessoas, constatando que existe mais população negra do que população bairro na Regional V.

Na Tabela 13 é apontada a quantidade da população negra e branca presente em cada bairro da SER VI, evidenciando assim a existência de negros e negras em Fortaleza/Ceará.

Tabela 13 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização, (SER VI) – (populações negra e branca), Fortaleza, Ceará (2010).

BAIRROS	TOTAL POPULAÇÃO	POPULAÇÃO NEGRA	POPULAÇÃO BRANCA
1 Jangurussu	46.058	32.402	13.656
2 Passaré	45.688	29.506	16.182
3 Conjunto Palmeiras	33.332	24.748	8.584
4 Messejana (sede)	38.722	23.912	14.810
5 Barroso	26.880	19.345	7.535
6 Lagoa Sapiranga (Coité)	29.105	19.232	9.873
7 Jardim das Oliveiras	26.813	18.060	8.753
8 Lagoa Redonda	25.544	17.612	7.932
9 Parque Dois Irmãos	24.987	17.301	7.686
10 Edson Queiroz	20.748	14.379	6.369
11 Ancuri	18.215	13.055	5.160
12 José de Alencar	14.680	9.142	5.538
13 Paupina	13.359	8.995	4.364
14 Cidade dos Funcionários	17.109	8.332	8.777
15 Cajazeiras	13.287	8.286	5.001
16 Dias Macedo	11.204	7.538	3.666
17 Alto da Balança	11.849	7.326	4.523
18 São Bento	10.778	7.275	3.503
19 Aerolândia	10.444	6.751	3.693
20 Curió	7.136	5.683	1.453
21 Coaçu	6.539	4.125	2.414
22 Cambeba	6.991	4.112	2.879
23 Parque Iracema	7.673	3.951	3.722
24 Guajeru	6.091	3.868	2.223
25 Castelão	5.405	3.865	1.540
26 Parque Manibura	7.083	3.608	3.475
27 Mata Galinha	5.739	3.447	2.292
28 Sabiaguaba	1.922	1.517	405
29 Pedras	1.218	933	285
Total por população	494.599	328.306	166.293

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Tabela elaborada pela autora.

Os bairros Passaré e Jangurussu contém a maior parte da população negra da SER VI e isso prevalece nos outros 26 bairros. Apenas no bairro Cidade dos Funcionários a população branca está em maior quantidade. Frente a todo esse montante, verificamos que, estatisticamente, à população negra predomina na SER VI, em Fortaleza/Ceará.

Conforme aponta os dados do Censo Demográfico de 2010, a SER-Centro contém 6.839 homens negros e 7.790 mulheres negras; consta a quantidade 5.336 homens brancos e 6.922 de mulheres brancas. A população negra soma-se em um total de 14.629 homens e mulheres negras (os) e a população branca com 12.258 homens e mulheres brancas (os), conforme Tabela 14.

Tabela 14 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo a condição de alfabetização, (SER CENTRO) – (populações negra e branca), Fortaleza, Ceará (2010).

BAIRRO	HOMENS NEGROS	MULHERES NEGRAS	TOTAL HOMENS E MULHERES NEGRAS (OS)	HOMENS BRANCOS	MULHERES BRANCAS	TOTAL HOMENS E MULHERES BRANCAS (OS)
CENTRO	6.839	7.790	14.629	5.336	6.922	12.258

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Tabela elaborada pela autora.

De acordo com os dados estatísticos da PNAD Contínua e do Censo Demográfico de 2010, existem negros e negras em Fortaleza/Ceará sim, e mais da metade dessa população soma-se ao montante do município, evidenciando essa população nos bairros acima descritos. Destaca-se que as SER III e V são as que contém a maior quantidade de população negra na capital cearense.

Portanto, evidenciamos que a cor dessa cidade é negra, que é um retrato de Fortaleza, pois há a presença negra, há pessoas que se autodeclaram negras, existentes e pertencentes a esta cidade. Porém, apenas dizer estatisticamente que eles e elas existem não resolvem, precisamos aprofundar e saber mais, precisamos conhecer mais sobre o que apresentam os dados sobre ser negros e negras nessa cidade.

1.2 O QUE DIZEM OS DADOS SOBRE SER NEGRO (A) EM FORTALEZA?

Para responder ao subtítulo descrito acima nesse primeiro capítulo, nos baseamos nos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos bairros de Fortaleza, de acordo com o “Relatório do Desenvolvimento Humano por bairro em Fortaleza (2014)”. Estamos de acordo com Paixão (2003), quando o autor afirmar que o IDH é um relevante instrumento de mensuração de desigualdades raciais do país.

Tabela 15 - Desenvolvimento Humano por Bairro. Fortaleza/Ceará (2014).

Bairro	(IDH/bairros) 10 piores índices IDH	Mulheres		Homens		Secretaria Executiva Regional
		Negra	Branca	Negro	Branco	
1 Conjunto Palmeiras	0,119471	12.560	4.654	12.188	3.930	Regional VI
2 Pq Presidente Vargas	0,135189	2.186	1.025	2.186	952	Regional V
3 Canindezinho	0,136277	13.184	5.850	13.029	5.015	Regional V
4 Genibaú	0,138642	13.041	5.567	12.456	5.013	Regional V
5 Siqueira	0,148675	11.544	3.919	11.201	3.407	Regional V
6 Praia do Futuro II	0,167904	3.710	1.650	3.678	1.535	Regional II
7 Planalto Ayrton Senna	0,168312	12.907	5.332	12.591	4.835	Regional V
8 Granja Lisboa	0,169987	17.537	6.583	16.930	5.763	Regional V
9 Jangurussu	0,172087	16.552	7.514	15.850	6.142	Regional VI
10 Aeroporto	0,176845	2.863	1.197	2.677	1.108	Regional IV
Total		106.084	43.291	102.786	37.700	

Fonte: Desenvolvimento Humano por Bairro em Fortaleza, 2014 - Tabela elaborada pela autora.

Conforme indicado na tabela acima, os dez piores IDH por bairros de Fortaleza foram apresentados pelo estudo do Índice de Desenvolvimento Humano por bairro (IDH-B) da capital, a fim de “subsidiar ações públicas voltadas à melhoria das condições socioeconômicas da população fortalezense.”

Essa avaliação foi feita pela metodologia que é utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que corresponde ao indicador analítico composto pelas dimensões de Renda, Educação e Longevidade, que vai mensurar o desenvolvimento econômico do município.

[...] desde a década de 1990, a ONU avalia anualmente o grau de desenvolvimento dos países utilizando como parâmetro o IDH, que corresponde a um indicador sintético composto por três dimensões: Renda, Educação e Longevidade. Em nível de municípios, o Programa das Nações Unidas (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), calculou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios brasileiros, objetivando avaliar o padrão de vida das pessoas (Dimensão Renda), o acesso ao conhecimento (Dimensão Educação) e as condições de longevidade e saúde (Dimensão Longevidade) (FORTALEZA, 2014. p. 8).

Para complementar o estudo feito e definir quais são as populações encontradas nos 10 bairros com os menores IDH em Fortaleza, acrescentamos na tabela a população negra e a população branca, de acordo com o sexo, compostas nesses bairros.

Os bairros definidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) na Tabela 14 são: Conjunto Palmeiras, com zero vírgula cento e dezenove (0,119) IDH-B; Parque Presidente Vargas, com zero vírgula cento e trinta e cinco (0,135) IDH-B;

Canindezinho, com zero vírgula cento e trinta e seis (0,136) IDH-B; Genibaú, com zero vírgula cento e trinta e oito (0,138) IDH-B; Siqueira, com zero vírgula cento e quarenta e oito (0,148) IDH-B; Praia do Futuro II, com zero vírgula cento e sessenta e sete (0,167) IDH-B; Planalto Ayrton Senna, com zero vírgula cento e sessenta e oito (0,168) IDH-B; Granja Lisboa com zero vírgula cento e sessenta e nove (0,169) IDH-B; Jangurussu, com zero vírgula cento e setenta e dois (0,172) IDH-B; e Aeroporto com zero vírgula cento e setenta e seis (0,176) IDH-B.

Seis bairros dentro desse montante citado acima estão localizados na SER V, que se pode definir como região que tem um destaque negativo, concentrando assim os piores desempenhos de desenvolvimento humano e econômico da cidade de Fortaleza. O Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), define o IDH como o processo de ampliar as escolhas das pessoas, através de sua capacidade e oportunidades. Mas, como ter esse desenvolvimento humano, se a população negra fortalezense vive em situações graves?

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (PNUD⁴, 2019, online).

Deve o poder público municipal e estadual agir via políticas públicas reparatórias nesses bairros, especialmente na ótica da igualdade racial, pois são essas políticas que irão atingir à população negra que vive nessas vulnerabilidades apresentadas através do IDH-B.

Ainda na Tabela 14, identificamos que a população negra é composta por 208.870 pessoas que estão localizadas nesses dez bairros com os piores índices de desenvolvimento humano em Fortaleza, conseqüentemente, vivendo nas piores condições de vida, indicando mais uma vez a falta de políticas públicas para promoção da igualdade racial nessas regionais, uma vez que mais de 62% da população negra vive em condições diversas nesses bairros.

A SER VI, composta pelos bairros Conjunto Palmeiras, com zero vírgula cento e dezenove (0,119) Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B), e Jangurussu, com zero vírgula cento e setenta e dois (0,172) IDH-B, está entre os dez piores IDH-B. O bairro Conjunto Palmeiras possui o menor índice e assim evidencia que, entre a população negra com

⁴ Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>.

24.748 pessoas e a população branca com 8.584 pessoas, evidenciam-se as desigualdades raciais persistem entre uma população e outra. Nesse caso, a população negra é majoritária com 66% de negros e negras vivendo com as piores condições de vida, contra 34% da população branca.

Podemos evidenciar também, citando as mulheres negras, que são elas que estão em maior quantidade dentro do total da população negra nesses índices, com 106.084 mulheres negras contra 43.291 mulheres brancas. Os homens negros representam 102.786 pessoas, contra 37.700 homens brancos.

Nos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano por bairro em Fortaleza/Ceará, a população negra vive nas piores posições e condições de vida e, assim, mostra-se que há desigualdades raciais entre a população negra e população branca.

Para apresentar essas condições de vida da população negra nos bairros de Fortaleza, fomos presenciar a realidade vivida das pessoas no bairro Bom Jardim e assim foram feitas entrevistas com a moradora e intelectual negra Mona Lisa da Silva. Ela foi escolhida para a entrevista nessa dissertação porque reside no bairro há 26 anos. É uma mulher negra, jovem, conhece o bairro Bom Jardim e, nessa perspectiva, pode nos acompanhar durante vários dias, transitando no bairro e apresentando os coletivos e instituições que existem nele. Mona Lisa Silva apresentou-nos o morador Rogério Araújo, que reside no Grande Bom Jardim desde 1996 e está à frente de uma instituição importante do bairro, a qual informarei no texto.

Abaixo transcrevo os depoimentos, primeiro da intelectual negra Mona Lisa, que com toda sua desenvoltura e presença de mulher negra, pesquisadora, antropóloga, nos informa dados do local onde reside, tendo a consciência da construção que originou o bairro, sobressaindo às estatísticas, afirmando que sim, é mulher negra que reside na periferia e com ensino superior, consciência do lugar que veio que e sabe para onde vai. E vai em busca dos poderes que sempre foram negados à população negra; os estudos, a formação superior, pois assim ela sabe onde irá chegar.

As perguntas que foram feitas a intelectual negra Mona Lisa foram: seu nome completo, idade, raça a qual pertence e como ela vê a população negra de seu bairro. As respostas dessas questões podem ser acompanhadas abaixo:

Me Chamo Mona Lisa da Silva, tenho 27 anos e desde sempre me identifiquei enquanto negra, consequência do discurso que costumava ouvir da minha família, mas vi a identidade negra de amigas e amigos surgirem muito tempo depois em decorrência de processos identitários que os atravessaram e o fizeram pelo bem ou pelo mal, se enxergar enquanto negras e negros. Atualmente sou mestrandanda em

Antropologia pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB.

Em relação a como vejo a população negra do meu bairro, penso que não há uma visão única sobre isso. Sobretudo porque a população negra, da qual faço parte, é diversa. Assim, somos diferentes entre si. Costumo olhar para meu bairro e procurar enxergar sempre o lado positivo de se morar em uma periferia, embora os problemas como falta de equipamentos públicos, saneamento básico e insegurança, por exemplo, sejam maiores do que nas áreas nobres de Fortaleza. E obviamente, isso se dá pelo fato de ser nas periferias e favelas desse Brasil que se encontra, em sua maioria, a população negra, decorrência do racismo estrutural. Pilar que sustenta essa sociedade racista em que nos encontramos. Assim, eu vejo a população negra do meu bairro extremamente maltratada por esse sistema racista. Há muita desigualdade, estigmatização, violência – de todos os tipos e formas, desde a física a de falta de acessos básicos como educação, moradia digna e atendimento necessário no que se refere a saúde – e poucas oportunidades.

Cresci ouvindo falar dos altos índices de violência do meu bairro. Os índices de fato são altos, no entanto, eu não acredito que o bairro seja violento, mas que seja violentado cotidianamente pelo Estado e pelas autoridades que comandam esse país. Entretanto, é essa mesma população negra que acorda todos os dias à cinco da manhã ou mais cedo que isso para atravessar a cidade, chegar do outro lado, na área nobre, onde normalmente não somos bem-vindos e não costumamos ir com frequência – e isso se dá pelo fato do acesso à cidade, para nós que moramos do lado de cá ser complicado. Nos falta dinheiro para frequentarmos aqueles lugares, os circuitos culturais, embora de uns tempos para cá esteja descentralizando, ainda não chegam de fato as periferias e a população negra dessa cidade, o transporte público é precário e inseguro e por mais que nos atrevamos a circulares por esses espaços que insistem em não nos querer, saímos e deixamos nossas mães, avós receosas, com medo de que aconteça alguma coisa no caminho ou que não consigamos voltar em segurança para casa. Afinal, depois da meia-noite o transporte público que já é precário, funciona menos ainda. No entanto, como ia dizendo, somos nós que acordamos cedo, nos deslocamos até o outro lado da cidade e giramos a economia das cidades com nosso sangue e suor. Assim como fizeram nossos antepassados.

Mas como disse, a população negra do meu bairro é múltipla, diversa. Não é à toa que o Grande Bom Jardim seja um dos bairros com mais movimentos sociais organizados. A população aqui sabe que “só a luta muda a vida”, como bem diz a frase que cresci ouvindo por entre os movimentos sociais que participei. Dessa forma, eu vejo uma população negra organizada e empenhada em micropolíticas capazes de mudar as estruturas que nos impedem de avançar e ocupar os espaços que queremos. Vejo a juventude do bairro, sobretudo a negra, extremamente organizada, politizada e engajada na luta antirracista. Foi no meio desses movimentos e dessas pessoas, exemplo, que eu me descobri enquanto pesquisadora e que usei sonhar em chegar em uma universidade pública, federal e internacional como é a Unilab e ousar ser e estar hoje em um programa de Pós-Graduação em Antropologia.

O Grande Bom Jardim para mim é um território de lutas, afetos, atores, atrizes, cantores, dançarinos, poetas e poetisas... enfim, artistas dos mais variados possíveis. É um território repleto de mobilização político-social que priva pelo bem viver e é, acima de tudo, um território de resistência e de re-existência preta (Mona Lisa da Silva).

Como interlocutora para a caminhada no bairro, Mona Lisa da Silva nos informa e nos leva à vários movimentos sociais existentes no Grande Bom Jardim, afirmando:

O Grande Bom Jardim em sua composição é formado por cinco bairros: Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal, Granja Lisboa e Bom Jardim.

É importante destacar que pelos altos índices de violência no território, ele foi escolhido, não lembro exatamente a data, como o 11º “Território da Paz”, essa foi uma ação oriunda da articulação dos movimentos sociais do bairro e parceria com o

Pronasci. Atuam dentro do Bairro diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e grupos sociais e artísticos. Como o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), Espaço Geração Cidadão (EGC), Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH), o Grupo Nós de Teatro, Cia Viv'Art, Negragem, Bonja Roots, JAP (Jovens Agentes de Paz), isso para citar apenas alguns, mas a lista poderia ser maior. Também atua no bairro a Rede de Desenvolvimento Local, Integral e Sustentável (DLIS). Em linhas gerais, a Rede atua na busca por um território, (Mona Lisa da Silva).

Fruto da Coleção Pajeú, lançado em (2015), o livro desenvolvido pelo escritor José Marapurunga descreve o bairro Bom Jardim, dando sentido de que “essa parte da cidade de Fortaleza é uma cidade dentro de outra (o bairro)”.

Desde à década de 1960 o escritor relata à ida ao bairro Bom Jardim com seus pais, para a compra de lotes de terras. Nessas idas e vindas, quando jovem do movimento estudantil, como também já em 1980, como assessor da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, participava de reuniões e conversas com lideranças comunitárias do bairro.

Para definição do território Grande Bom Jardim (GBJ), o autor destaca:

É necessário passar para o leitor uma definição territorial já sedimentada na mente das pessoas que habitam a área, a de Grande Bom Jardim, um território que engloba o Bom Jardim propriamente dito e áreas vizinhas, como Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e o Canindezinho. Quando alguém diz que mora no Canindezinho, está dizendo que mora em uma das comunidades do Bom Jardim, como Santo Amaro, Santa Cecília, São Vicente e outras (MAPURUNGA, 2015, p. 40).

Esse relato nos centraliza, quando todos os bairros descritos acima, estão presentes na SER V da cidade de Fortaleza, como foi também destacado pela moradora Mona Lisa Silva.

Neste livro, o escritor inicia com “textos que relatam a história de vida dos moradores, confundindo-se com a história do bairro”. Dentre esses moradores e moradoras presentes nesse livro, cito Marileide Luz, que chegou ao Bom Jardim no ano de 1989, quando criança, para residir com a avó que ali morava. Sua atuação no bairro foi “focada principalmente em reivindicações de mais escolas”. Quando, em 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) foi aplicado na Prefeitura de Fortaleza, definindo assim os recursos para a educação com base no número de alunos matriculados nas escolas da cidade, Marileide, “teve seu foco de vida para a luta da qualidade da educação oferecida aos alunos do bairro”.

De acordo com o Censo de 2010, do IBGE, entre o ano 2000 e 2010, o Grande Bom Jardim ganhou cerca de 30 mil novos habitantes, um crescimento demográfico de 19%, bem acima do Brasil (11%) e da cidade de Fortaleza (8%). Isso sem contar com a transferência, ora em andamento, de mais 13 mil moradores para o bairro, provindos

das áreas que serão revitalizadas do rio Maranguapinho. Isso sem o devido melhoramento da infraestrutura urbana (MAPURUNGA, 2015, p. 32).

Os dados acima relatam o crescimento populacional, de acordo com o Censo de 2010. Marileide destaca que os melhores e os piores acontecimentos que houve no bairro foi ver o crescimento de prédios e construções de escolas e postos de saúde. Porém, “longe de atender a demanda por serviços públicos da população que estava em constante crescimento”. Ela cita os altos índices de violência, a situação do transporte público e mobilidade urbana que “entende como consequência da negação dos direitos históricos na periferia”.

Pedagoga, Marileide Luz está à frente da coordenação do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), “que é uma instituição que tem como essência a certeza do protagonismo dos mais pobres”:

O Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) surgiu em 1994 como resultado de um processo de mobilização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Área Pastoral do Grande Bom Jardim. Nesse processo ocorreram distintas lutas comunitárias para minimizar ou suplantiar graves problemas sociais que afligiam as crianças, adolescentes, homens e mulheres habitantes dessa Região, composta por cinco bairros periféricos de Fortaleza⁵ (MARAPURUNGA, 2015, p. 33).

Atualmente, o CDVHS conta, como Titular - Presidente do Conselho, Rogério Costa e como Suplente, Marileide Luz, ambos assessores de direito à cidade da equipe do CDVHS e articuladores da rede DLIS do GBJ.

O próximo entrevistado, para compor a história de vida como morador e membro do CDVHS, Rogério Costa, nos fala um pouco sobre sua vivência no Bom Jardim.

Rogério da Costa Araújo tem 47 anos, é psicólogo e, atualmente, além de atuar como presidente do CDVHS, faz parte também da Equipe Técnica, trabalhando no eixo da cidade. Morador do Grande Bom Jardim, especificamente da Granja Lisboa, Rogério reside desde 1998 no bairro. Nascido do interior de Maranguape, chegou em Fortaleza em 1990 e de lá pra cá sempre ficou, por causa dos estudos e faculdade.

Quando perguntado se o CDVHS tem algum projeto para a população negra ou com a população negra integrado nessa instituição, a resposta segue:

Eu acredito que os coletivos da juventude, tem esse recorte racial mais vivo e mais presente que as lideranças (populações) mais antigas. Eu trabalho com comunidades aqui, com base que são tecnicamente chamadas de assentamentos precários. São, na verdade comunidades que nasceram de ocupação de terras, para garantir direito à moradia e que as pessoas são de territórios autoconstruídos, na maior parte das coisas

⁵ Disponível em: <https://cdvhs.org.br/quem-somos/historia>.

que existem, são que os próprios moradores construíram ao longo do tempo, pra sobreviver e para garantir direito à moradia e convivência comunitária (Rogério da Costa Araújo).

Ancorando-me no texto de Marapurunga (2015), que apresenta a luta de famílias por casas e ocupação de territórios, questiono ao entrevistado se ele tem informações de ocupações com famílias negras. O entrevistado diz que: “[...] então dessas lideranças mais antigas, é difícil a gente encontrar nos discursos delas uma afirmação racial (exemplo: nós somos de uma comunidade quilombola), somos de famílias negras, a gente não escuta esse tipo de coisas, o mais próximo moreno”.

Em seguida, questiono se na verdade há uma invisibilidade da população negra em todo o Estado e se isso afeta. Ele responde que:

Exatamente isso, por conta dessa própria história brasileira (escravidão). Já os grupos mais jovens, tem essa afirmação mais presente, como por exemplo, há vários coletivos, como Sarau do Povo Negro, tem eventos, festa direcionadas para negros (as), uns chamam festas de Black, acontecidos aqui e em todo bairro. Os próprios usos dos cabelos afro, para afirmar a identidade, mas vejo mais pelos jovens (Rogério da Costa Araújo).

Continuando o diálogo, ele informa que “o povo, os moradores mais antigos e idosos que são marcadamente negros, por exemplo se forem homens, usam os cabelos curtos (cortam), os jovens já deixam bem natural. A gente observa isso, nas atividades e nas gerações mais novas.”

Presente desde o ano de 2012, o psicólogo, comenta que atuava como participante dos coletivos na CDVHS e foi convidado por Marileide para atuar com ela no processo de dar direcionamentos, entre outras coisas para o funcionamento da organização; assim, ele informa que:

Temos um espaço mais amplo, a ideia é que a gente possa potencializar isso e agregar coletivos pra usar o espaço e pra fazer as atividades da gente. Tenho uma linha de trabalho que é essa, por direito a cidade, que são justamente eu e a Marileide. E a outra linha de trabalho que é da juventude, é com a Ingrid, que está em outra reunião. Inclusive esses jovens que têm essa perspectiva racial, mais acentuada do que os moradores mais antigos. Outra forma de afirmar, que também tem essa diferença, é que o jovens usam a palavra favela, os mais antigos, querem esconder que moram na favela, ao contrário dos jovens, que falam que moram na favela, são povos da favela e os mais antigos, preferem esconder sobre a favela e sim falam comunidade (Rogério da Costa Araújo).

É questionado novamente sobre a relação da população negra e os trabalhos realizados pela organização, ou melhor, se as ações são direcionadas para as questões raciais. Ele responde que sim, informando que o trabalho prioritário é “dando assistências, pois são

majoritariamente compostas por população negra”. Ele destaca que “tem algumas pessoas com traços indígenas, imigrantes, pessoas que vieram do interior, mas a maioria são negras e negros”.

Informa também que há “uma comissão, que é da Proteção da Infância e da Juventude, justamente por identificar esse grave problema do extermínio da população negra e da juventude”; e continua informando que há ações que combatem “as violações de direitos no geral, que atinge as crianças, as mulheres e as famílias no geral, em virtude das muitas situações violentas que acontece no bairro”.

São apresentadas pelo entrevistado algumas características presentes no bairro, disse ele:

Toda tradição de organização política, de participação política, que acontece aqui no CDVHS. Característica nossa, tradição de participação política, de protagonismo político, aqui foi o território, que sempre tentaram empurrar o território e a população pra fora da cidade oficial, que são as histórias dos campos de concentração, tinha nessa região, depois quando começou, as comunidades de base, as igrejas que trabalharam com a comunidade, que ajudou a organizar um pouco o território, desde essa época, com a ocupação do território, a luta pela terra, a luta pela água, a luta pela energia, pelo transporte público, pelas estradas, tudo isso foi trazendo, foi construindo uma tradição de participação popular. Tudo isso é muito forte, e a população negra de todo bairro sempre está envolvida (...)

E a questão cultural, os grupos culturais, tem talentos assim, na tentativa de transformar processos opressivos, de exclusão, de opressão, de violação de direitos, até para uma forma de enfrentamento, de existência, dessa lógica excludente, e que as pessoas vão construindo alternativas e umas delas é através da cultura, da arte, da organização política e cultural.

Então antes era, política, cultural e religiosa, agora eu acho que religião é um foco, para os povos de terreiros, que aqui também tem inúmeros povos de terreiro, de umbanda e do candomblé, que fazem essa resistência, essa ligação da cultura negra, da cultura africana. Tem inclusive gente que é daqui, e que abre terreiros em outros espaços, como se fosse, transportar essa cultura para outros territórios, locais.

Tem um movimento político da Umbanda, com o Pai Neto, ele é representante dentro do ponto de memória do Grande Bom Jardim. Representante do Conselho Nacional de Agente Cultural. Então tudo isso, é envolvido no bairro (Rogério da Costa Araújo).

Após esta explanação sobre o contexto do baixo, ele é questionado se a prefeitura oferece políticas públicas, principalmente aquela direcionada à questão das políticas de promoção da igualdade racial. Ele informa que sim, dizendo que “há vários pedidos negados, desde o começo; a nossa atuação, sempre ela é vista pelos os que estão no poder como se fossemos oposição”. Para ele, tais negativas são porque eles trabalham “na perspectiva de exigir direitos. E de protagonismo político, não só de receber as coisas de cima para baixo, mas contrapor também nossas posições, os nossos projetos, nossos processos e a nossa história. Tudo construído em cima disso”. Destaca-se que neste momento o entrevistado faz um “ar” de insatisfação.

Ao perceber a insatisfação, é questionado se eles já tiveram algum contato com a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, direcionada a todo Estado do Ceará: Obtiveram algum apoio a políticas públicas de promoção da igualdade racial?

Conheço a Coordenadoria, houve várias participações, atividades, mas na perspectiva de formação, de palestra, de debate. Porém, não houve procura particularmente, pra uma política específica. No mais, achamos importante que ela, essa coordenadoria, que dentro da perspectiva que a gente prioriza, ela é mais, uma coordenadoria que não tinham muita margem de realização. É uma coisa mais simbólica, que não consegue, porque a questão racial, no Ceará, em Fortaleza, no Brasil, é muito cruel com a população negra. Como enfrentar o extermínio do povo negro. O que a gente vê nos governos, é o fortalecimento da lógica repressiva, de segurança pública com repressão, o hiper encarceramento, violação de direitos humanos, das polícias, forças armadas, e frente a isso, a esse tipo de situação crucial, que atinge a vida dos jovens negros, o que pode fazer uma coordenadoria (...). Nesse sentido a margem de realização são muito pequenas, a coisa mais simbólica, de procurar se sensibilizar, e que aborda algumas conquistas pontuais, mas não vai fazer uma diferença estrutural, na vida do povo negro, em relação a vida concreta que está vivendo hoje. As situações de extermínios, dessas situações são muito dramáticas na vida do nosso povo negro (Rogério da Costa Araújo).

Ele acrescenta que, no ano 2016, começaram a organizar o Maracatu. Destacando que “a vivência do maracatu [...] é sempre uma constatação de como o racismo é presente no cotidiano das pessoas. Nosso Maracatu, não usa o negrume. A gente vai com nosso rosto, corpo mesmo”. Em seguida, ele apresenta o Maracatu que há no bairro:

É o Maracatu Nação Bom Jardim, uma experiência ainda nascente, mas que estamos na resistência. Mas muito educativo no ponto de vista político e pedagógico, no sentido de afirmar sua negritude, de desmitificar o que é a macumba, entre outras coisas, principalmente pelas riquezas dos inúmeros povos de terreiros presente, frente ao catolicismo, as igrejas evangélicas, espíritas que existe no bairro. O maracatu, as pessoas que participam do maracatu, principalmente ouvia dos padres, dos pastores, que isso (o Maracatu) era coisa de macumba, e principalmente os jovens. Então no próprio processo de fazer o maracatu, existem vários momentos de conversas, para entender e explicar melhor, quem são os orixás, de onde vem a tradição, para explicar sobre as religiões matrizes africanas. Não temos sede, o ponto de encontro (apoio) é aqui mesmo. Foi feito o cortejo a pouco tempo atrás (recentemente). Então provavelmente, voltamos a reunir no próximo semestre (Julho/Agosto 2019), com mais força, que vamos nos preparar para mais apresentações. Esse ano a gente homenageou Oxum. No primeiro ano tivemos apoio do Maracatu Solar, que ajudou a gente nessas apresentações, que trouxe essa ideia pra cá. Primeiro ano homenageamos Oxalá, depois no outro ano foi Oxóssi e agora Oxum. Então, estamos aprendendo muito com esse processo, e são maneiras de a gente afirmar nossa negritude, nossa afirmação com o povo africano, com as nossas matrizes africanas (Rogério da Costa Araújo).

De forma proposital, deixamos, por fim, uma pergunta importante para conhecer mais o nosso entrevistado. Assim questionamos: a qual raça/cor você pertence?

Rogério responde sorrindo:

Por ver os traços indígenas em mim. Eu tenho esses traços indígenas já identificados inclusive, mas não sou de aldeia nenhuma. Portanto sou negro, não tem como. Pode até ser devido minha família vir de Maranguape, e achar que algum dos meus antepassados terem vindo de lá, que ali estão à Aldeia Potiguara. Mas nunca tive aproximação. Já trabalhei com povos indígenas, das culturas indígenas dos povos Itapeves, que também é uma mistura, com várias outras etnias juntas. Por onde ando, já fui identificado, aonde chego, me ditam que sou índio. Mas como não sou de aldeia, tenho essa dificuldade de afirmar que sou índio, portanto, reconheço meus traços indígenas. Mas sou negro (Rogério da Costa Araújo).

Cabe destacar as “confusões” identitárias apresentadas, pois destacam-se os traços indígenas, mas ele se autodeclara negro. Não querendo questionar a autodeclaração do meu interlocutor, é importante destacar que tais “confusões” são frutos também da negação, da invisibilidade negra no estado do Ceará, em Fortaleza.

Conforme apresentado nesse capítulo, ser negra (o) em Fortaleza é um dilema, é um desafio. Através dos dados, estamos sim presentes na cidade, porém, como dizem os entrevistados, muitas vezes em situações subalternas, com poucas políticas públicas, sem qualidade de vida; ou seja, muitas das vezes a população negra está marginalizada. Tudo isso mostra toda re-existência e resistência que a população negra fortalezense tem para se posicionar frente ao discurso mistificado sobre a sua inexistência não só no município, mas em todo Estado cearense. Relacionando esse “não existir da população negra cearense e fortalezense”; mais do que isso, sobre a população negra, nas palavras de Saldanha (2018, p. 250): “vamos buscando um caminhar que vai tecendo outras recordações... por tempos onde nós, mulheres, não tentemos apenas caminhar, mas que o caminho esteja aberto para chegarmos onde realmente desejamos estar”.

Esse capítulo teve o objetivo de apresentar a distribuição das populações de Fortaleza, destacando negros (as) e brancos (as) presentes nos bairros da cidade. Apresentou também as vulnerabilidades e potencialidades que cada população enfrenta em suas regiões, sendo elas as Secretarias Executivas Regionais. No próximo capítulo destacamos as desigualdades raciais e sociais em que a população brasileira e fortalezense se encontra, partindo da construção que originou desse termo.

2 DESIGUALDADES SOCIORRACIAIS: NEGRAS (OS) E BRANCAS (OS) EM FORTALEZA

O termo desigualdade, quando pronunciado, na memória de qualquer pessoa surge em pensamento o ato de diferenciação, como diz o velho ditado, onde “uns ou umas tem mais e outros (as) com menos”. Isso se reflete em todos os sentidos, principalmente nas desvantagens, quando referenciamos “as diferenças étnicas e raciais, em especial no que retrata a respeito de salários, educação e acesso a empregos e escolas” (CASHMORE, 2000, p. 167).

O “Dicionário de Relações Étnicas e Raciais”, escrito por Cashmore, nos atenta que o eufemismo sempre é usado para o resultado da discriminação e da exploração, pois o termo “desvantagem” esconde convenientemente as causas das diferenças de *status*”. Pois, quando se pensa em ótimos “status” de uma minoria, conseqüentemente as grandes maiorias são marcadas pelos critérios étnico e racial, causando assim o desprivilegio, termo usado para ofuscar as verdadeiras fontes da desigualdade na sociedade (CASHMORE, 2000, p. 168).

O minidicionário Houaiss (2001) constata que a palavra desigualdade se refere à definições como “o caráter, estado de coisas ou pessoas que não são iguais entre si”; havendo “dessemelhança, diferenças” em algo ou sentido; como também “a ausência de proporção, de equilíbrio” entre diversas situações (HOUAISS, 2001, p. 134). Pontuando assim que, quando não há igualdade em ações ou atos em distintas ocasiões, para fazer tais equiparações devemos nos atentar para as políticas que serão usadas nesses desfechos.

Desse modo, desvantagens e desigualdades foram ações determinantemente marcadas no processo do descobrimento do Brasil, já iniciadas nos primeiros momentos dos anos 1500, quando portugueses entram no país para colonizar as “*terras vistas*” e encontram diversas etnias (indígenas) nos locais, mas aproveitam das diferenças que existem entre si para tirar proveito de posições dominantes perante ao modo que, naquele momento (época), era favorável aos portugueses.

Assim, nosso país vem desenvolvendo o termo de desigualdade desde a sua colonização até os dias atuais. Diante do período colonial brasileiro, surge o processo escravocrata, sendo assim “o escravismo uma experiência histórica crucial para os negros nas Américas” (HASENBALG, 2005, p. 35).

Fruto dessa discussão dos dados temos como aporte teórico a obra “*Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil (1979)*”, do sócio logo Carlos Hasenbalg, que aborda diversas dimensões enfrentadas pela população brasileira desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que o país passava por uma rápida modernização social e econômica, presente até a

atualidade, que “ocorreu pelo milagre econômico do século XIX, dissolvendo pela década perdida dos anos 1980 e diluindo pela abertura econômica iniciada nos anos 1990” (HASENBALG, 1979, p. 37).

Sendo assim, o autor conclui que a população negra brasileira, durante as décadas do século XX até hoje, foi a única que não teve benefícios com as transformações econômicas do país. Mais que isso, em todas as fases de vida da população descendente de africanos (pessoas de cor preta e parda, na denominação do IBGE), “estão expostos à desvantagens cumulativas ao longo de todas as fases do ciclo de vida, e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração para a outra” (HASENBALG, 2005, p. 37).

Diversos estudos sobre negros (as) no Brasil foram desenvolvidos por autores (as) brasileiros (as) e estrangeiros (as), demarcando toda a história do “escravismo criminoso⁶” que aqui foi presenciada, pontuando os preconceitos e as discriminações que afetam a população negra brasileira.

Foram mais de três séculos de escravidão (1530-1888) no país, sendo após esse período declarado o fim do escravagismo. Mas, após isso, nenhuma política de reparação e equiparação de danos morais, psicológicos, econômicos, quaisquer que sejam, foram feitos para a população negra que aqui existiu e existe:

A campanha abolicionista, em fins do século XIX, mobilizou vastos setores da sociedade brasileira. No entanto, passado o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente. Por trás disso, havia um projeto de modernização conservadora que não tocou no regime do latifúndio e exacerbou o racismo como forma de discriminação (IPEA, 2011, p. 01).

Restava à população afrobrasileira que aqui estava, resistir e existir, viver em seus quilombos ou também em meio aos cantos; hoje as favelas, cortiços, casas amontoadas para sua sobrevivência. Faziam essa resistência para enfrentar e seguir na luta contra as opressões, para exercer a cultura que eles mesmo tinham e conheciam, ou mesmo viver longe dos maus-tratos e perversidades que eram impostos a si.

Nada restava naquela época, à não ser continuar sendo “escravizados” pelos dominantes de poderes, com as mínimas condições de vida, em troca de comida, bebida e moradia. Ou seja, você não vai para a rua viver como um ninguém, mas em troca disso ficam morando aqui de favores. Neste sentido, Santos (1993) informa que:

⁶ “Escravidão criminoso” é um modo de produção implantado pelos portugueses no Brasil durante a colônia e que vigorou até o final do império. Para definição de produção escravista vide Freire (1978) e Cunha Jr. (2004).

Há desigualdades sociais que são em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam (SANTOS, 1993, p. 123).

O autor relata que o lugar (território) no qual cada cidadão reside já informa as desigualdades sociais em que ele se encontra. Para tanto, o Estado considera todos iguais, está na constituição; mas a sociedade não, as leis não. Ou seja, considera na teoria e não na prática; ou melhor, já existem leis que compreendem que somos diferentes, exemplo as ações afirmativas. Assim, a lei deve considerar as novas diferenças, algo que está distante de acontecer, pois os lugares em que estão os pobres, têm raça e cor; ou seja, são na sua maioria pretos (as) e pardos (as), evidenciando que as desigualdades sociorraciais estão presentes na sociedade brasileira, muitas vezes de forma difusa. São pobres porque são negros ou são negros então são pobres? Lembrando que, mesmo que não esteja na condição de pobreza, negros e negras não estão livres do racismo e da discriminação racial.

Não obstante a esse período de escravidão e pós-processo escravocrata, a imigração europeia que adentrava ao país logo após esse período, veio apoiada pela ideia do branqueamento de raça, como também de relacionar a mestiçagem, que ainda é vista por muitos brasileiros como algo positivo, “só que não”.

A professora doutora Vera Rodrigues, em sala de aula, na disciplina de Antropologia das Populações Afro-brasileiras, ministrada no primeiro semestre do ano de 2018, nos informava que “a mestiçagem, nada conduz como que a pessoa seja da mistura do negro (a) com branco (a), mas sim no conceito de abolir a raça preta (negra)”. Essas palavras foram ditas no contexto abordado sobre o tema da “democracia racial que é discutida no país”. Assim ela finalizou a fala que, “no início do século XX, “clarear a raça” era o ditado popular mais usado pelos (as) brasileiros (as) da época”. Fatos que foram discutidos por autores e autoras daquela época.

Alberto Guerreiro Ramos (1954), abordou com a obra “O problema do Negro na Sociologia Brasileira”, que “está implícito um modo de ver as relações raciais no país que se revela, nos dias que correm, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil” (RAMOS, 1954, p. 01).

O autor vai referenciar que os estudos entre os períodos (1850-1950), eram feitos por categorias e valores da realidade europeia. Dizendo de outra forma, Ramos (1954) aponta o racismo, preconceito e discriminações raciais que autores brancos do período do século XIX, tinham sobre a população negra presente no país. Cita esses estudos, como exemplo de Sylvio

Romero (1879), que ao falar do termo mestiçagem, aponta ela como uma das causas de certa instabilidade moral na população; a mestiçagem estava ligada ao declínio moral e econômico, seria o retrocesso e obstáculo do progresso brasileiro na época. Dizia que o ser “ariano” era a grande raça, bela e valorosa, adotando a política de branqueamento como forma de “não constituir uma nação de mulatos, pois a raça branca vai prevalecendo e prevalecerá” (ROMERO, 1989 *apud* RAMOS, 1954, p. 6).

No mesmo sentido, Cunha (1902, *apud* Ramos, 1954, p. 09), apontado no texto de Guerreiro Ramos, citava que a mestiçagem (ou a mistura das raças) era algo prejudicial, pois não se tinha ascensão para atitudes intelectuais, tornando-se o mestiço, mulato, um desequilibrado; para ele o negro era como sedimento do Brasil, “alguém para ser desagregado do país” (grifo da autora).

As compreensões apresentadas acima, não eram exclusividades dos autores citados, pois a mestiçagem para Alberto Torres (1914), com a obra “O Problema Nacional Brasileiro”, em poucas palavras, era tido como “inferioridade no país”. Oliveira Viana (1932), no livro “Seleções Étnicas”, afirma que para “além da mestiçagem ser inferior aos povos brancos, a arianização do povo um dia chegará ao país, afirmando sobre a política de branqueamento” (RAMOS, 1954, p. 14).

Cabe destacar que nesse momento, de acordo com Ramos (1954, p. 17) Nina Rodrigues (1903) era a principal autora a fazer apologia ao branco, exaltando-o e valorizando-o como um modelo cultural a ser seguido, fazendo assim determinações para o fim do caminho da mestiçagem.

Para além das conceituações que Ramos apontou sobre o racismo e preconceito desses atores citados, na década de 1930, o lançamento “freyriano” com Casa Grande & Senzala, mostrou ao país daquele tempo que a democracia racial que o autor tanto frisou nessa obra fincou como um mito, pois, em 1950, Florestan Fernandes apresentou o contrário sobre negros (pessoas escravizadas) x brancos (senhores de engenho) no Brasil, que não viviam em harmonia, muito menos em democracia, e sim com suas relações de poder e resistência. Tudo isso diferente do que Freyre revelava na obra dos anos trinta, fazendo com que a mestiçagem fosse tida como algo positivo da época.

Sobre o que branqueamento podia fazer com a política adotada no final do século XIX, o tema “A Redenção de Cam”, fez com que uma pintura feita pelo espanhol Brocos (1895), revelasse essa política de embranquecimento que tanto foi apontada pelos autores da época. Foi pintada em uma tela à tinta óleo, onde uma senhora negra retinta, com as mãos erguidas estivesse agradecendo aos “céus” pelo bebê branco, fruto do relacionamento que teve

sua filha negra, porém com o tom de pele mais claro, com o homem branco (sentado ao lado). Isso representava o que alguns autores daquele período acreditavam sobre essas transformações da sociedade brasileira conforme fora citado, para ser a extinção da população negra que existia no Brasil e, durante as três gerações representada na tela abaixo, elas poderiam acabar.

Figura 9 – Tela Tema: “Redenção de Cam”



Tela: Redenção de Cam. Autor: Modesto Brocos (1852-1936).

Em 1940, a questão de relações raciais e gênero aponta a mulher como principal foco na sociedade e no meio científico e, uma das principais obras nesse período foi de Ruth Landes (1908-1991), que retrata sobre as mulheres negras, na obra “A cidade das Mulheres”, a qual fala sobre o recorte das sacerdotisas religiosas do candomblé, fazendo assim com que se promova outra perspectiva sobre o âmbito das religiosidades, dando visibilidade à esse tema, como também às relações raciais e gênero.

Nos anos de 1950, os estudos patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no país, revelaram “uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil”. E, assim, abordando vários temas que “contribuíram para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira, para o processo de modernização capitalista” (MAIO,1999, p. 41).

Contraopondo-se a toda essa conjuntura da História do Brasil, entre o que ocorreria com a sociedade brasileira e a relações raciais no país, o termo desigualdade sociorracial está referenciado às questões determinadas por Arthur Ramos (1948), afirmando que:

O tema das relações raciais assumia um lugar privilegiado para a percepção e análise dos desafios da transição do tradicional para o moderno, do cenário de significativas desigualdades sociais e raciais, da diversidade regional e da busca em conformar, em definitivo, uma identidade nacional (RAMOS, 1948 *apud* MAIO, 1999, p. 41).

O autor aponta que havia um desafio entre os pesquisadores brasileiros e estrangeiros em catalisar as diferenças relações sociais e raciais que existiam no país. Ao dizer isto, preciso situar o autor e a sua época, pois já é sabido pelas pesquisas das últimas décadas que mesmo possuindo condições socioeconômicas privilegiadas, a população negra não está imune ao racismo e as discriminações, sendo nítido que elas ocorrem com maior frequência com pessoas negras sem condições.

Os denominados negros e brancos são vistos como grupos estanques e de fenótipos fixos. Neste sentido, a mestiçagem é vista como a dissolução do grupo negro, portanto não a transformação deste em outro, mas o seu desaparecimento (SANTOS e JUNIOR, 2010, p. 05).

Esse desafio até hoje existente tem como pioneiro o movimento negro e o movimento das mulheres negras, que tem a tarefa de “lutar pela população negra para resolver os problemas que abrangem toda a sociedade, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais” (DOMINGUES, 2007, p. 100).

Cabe enfatizar que não ter acesso à educação não é novidade para a população negra, pois o período da escravidão para essa população era para que eles não tivessem acesso à escola, conforme o Decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854:

Art. 69. Não serão admitidos a matrícula, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas; § 2º Os que não tiverem sido vacinados; § 3º Os escravos. Art. 85. Não serão admitidos á matrícula, nem poderão frequentar o Collegio, os indivíduos nas condições do Art. 69. (Decreto nº 1331/1854).

Portanto, todas essas desigualdades sociorraciais entre a população branca e negra se devem ao processo escravocrata vivenciado no Brasil e, após esse processo, as políticas públicas para a promoção da igualdade racial andam em passos lentos.

Proveniência que perpassa no contexto que marginaliza a maioria da população negra nas relações de trabalho, educação, política, social e culturalmente no que tange à sociedade brasileira.

A autora Lélia Gonzalez, mulher negra, intelectual, política, doutora em antropologia política e filósofa, esteve à frente desde o início do movimento das mulheres negras nos anos 1960, para lutar na busca de direitos para a população negra.

Lélia Gonzalez, em sua obra “*Lugar de Negro*” (1982), enfatiza o fato de que “o golpe militar de 1964, procurou estabelecer um novo modelo econômico (...) com a necessidade da “pacificação” na sociedade civil”, no qual o golpe de 1964 procurava estabelecer uma “nova ordem” no país diante daqueles que desencadearam o caos, a corrupção e o comunismo, e o discurso naquela época era mostrar que os partidos de esquerda eram o problema:

[...] e a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entenda-se repressão (GONZALEZ *et al.*, 1982, p. 11).

Essa repressão não está diferente hoje em dia, pois a mortalidade da população negra só aumenta, conforme aponta o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), onde demonstra-se que a cada 100 pessoas mortas no país, 71 são negras (os), pontuando o índice de violência marcado pelo racismo presente na sociedade brasileira há tempos.

Atualmente, essas realidades são encontradas nas periferias, favelas e bairros precários de políticas públicas, onde encontra-se a maioria da população negra, e em que a violência do tráfico, droga e da polícia anulam cada vez mais a vida de jovens negros (as) na sociedade.

Gonzalez (1982, p. 13) relaciona o aspecto que ocasionou naquele momento o “inchaço” das populações na cidade, pois “o capitalismo invadia todos os setores da economia brasileira”, perpetuando o crescimento dos parques industriais com grandes multinacionais e, assim, desapareciam as pequenas empresas junto com a desnacionalização. No campo, trocava-se as propriedades rurais para à criação dos latifúndios, que eram desencadeados pelo poder militar da época.

Para a população brasileira e principalmente a população negra, que estava sobre o processo “do ser cidadão no país”, os índices de desemprego somente cresciam. A autora destacava as diferenciações do salário mínimo por regiões, onde os beneficiários estavam na região sudeste do país e, com isso, o deslocamento do trabalhador rural e de outras regiões para fugir da miséria e do desemprego, era no sentido de ir para a periferia e também para a região beneficiada de “maiores salários” e empregos, que era a região sudeste do Brasil.

Nessa totalização de mudança, Gonzalez destaca:

Graças a esse êxodo rural, as cidades não cresceram, mas ‘incharam’ com o aumento do número de favelas e o surgimento desse novo personagem, o “bóia fria”, no cenário da história dos despossuídos deste país” (GONZALEZ *et al.*, 1982, p. 13).

Significa dizer que estudos apontam que as favelas começaram a crescer após a escravidão, principalmente na região sudeste do Brasil, pois as pessoas ex-escravizadas não tinham moradias, então subiam os morros e construíaam lugares para morar (hoje as favelas). Mesmo morando em bairros “dito nobres” das cidades, as populações que vivem nesse mesmo espaço territorial podem não usufruir das mesmas condições financeiras, físicas, sociais e/ou econômicas. Grifo nosso em dizer que mesmo em bairros “ditos nobres” há a divisão do espaço físico, entre população dominada e dominadores. Há nesses territórios, cortiços e casas amontoadas entre as ruas e mesmo entre grandes condomínios, como exemplo da cidade de Fortaleza.

Continuando o raciocínio da autora e do autor, então, as favelas foram inchando e crescendo, fruto do desencadeamento do Estado Militar, dando espaço e poderes para a branquitude, sendo em sua maioria homens, brancos, conservadores e políticos, fazendo com que os poderes do estado levassem pobres e negros (as) para a miséria e favelas desse país, sem nenhum direito de cidadão e cidadania.

Damos um salto no entendimento dessa crescente desigualdade, saindo do século XX e seguindo para o próximo século.

Para aprofundar-nos em pleno século XXI, encontramos Marielle Franco (2016), em “A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente a retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada”, que relata que o impeachment sofrido pela primeira presidente mulher brasileira foi uma ação autoritária.

A conjuntura brasileira, determina pelo cenário do golpe, marca-se para além da correlação de forças políticas, favorável às classes dominantes e seus segmentos mais conservadores. Principalmente por alterações sociais significativas na esfera do poder do Estado e do imaginário. Trata-se de um período histórico no qual se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produtos da ampliação da discriminação e da criminalização de jovens e das mulheres, sobretudo as negras e pobres (FRANCO, 2016, p. 89).

A autora abordava que, nesse momento pós golpe, em pleno século XXI, as relações das forças políticas eram favoráveis aos grupos dominantes (brancos) com planos para as amplitudes das desigualdades que, junto aos poderes políticos, fariam as retiradas de direitos, esses últimos conquistados pelo movimento negro e das mulheres negras do país.

Achamos importante apresentar Marielle Franco, assim definiremos como ela mesma apontou para o mundo, na referência desse seu artigo: “moradora da favela, socióloga, mestra em Administração Pública, mulher, negra, mãe, favelada, foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com 46.502 votos”.

Porém, sua voz foi silenciada ao ser assassinada brutalmente no Rio de Janeiro em março de 2018, junto de seu motorista Anderson Pedro Gomes; mas seus pensamentos continuam soltos. Ela lutava pelos “direitos humanos nas favelas do país, principalmente pelas mulheres negras, na busca de um modelo de cidade mais justo para todos e todas” e, infelizmente, o crime segue indefinido. Para muitos e para sua família, sem resultados determinantes, pois, ainda hoje os verdadeiros assassinos estão soltos.

Franco apontava que as mulheres negras e pobres eram as principais atingidas pelas retiradas de direitos que afligiam a sociedade; ela destaca as condições em que vivem essas mulheres:

a) as mulheres possuem diferenças em toda a cidade, com estéticas múltiplas, visões de mundo e ações sociais, políticas e humanas em geral e condições territoriais profundamente distintas; b) há desigualdades que marcam as mulheres faveladas e negras em relação às mulheres que estão em outros grupos sociais, como a classe média e as que não vivem do seu próprio trabalho. Nesse sentido, para além de analisar as condições das mulheres, há nessa abordagem uma centralidade de identificar as condições das que sofrem, para além do machismo institucional da formação social brasileira, os impactos do racismo estrutural que segue hegemônico no Brasil; c) finalmente, chama-se atenção para as diferenças das mulheres que vivem do trabalho em condições de mais pobreza e profunda precarização dos contratos. Predominam, nas favelas e na periferia, mulheres com essas características que, no entanto, são potência de criatividade, inventividade e superações das suas condições, nas formas de vida e nas organizações sociais em seus territórios e alcançam, em seus múltiplos fazeres, centralidade na cidade (FRANCO, 2017, p. 90)

Destaca-se nessas subjeções, as formas de vida das mulheres moradoras das favelas no Brasil que, para além do viver das piores condições, não “cruzam os braços” para as situações que estão; inventam e reinventam maneiras para suas sobrevivências. Além de muitas serem mães solteiras, são, sobretudo, o braço forte das casas, subsidiando seus lares com trabalhos próprios, os quais chamo aqui de “trabalho auto sobrevivente”, sendo as manicures e pedicures, esteticistas, cabelereiras, diaristas ou mesmo faxineiras, mulheres que procuram formas para compor sua vivência diária sua e da família.

De acordo com a autora supracitada, há várias maneiras com que as mulheres da periferia buscam forças para disputar novos espaços de poder.

Das artes às várias práticas sociais ou políticas nos territórios da periferia, marcam-se ações de superações das condições e se constroem condições de emergências que registram a presença dessas mulheres em toda cidade. Vale destacar: as periferias, as favelas são parte da cidade e não lugar à parte das cidades. São de territórios marcados pelas organizações das pessoas, o que os diferencia de outras partes da cidade, para além dos baixos investimentos do Estado em que vivem (FRANCO, 2017, p. 91).

Nesse sentido, dizemos que várias mulheres negras faveladas estão em domínio por todas as cidades brasileiras; mas, devido ao fato de apresentarem baixos contextos de relações de poder, são discriminadas nos domínios que estão presentes em seus cotidianos. Ou seja, a sua maioria está no corpo da sociedade, mas a sociedade não as olha como corpo principal de sua manutenção.

2.1 BRASIL: O QUE DIZEM OS DADOS DA PNAD SOBRE DESIGUALDADE SOCIORACIAL

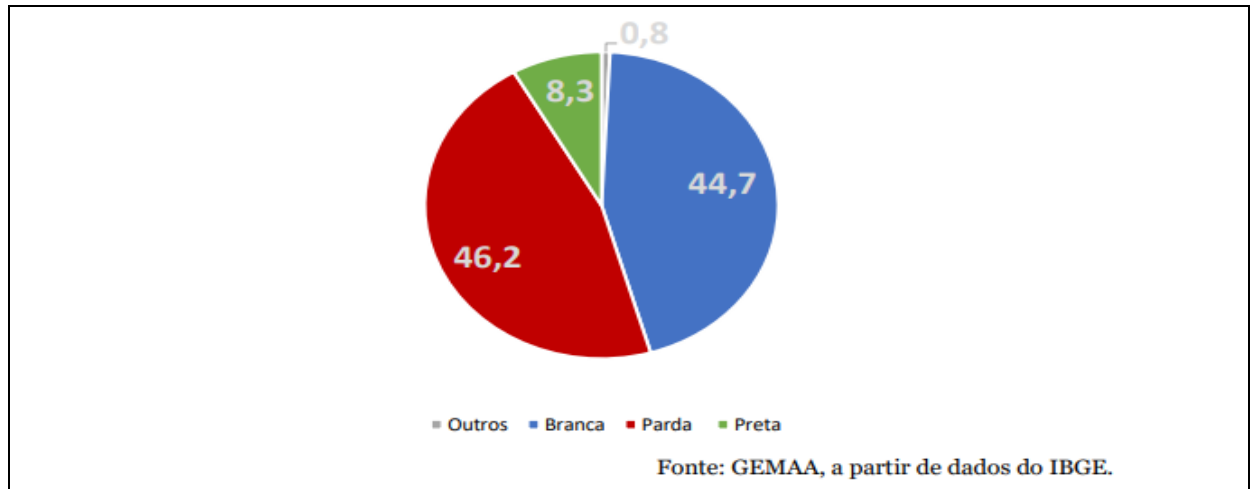
As desigualdades presentes no Brasil são referenciadas quando apontadas por duas populações, negra e branca, que vivem no país, mas não experimentam as mesmas margens econômica, política e social das estatísticas brasileiras. Santos (1994, p. 60) nos diz que as “dificuldades econômicas e educacionais, quando somadas, são a causa da visão equivocada e discriminatória que a sociedade tem sobre negros (as)”. O autor mostra que a visão da sociedade sobre a população negra, além de discriminatória, é racista, pois:

Por cerca de três séculos e meio, o negro foi escravizado: de 1534 a 1888. Esse período tão longo estigmatizou o negro como subpessoa (...) colocando o negro como uma pessoa incapacitada para a plena cidadania (...) Mas o Movimento Negro, atuou e atua para a defesa e valorização da população negra como para a cultura negra, vivendo assim em constante resistência (SANTOS, 1994, p. 60-61).

Conforme apontado pela autora, o Movimento Negro atua como um agente ativo na construção de políticas de igualdade racial, pois além de estar presente nas lutas de combate ao racismo, buscam diversas maneiras de modificarem essas situações, promovendo a cultura negra como elemento construtor da sociedade brasileira.

Em todo Brasil, conforme aponta o gráfico abaixo, 54,5% da população brasileira é preta e parda, enquanto a população branca representa 47,2%, com zero vírgula oito por cento (0,8%) indicando outras populações.

Gráfico 1 - Percentual de grupos raciais de acordo com a autodeclaração - Brasil (2018)

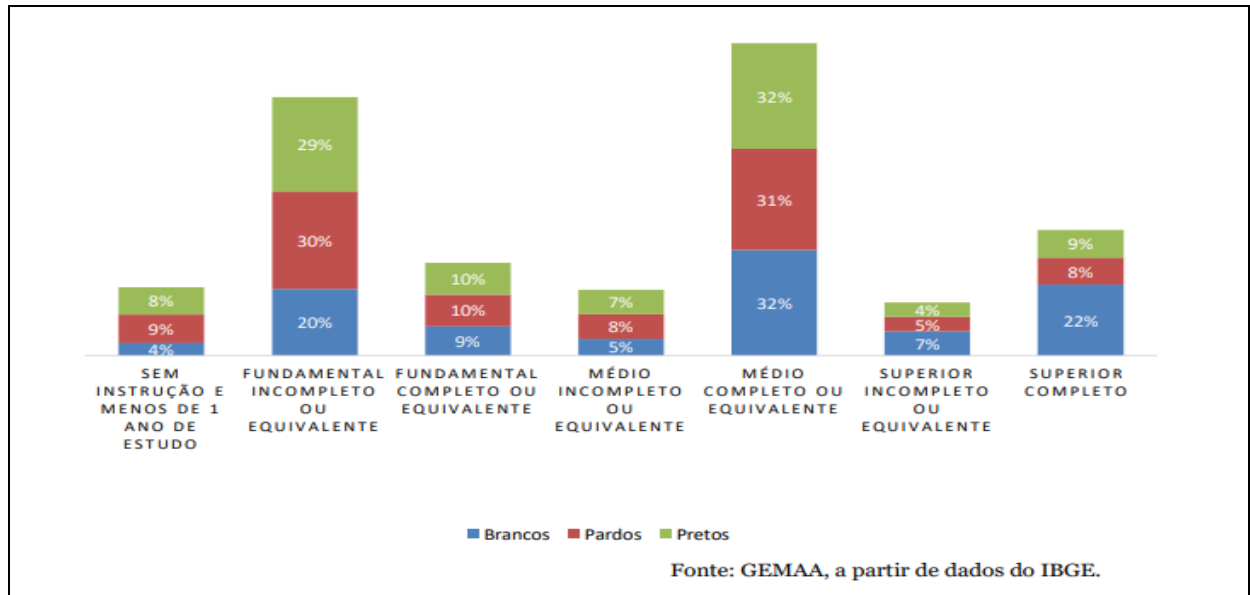


Fonte: GEMMA, 2018.

Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA)⁷, realizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2018, referente à distribuição racial por níveis de escolaridade, os dados sobre a porcentagem da população negra e branca que estavam sem instrução e com menos de um ano de estudo, apontaram que: 4% equivale a população branca e 17% a população negra; com ensino fundamental incompleto, 20% encontra-se a população branca e 59% a população negra; fundamental completo, 9% equivale a população branca e 20% refere-se à população negra; ensino médio incompleto tem-se 5% da população branca e 15% da população negra; ensino médio completo encontra-se com 32% a população branca e 63% a população negra; nível superior incompleto são 7% a população branca e 9% a população negra; e no nível superior completo, 22% da população branca encontra-se com nível de graduação concluído contra 17% aponta para a população negra, conforme indica o Gráfico 2.

⁷ O GEMAA, tem como objetivo tornar acessível um relatório anual ao grande público brasileiro e mundial, sobre os dados estatísticos relacionados a raça, gênero e classe no Brasil”. Esses relatórios, tem como base a PNAD e o IBGE, que produz as análises sobre as diversas distribuições da população, renda familiar, saúde, emprego, educação, entre outros, tomando como referência a variável raça, concluindo assim as desigualdades presente sobre essas categorias.

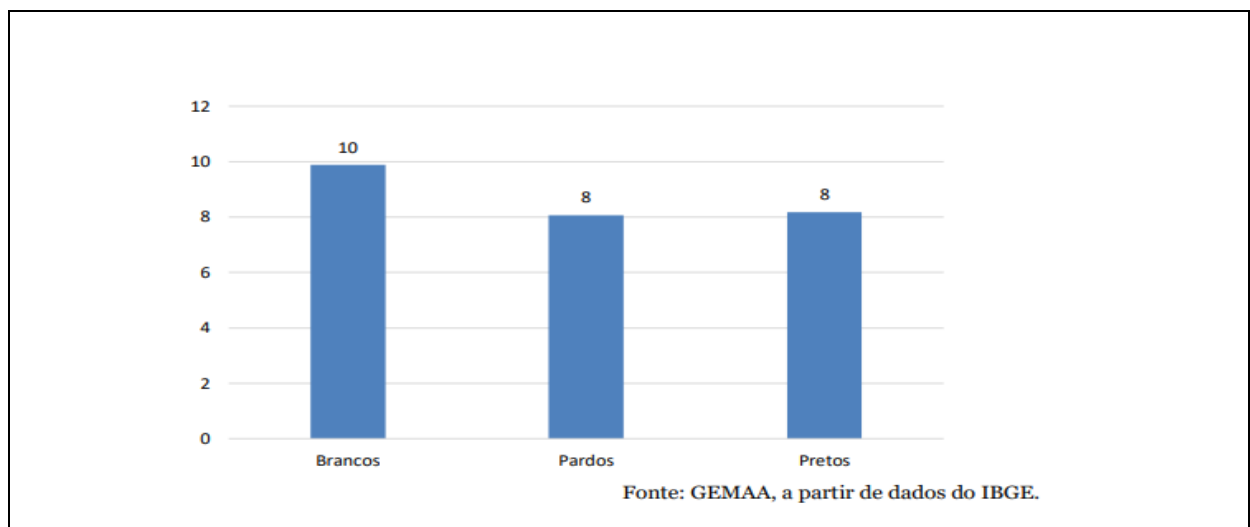
Gráfico 2 – Distribuição racial por níveis de escolaridade – Brasil (2016)



Fonte: GEMMA, 2018.

Conforme aponta o Gráfico 3, sobre a média dos anos de escolaridade entre as raças branca, preta e parda, nota-se que brancos estão com dez anos de estudos à mais que a população negra (pretos e pardos), onde são dois anos de diferenciação nos estudos para chegarem à essa margem, havendo desigualdades entre brancos (as) e negros (as) na categoria de educação, seja ela no ensino fundamental, médio ou superior.

Gráfico 3 – Média dos anos de escolaridade por raça/cor – Brasil (2016)

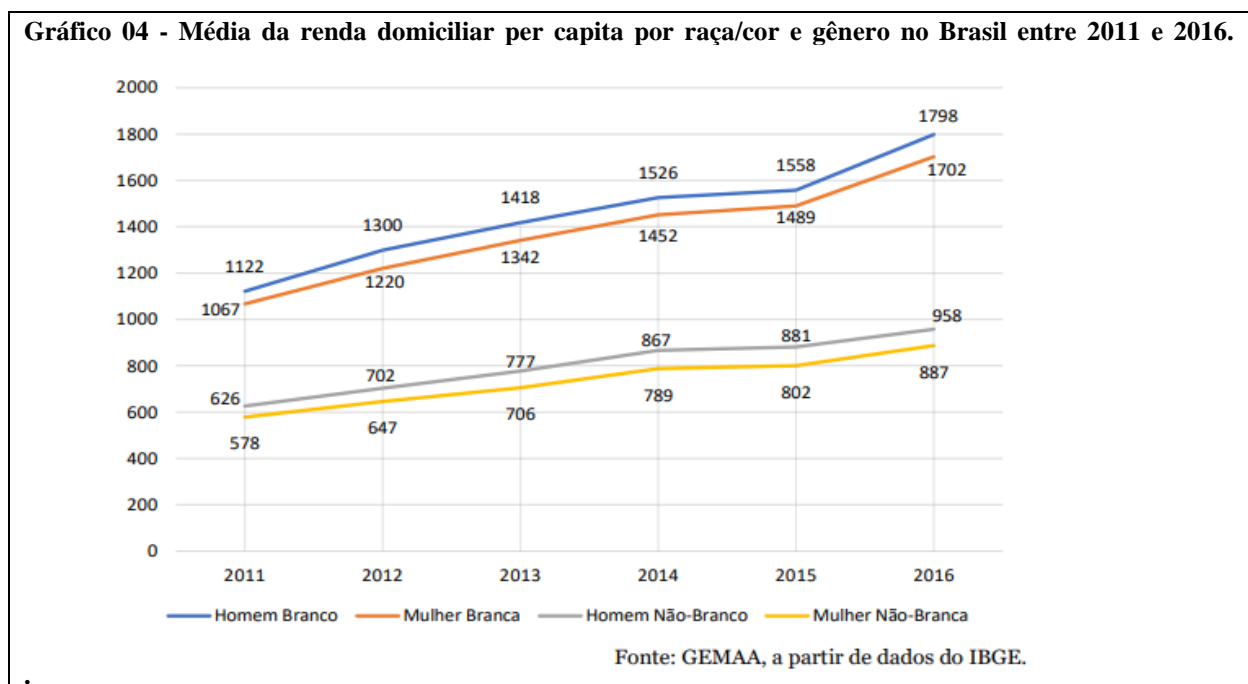


Fonte: GEMMA, 2018.

No Gráfico 4 mostraremos a média da Renda per capita (em reais) por raça/cor e gênero no Brasil entre os anos de 2011 a 2016, de acordo com o GEMAA. Notamos que as rendas dos homens brancos são mais que o dobro das rendas das mulheres negras. Em 2011, homens brancos tinham renda em torno R\$ 1.122,00, enquanto as mulheres negras no mesmo ano teriam o valor R\$578,00, em média, tornando assim um abismo salarial entre essas relações de gênero e raça. Diante dessa desigualdade de renda média domiciliar, nota-se que, no decorrer dos anos essa lacuna de diferenciação de valores não mudou entre homens e mulheres brancas (os), com homens e mulheres negras (os).

No mesmo gráfico, homem branco e mulher branca estão sempre próximos a média de renda domiciliar, onde a diferenciação em reais no ano de 2016 está marcada R\$ 92,00 entre homem e mulher branca; ele ganhando R\$1.798,00 e ela R\$ 1.702,00, na renda média domiciliar. Isso revela que há desigualdade de salários entre os sexos, mas comparando às desigualdades raciais, estas últimas se sobressaem, pois o homem negro fica atrás da mulher e do homem branco. No ano de 2016, a renda média do homem negro era de R\$ 958,00, ficando atrás do homem branco e mulher branca. E a mulher negra fica atrás das três categorias de pessoas (homem branco e mulher branca e do homem negro), recebendo a média de renda com R\$ 887,00, sendo a base dessa diferenciação de valores.

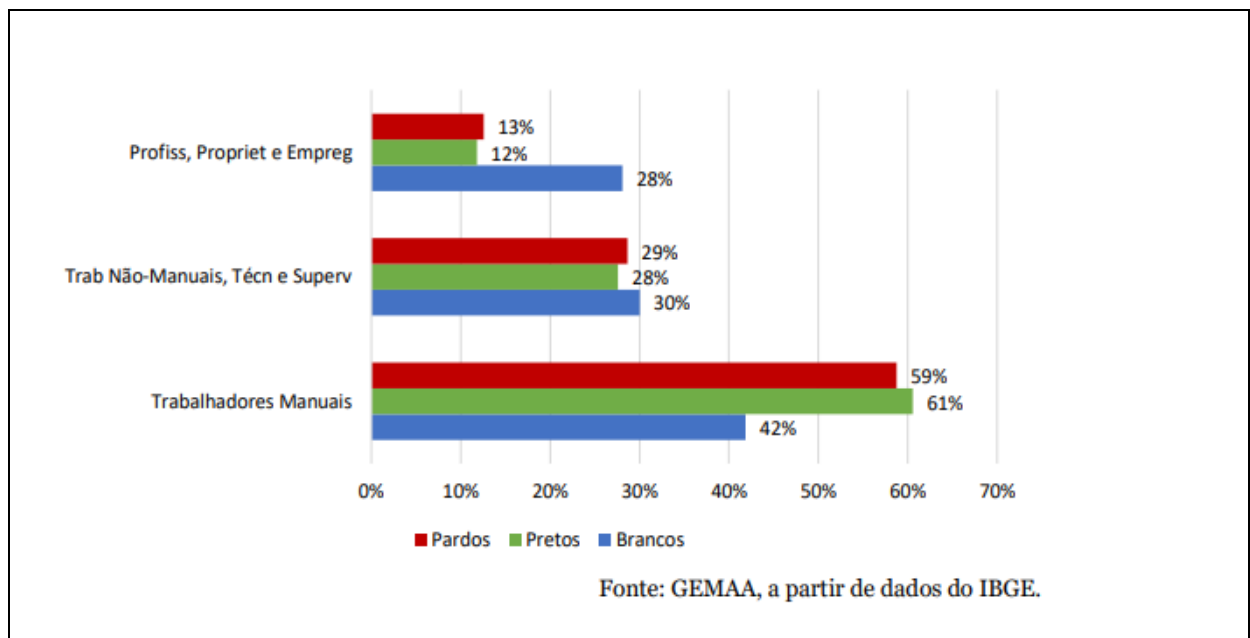
Gráfico 4 – Média da renda domiciliar per capita por raça/cor e gênero no Brasil entre 2011 e 2016



Sintetiza-se em três grupos hierarquizados, onde o primeiro grupo representa as classes sociais mais altas, agregando profissionais e administradores (de alto e baixo nível), proprietários e empregadores. No segundo grupo, composto por classes intermediárias, estão trabalhadores não manuais, técnicos e supervisores de diversas empresas e comércios. Para a classificação das classes mais baixas estão trabalhadores manuais, que são aqueles que fazem os trabalhos de limpeza, atendentes, assistentes e servidões.

No Gráfico 5, abaixo, relatamos em porcentagem em quais categorias ocupacionais, estão a população branca e negra (preta e parda) nessa distribuição racial. Nota-se que, com 28% estão os (as) brancos (as) no grupo dos agregados das classes sociais mais altas, apresentada acima como os profissionais e administradores de alto nível, enquanto 12% estão a população preta e 13% estão a população parda. Para trabalhadores não-manuais, a população branca permanece a frente com 30% dessa distribuição; logo atrás vem a população preta, com 28%, e parda com 29%. Para as categorias ocupacionais para a classe mais baixa, trabalhadores classificados como profissionais manuais, estão a população preta, com 61%, e parda com 59%; e a população branca com quarenta e dois por cento (42%).

Gráfico 5 – Distribuição racial por agregados de categorias ocupacionais no Brasil

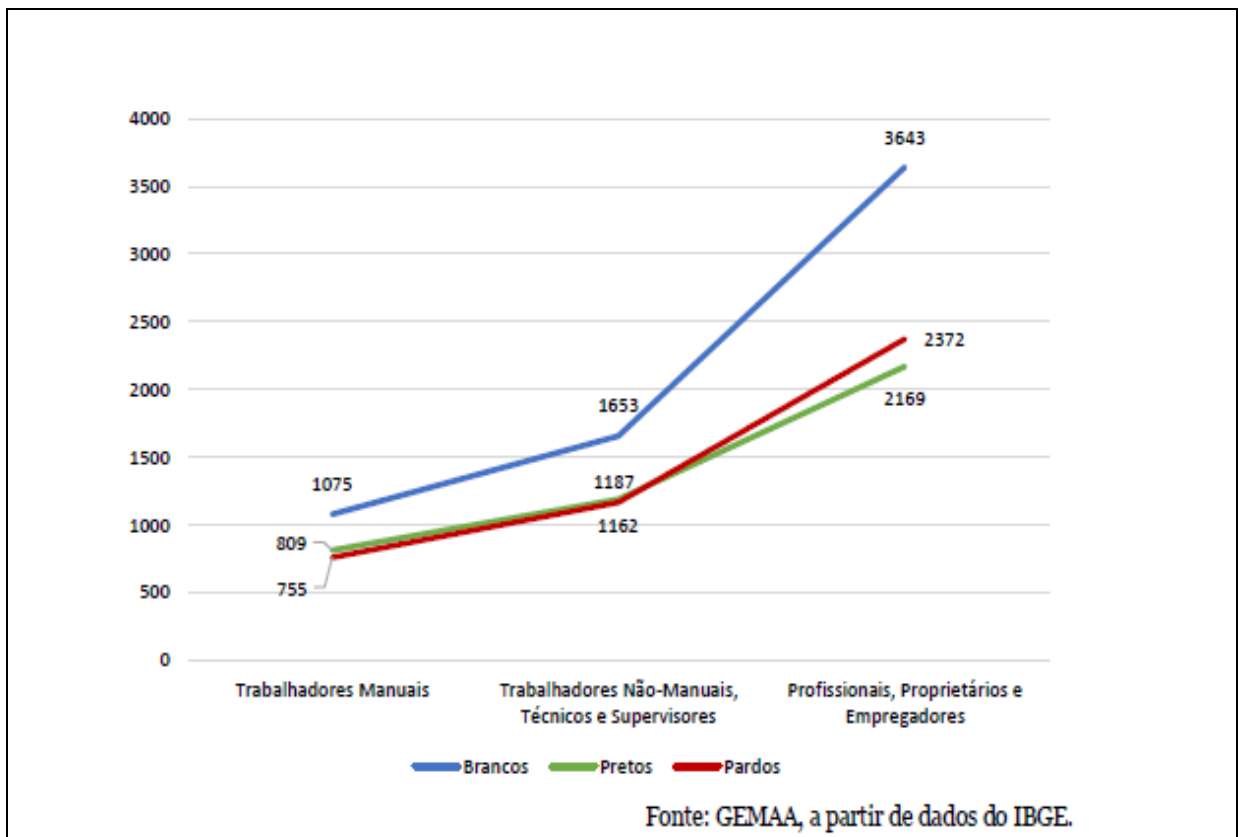


Fonte: GEMMA, 2018.

No Gráfico 6 evidenciamos as significativas desigualdades raciais de renda internas às categorias ocupacionais. Comparando os rendimentos domiciliares médios de brancos,

pretos e pardos em cada um dos três agregados de categoriais ocupacionais, nota-se que a recompensa em renda dos brancos é sempre mais alta que a dos pretos e pardos. Havendo sempre um distanciamento, à medida que se aproxima das classes altas, está a população branca e nas classes baixas e intermediárias estão as populações preta e parda.

Gráfico 6 – Média da renda domiciliar per capita por raça/cor e classe social em 2016 (reais)



Fonte: GEMMA, 2018.

Neste Gráfico 6 evidenciamos a média da renda per capita por raça/cor e classe social em 2016, onde a categoria brancos (as) está sempre à frente da categoria pretos (as) e pardos (as), iniciando com R\$ 1.075,00 como trabalhadores (as) manuais brancos (as), valor que aumenta para R\$ 1.653,00 para trabalhadores (as) não-manuais, técnicos (as) e supervisores (as), alcançando R\$ 3.643,00 para profissionais, proprietários (as) e empregadores (as), como média de renda no ano de 2016.

Para a categoria pretos (as) e pardos (as), as diferenças são próximas entre um e outro, colocando pardos (as) com R\$ 755,00 e pretos (as) com R\$ 809,00 para trabalhadores (as) manuais; pardos (as) com R\$ 1.187,00 e pretos (as) com R\$ 1.162,00 para trabalhadores

(as) não manuais, técnicos (as) e supervisores (as), pardos (as) com R\$ 2.372,00 e pretos (as) com R\$ 2.169,00 para profissionais, proprietários (as) e empregadores (as)

Continuamos evidenciando os dados para a capital cearense. Assim, apresentaremos os dados compostos pela população negra e branca desse município.

2.2 CEARÁ: O QUE DIZEM OS DADOS DA PNAD SOBRE DESIGUALDADE SOCIORACIAL

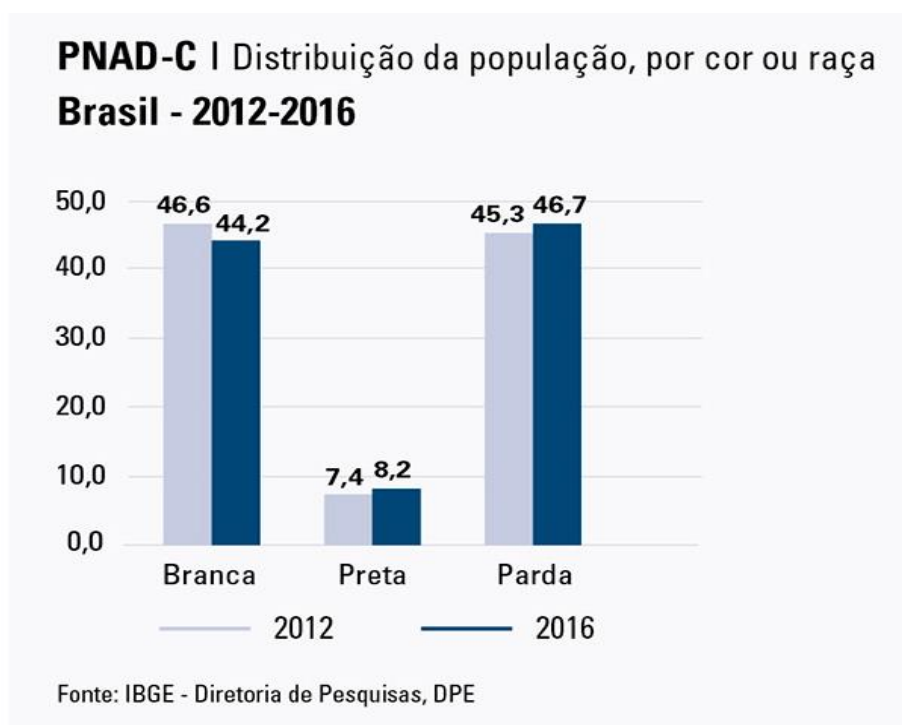
O Brasil, é o país que contém a maior população negra fora do continente africano de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, maioria que concentra nas regiões norte e nordeste brasileira.

Localizado na região do nordeste brasileiro, encontra-se o Estado do Ceará; possui uma população estimada, em 2018, de 9.075.649 de habitantes. A área total é de 148.887,633 km² e possui 184 municípios. Sua capital é a cidade de Fortaleza, com a população estimada, no ano de 2018, em 2.643.24 de habitantes, conforme dados do IBGE, referentes ao ano 2019.

Os dados da PNAD Contínua referente à 2017, divulgou que, nos períodos dos anos de 2012 e 2016, a população brasileira teve um acréscimo de três vírgula quatro por cento (3,4%), aproximando-se de 205.500.000 habitantes. Com isso, houve uma redução de dois vírgula quatro por cento (2,4%) no número da população que se declarava branca, tendo um total de 90.900.000 pessoas. Enquanto isso, a população que se declarava parda cresceu seis vírgula seis por cento (6,6%) e a população que se declara preta saltou para quatorze vírgula nove por cento (14,9%), aproximando-se à 95.900.000 pardas e 16.800.000 pessoas pretas no Brasil.

Conforme aponta o gráfico abaixo sobre a distribuição da população por cor ou raça, tem-se que a população branca representava 46,6% no ano 2012. Já no ano de 2016, teve uma queda de dois vírgula quatro por cento (2,4%), fazendo com que a margem de pessoas da população branca baixasse para 44,2%. Já as populações preta e parda aumentaram diante do reconhecimento da sua raça ou cor. Com sete vírgula quatro por cento (7,4%) no ano 2012, a população preta aumenta, no ano 2016, para oito vírgula dois por cento (8,2%) e a população parda de 45,3% no ano 2012, sobe para 46,7%; sempre importante escurecer a informação que essas duas últimas determinantes pertencem à população negra brasileira, com isso, esta é maior que a população branca no país.

Gráfico 07 – Distribuição da População, por cor ou raça no Brasil entre 2012 e 2016 (PNAD-C)

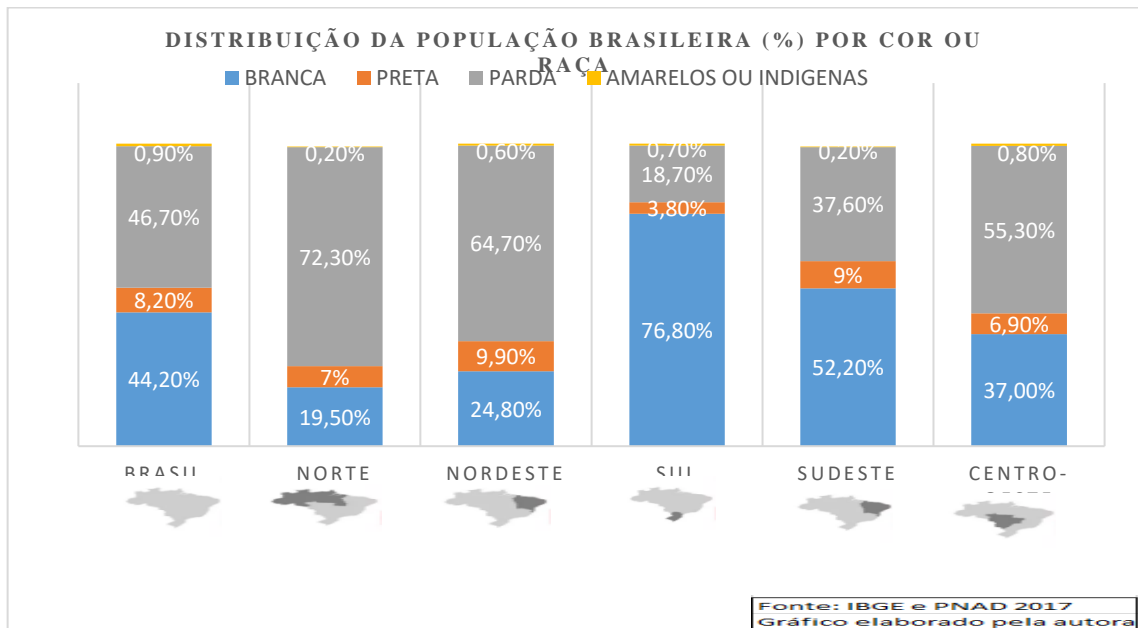


Fonte: IBGE, 2017.

O Gráfico 8 aponta a distribuição dessa população brasileira por cor/ raça nas regiões do país. Diante disso: a região Norte conta com 72,30%, Nordeste com 64,70%, seguida do Centro-Oeste com 55,30% e Sudeste com 37,60 %; são as regiões em que estão a maior parte da população negra brasileira. Fazendo uma relação com a população branca, onde sua maior concentração localiza-se na região Sul do país com setenta e seis vírgula oito por cento (76,8%), em seguida está o Sudeste com cinquenta e dois vírgula vinte por cento (52,20%), Centro-Oeste com trinta e sete por cento (37%), Nordeste com vinte e quatro vírgula oitenta por cento (24,80%) e Norte com dezenove vírgula cinquenta por cento (19,50%).

Essas porcentagens da população no Brasil, enfatizadas no gráfico abaixo, pontuam assim, que o Norte e o Nordeste concentram juntos a maior parte da população negra do país, enquanto na extrema localização regional, sendo o Sul e o Sudeste, estão a maioria da população branca.

Gráfico 08 – Distribuição da população Brasileira (%), por cor ou raça (2017)



Fonte: IBGE/PNAD, 2017.

Diante desses dados da localização da população negra e branca nas regiões brasileiras, destacamos na região Nordeste quais fatores diferenciam a população negra diante da população branca.

Em 2018, o IBGE divulgou os dados sobre a educação brasileira junto a PNAD Contínua sobre a taxa de analfabetismo no Brasil que, em 2016, estava à sete vírgula dois por cento (7,2%) e no ano 2017, teve uma queda para sete por cento (7,0%). Porém, o Plano Nacional da Educação (PNE)⁸, “que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de (2014 à 2024) para o país” (PNE, 2019), estipulava no ano de 2015 que a meta nacional à ser alcançada seria de seis vírgula cinco por cento (6,5%).

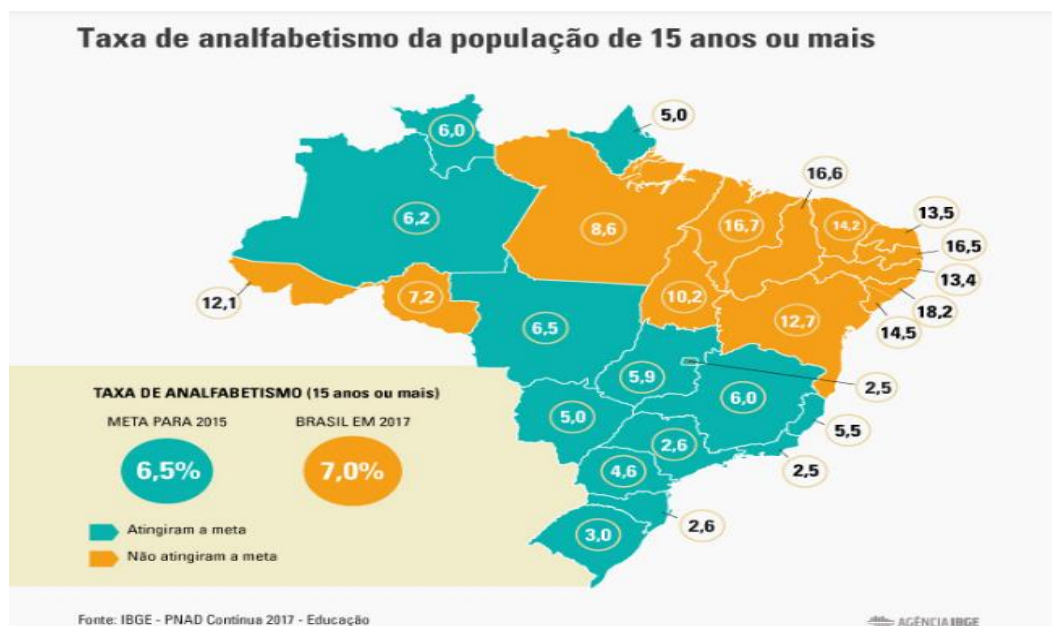
Isso revela que o país está lentamente nos passos para alcançar a meta de erradicar o analfabetismo, taxa que representa, conforme aponta a PNAD Contínua, que são mais de onze milhões e quinhentos mil pessoas que não sabem ler e nem escrever no país.

⁸ O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. Suas 20 metas conferiram ao País um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania. O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014 e 2024, constitui um documento que define compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira.

Conforme o gráfico abaixo sobre a taxa de analfabetismo da população de quinze anos ou mais de idade, destacado na cor laranja estão os estados que não alcançaram as metas, porém na região do Nordeste, nenhum dos Estados atingiu esse percentual e estão longe da margem de seis vírgula cinco por cento (6,5%) que foi estabelecida em 2015.

O estado do Maranhão, com 16,7%, Piauí com 16,6%, Ceará com 14,2%, Rio Grande do Norte com 13,5%, Paraíba 16,5%, Pernambuco 13,4%, Alagoas com 18,2%, Sergipe com 14,5%, e Bahia com 12,7%, conforme indicado na Figura 10.

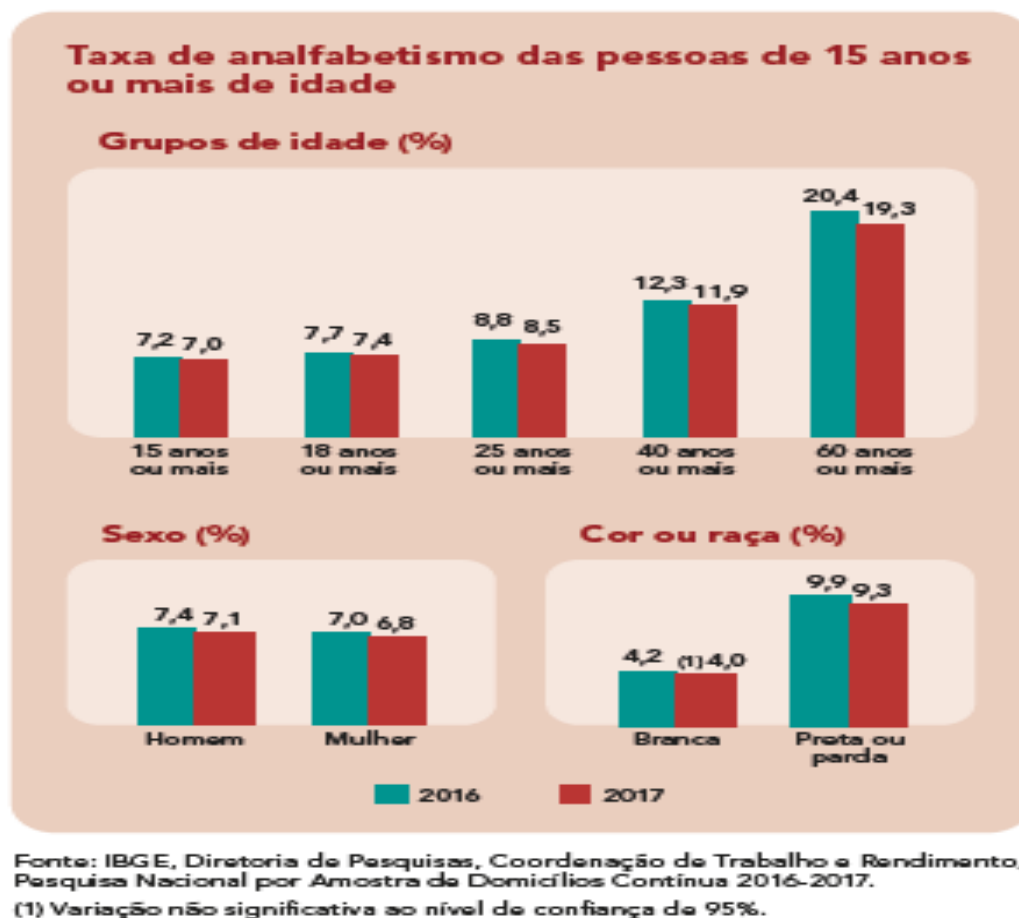
Figura 10 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais



Fonte: PNAD Contínua, 2017.

Conforme Gráfico 9 abaixo, pretos e pardos são nove vírgula três por cento (9,3%) da população que não sabe ler nem escrever, mais que o dobro comparando a porcentagem para brancos, com quatro por cento (4%) no país. Podemos verificar na mesma Figura 10 que o analfabetismo das pessoas de quinze anos ou mais é elevado para o grupo dos (as) idosos (as) de sessenta anos ou mais de idade. Em 2016, com 20,4% de analfabetos (as), no ano de 2017 com 19,3% de idosos (as) que não sabem ler e nem escrever. Em relação à homens e mulheres, o fator desse índice coloca os homens na posição maior, com sete vírgula um por cento (7,1%) em 2017, e mulher em seis vírgula oito por cento (6,8%) no mesmo ano.

Gráfico 09 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)



Fonte: IBGE, 2017.

Dentro do montante de mais de 11 milhões de pessoas analfabetas na região do Nordeste, conforme divulgou a PNAD do ano de 2018, o estado do Ceará, com 14,2%, está acima da média nacional e é o quinto estado da região nordestina que está com a taxa elevada. Isso corresponde à mais de 1.300.000 pessoas analfabetas no estado.

A PNAD Contínua divulgou, em 16 de maio de 2019, dados sobre a taxa de desocupação que cresceu em 14 dos 27 estados brasileiros no primeiro trimestre do ano de 2019. Essa taxa de desocupação indica o mesmo que taxa de desemprego, porém o termo é usado pelo IBGE e PNAD-C para identificar as pessoas que estão sem trabalho no período de trinta dias ou mais e no período da semana de referência que foi feita a pesquisa.

Entre pretos e pardos essa taxa foi maior que a taxa nacional no primeiro trimestre do ano passado, pois no Brasil 7.700.000 pessoas apresentavam-se na taxa de desocupação em 2018; pretos e pardos indicavam ser 59,1%, brancos indicavam 40,2% dos que estavam nessa relação. Comparando a taxa de desocupação para o primeiro trimestre de 2019, pretos e pardos

passaram para 63,9% e brancos para a taxa de 35,2%, tendo esse contingente da taxa de desocupação subido para 13.400.000 pessoas.

Revela-se, com isso, que pretos e pardos estão, em sua maioria, fora do mercado de trabalho ou mesmo sem nenhuma relação de emprego, refletindo que o país continua à tempo com desigualdades raciais e a população mais atingida, conforme mostra os dados, é a população negra.

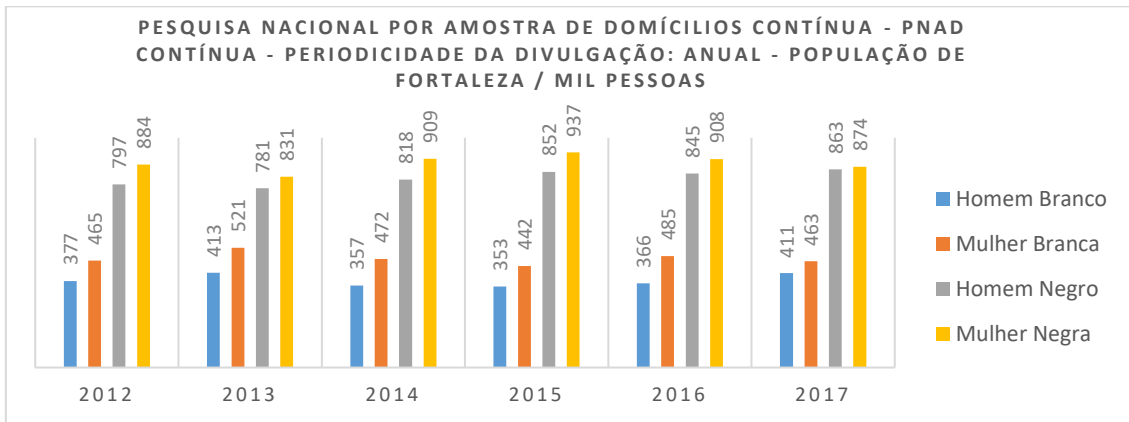
2.3 FORTALEZA: O QUE DIZEM OS DADOS DA PNAD SOBRE DESIGUALDADE SOCIORACIAL

Na cidade de Fortaleza, quando se trata das categorias educação, emprego, segurança, percebe-se que os dados entre brancos e negros são distanciados um do outro, como apresentado anteriormente no Estado e no Brasil. Enquanto o primeiro grupo, brancos, está sempre à frente do segundo, negro. Cabe lembrar, conforme destacado nesta dissertação, que “a população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada, desde a escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas”. (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 464).

Em Fortaleza, a taxa de analfabetismo atinge sete vírgula oito por cento da população (7,8%), conforme os dados do IBGE e PNAD Contínua. Estes mostram também que na capital cearense nove vírgula três por cento dos homens (9,3%) não sabem ler nem escrever e seis vírgula seis por cento das mulheres (6,6%) estão nas mesmas condições.

Mostramos a seguir, através de dados, que a população negra vive em desigualdades raciais, sociais e econômicas em relação à população branca. Fortaleza, de acordo com os dados da PNAD-C, é a cidade a mais populosa do estado, com mais de 2.600 habitantes, conforme podemos ver no gráfico abaixo, que aponta o crescimento da população branca e negra, entre homens e mulheres, desde o ano de 2012 até o ano de 2017.

**Gráfico 10 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – (PNAD-C) –
Periodicidade da divulgação: anual – População de Fortaleza (mil pessoas)**



Fonte: PNAD Contínua, 2018. Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico acima aponta a periodicidade anual da população de Fortaleza por mil pessoas. Como podemos observar, a população negra em 2012 vem em constante crescimento no decorrer dos anos, mais que a população branca. Quando associamos gênero e raça, as mulheres negras estão sendo essa maior demanda em crescimento, enfatizando a presença negra no município, conforme indica os dados do IBGE, através da PNAD Contínua.

No ano de 2012, em torno de 377.000 homens brancos estavam presente na capital; a mulheres brancas correspondiam a 465.000; os homens negros eram 797.000; e as mulheres negras representavam 884.000, escurecendo assim que a população negra, no ano 2012, contava com mais de 1.681.000 pessoas e a população branca contava com 842.000. Ou seja, existem negros em Fortaleza sim e essa relação fica evidente através do gráfico.

Em 2013, a população de homens brancos apontava 413.000 pessoas; a população de mulheres branca era de 521.000; homens negros compunham 781.000 e as mulheres negras eram 831.000 dentro da capital do Ceará.

Em 2014, constavam na capital, 357.000 homens brancos, 472.000 mulheres brancas, 818.000 homens negros e 909.000 mulheres negras. Nessas relações, apontamos que as mulheres negras estão em maior crescimento em Fortaleza, perante toda a população da cidade.

Em relação ao ano de 2015, homens brancos indicavam 353.000, mulheres brancas 442.000, os homens negros 852.000 e as mulheres negras 937.000.

No ano de 2016, os homens brancos compunham 336.000 pessoas, as mulheres brancas somavam 485.000 pessoas; já homens negros 845.000 pessoas. Destaca-se que a quantidade de homens negros é maior que a soma de mulheres e homens brancos. Já as mulheres

negras somavam 908.000 pessoas. Este grupo, mulheres negras, é a maioria da população, comparando com homens negros e brancos e mulheres brancas.

Conforme o Gráfico 10, no ano de 2017, eram 411.000 homens brancos, 463.000 mulheres brancas, 863.000 homens negros e 874.000 mulheres negras.

No período analisado, conforme dados do IBGE e PNAD-C, a presença da população negra em Fortaleza, desde o ano de 2012, é superior a população branca, sendo que as mulheres negras tem destaque nas quantidades de crescimento populacional da cidade.

Para dar ênfase sobre o que tange à saúde da população fortalezense, o Plano Municipal de Saúde (PMS)⁹, informa que, do período de 2018 à 2021, serão dialogados com os planos do governo, nos quais “pretende-se evidenciar caminhos, expresso nas políticas e compromissos de saúde para os próximos anos até 2021” (FORTALEZA, 2017, p. 11).

Esse plano informa sobre as Secretarias Regionais da cidade, que são seis, e a Secretaria Regional Centro, evidenciando que a cidade de Fortaleza:

Quanto ao padrão de ocupação do solo urbano e a distribuição em seu espaço territorial, existe grande variação por bairros. Se o parâmetro observado for o número absoluto de moradores, dez bairros da cidade concentram mais de 20% da população, conforme mostra a tabela 16 (FORTALEZA, 2017, p. 11).

Na tabela 16, estão relacionados os dez bairros de Fortaleza que contém a maioria da população da cidade, sendo Mondubim, Barra do Ceará, Vila Veba, Granja Lisboa, Passaré, Jangurussu, Quintino Cunha, Vicente Pizon, Pici e Aldeota os bairros mais populosos da cidade.

⁹ Plano Municipal de Saúde (PMS) “é uma importante ferramenta de planejamento instituída pela lei federal 8.808/1990, regulamentada pelo decreto presidencial 7.508/2011 e lei complementar 141/2012”, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, esse plano visa contribuir para a compreensão dos principais problemas e desafios enfrentados pela saúde municipal, definindo assim, as ações necessárias para o alcance dos objetivos, estabelecidas pela gestão, as agendas que serão processadas e consequentemente o monitoramento e avaliação que a gestão estabeleceu para o alcance do objetivo.

Tabela 16 – Distribuição dos bairros mais populosos de Fortaleza, Ceará (2010).

ORDEM	BAIRRO	TOTAL DE HABITANTES
1º	Mondubim	76.044
2º	Barra do Ceará	72.423
3º	Vila Velha	61.617
4º	Granja Lisboa	52.042
5º	Passaré	50.940
6º	Jangurussu	50.479
7º	Quintino Cunha	47.277
8º	Vicente Pinzon	45.518
9º	Pici	42.494
10º	Aldeota	42.361
TOTAL		541.195

Fonte: IBGE. Censo 2010. Plano Municipal de Saúde. Fortaleza, 2017, p. 16.

Entretanto, o PMSF considera que “a densidade populacional é composta do número de pessoas por um espaço delimitado por km², mudando-se para as questões com atenção ao maior adensamento populacional”, (PMS de Fortaleza), o que coloca outros bairros com maior atenção sobre sua densidade populacional, o que está demonstrado na Tabela 17:

Tabela 17 – Bairros com maior adensamento populacional em Fortaleza Fortaleza/CE. (2010)

ORDEM	BAIRRO	DENSIDADE POPULACIONAL / Km ²
1º	Pirambu	32.318,2
2º	Cristo Redentor	22.641,5
3º	Autran Nunes	21.422,2
4º	Carlito Pamplona	21.379,4
5º	Jardim Iracema	21.076,4
6º	Jardim Guanabara	20.160,8
7º	Parque Genibaú	18.588,0
8º	Barra do Ceará	17.664,1
9º	Parque São José	17.476,7
10º	Bela Vista	17.272,2

Fonte: IBGE. Censo 2010. Plano Municipal de Saúde. Fortaleza, 2017, p. 17-18.

Sendo assim, os bairros citados acima, Pirambu, Cristo Redentor, Autran Nunes, Carlito Pamplona, Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Parque Genibaú, Barra do Ceará, Parque São José e Bela Vista, compõem os bairros com maior adensamento populacional em Fortaleza, de acordo com o último censo.

Diante do que nos diz o PMS de Fortaleza (2017, p. 18), “os bairros de Fortaleza não constituem áreas economicamente homogêneas e pode-se dizer que o município se assemelha a um “mosaico” de contrastes urbanos e desigualdades sociais.”

Associa-se assim, que as desigualdades sociais incluem as desigualdades raciais, pois apontamos que a população negra está nos bairros mais populosos de Fortaleza, como aqueles que contém o maior adensamento populacional.

Outro fator interessante apontado pelo PMSF foi o mapeamento dos 856 assentamentos precários em Fortaleza, onde vivem 271.539 famílias, aglomerados com mais de 40% da população da cidade, em um território que representa 12% da área urbana. Concluindo que essa precariedade aponta:

Desse total, 74% são consideradas favelas, 15% mutirões, 6% conjuntos habitacionais, 3% cortiços e 2% loteamentos irregulares, distribuídos no território como mostra a Figura 2. As áreas precárias estão concentradas nas Regionais I, IV, V e VI, sendo mais escassas nas Regionais II e III, e, em sua maioria, situam-se em áreas insalubres e de risco, consideradas 18 impróprias para a ocupação urbana, principalmente às margens dos rios e córregos e sujeitas às inundações periódicas (FORTALEZA, 2017, p. 18).

Pode-se concluir que nas regionais I, IV, V e VI citadas, assim como nas Regionais II e III, a população que maior se posiciona dentro destas regiões de Fortaleza são populações negras, que estão vivendo nas áreas precárias, assim como nas mais escassas do município.

Toda essa relação da desigualdade está ligada ao racismo, que definimos conforme destacaram Madeira e Gomes (2018, p. 464).

O racismo só pode ser compreendido como relação de poder, estruturado por dentro das instituições sociais, e sua superação não se faz sem a reforma destas. Racismo é uma relação que se estrutura política e economicamente. Desse modo, ¹⁰raça ganha centralidade como variável presente na produção e reprodução das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social da população negra no Brasil. No dizer de Hasenbalg (1979), está presente na estrutura de classe e no sistema de estratificação social, daí a importância de uma análise crítica versar sobre as relações raciais no pós-abolição e a permanência do racismo estrutural (MADEIRA e GOMES, 2018, p. 464).

¹⁰ Conforme Madeira e Gomes (2018, p. 464), a concepção de raça aqui adotada distancia-se daquela enraizada na biologia, posto que esse termo é perigoso na prática e enganoso na teoria. Priorizaremos aqui raça com densidade histórica e política. Não se tem o interesse de recorrer à questão sanguínea, mas compreender as determinações que constituem o sistema político, econômico e sociocultural hierarquizador entre povos, garantindo privilégios de todas as ordens para povos não negros (brancos), numa perspectiva biologizante/naturalizante cujo interesse alimenta um discurso racista e segregador, enquanto seu uso em termos políticos vem como reivindicação de direitos historicamente suprimidos, como denuncia a militância negra e os cientistas sociais.

Enquanto o privilégio de ser branco não for discutido pelo Estado, será difícil, mas não impossível para a população negra continuar na resistência e na luta por direitos iguais. Toda essa batalha continuará e por longos e longos períodos, pois foram deixados legados ancestrais, desde aqueles (as) que lutaram para que hoje essa população negra estivesse aqui, usufruindo e estabelecendo a ordem que sim, nós existimos e existiremos, contrariando a regra que um dia foi posta sobre a raça negra (que ela seria exterminada). Estamos aqui presentes e seremos persistentes frente ao racismo.

De uma forma interdisciplinar, mostramos nesse capítulo as desigualdades como marca histórica da formação social, econômica e política brasileira, com ênfase nas desigualdades raciais. Em seguida, será abordado a questão da sociobiodiversidade com a população negra, seguido das questões das populações de terreiro e praticantes das religiões de matriz africana e afro-brasileira.

3 SOCIOBIODIVERSIDADE E POPULAÇÃO NEGRA EM FORTALEZA

Nesse capítulo, trataremos da ancestralidade da população negra com as religiões de matrizes africanas, que juntas estão inseridas no município de Fortaleza, envolvendo todo o conceito sobre a sociobiodiversidade, que está inserido na relação de toda diversidade da natureza e a maneira como são dirigidos esses recursos naturais, associado ao conhecimento dessas populações tradicionais e sua cultura. Como também, relatos sobre como o racismo religioso impacta as religiões de matrizes africanas, como o Candomblé e a Umbanda, bem como as resistências desses praticantes, para que continuem com suas tradições dentro da capital cearense.

Ao tratarmos do termo sociobiodiversidade com as populações, nesse caso com a negra, “pretende-se explorar nesse contexto, um pouco mais as nuances contextuais, bem como as próprias políticas de reconhecimento” (RODRIGUES, 2012, p. 17), que subsidiam essa compreensão. Relatamos quem são esses povos e populações tradicionais (PCTs) que são relacionados à sociobiodiversidade, com isso damos ênfases aos povos de terreiros e praticantes das religiões de matriz afro-brasileira e às populações quilombolas, que são as populações diretamente ligadas com as maneiras de viver sustentavelmente através de suas culturas e tradições.

Assim, buscamos refletir o que a sociobiodiversidade auxilia em relação à população negra. Consta-se na perspectiva de que os conhecimentos, saberes, culturas e tradições destas populações estão interligados, não só, mas também nas comunidades e populações tradicionais que pautam as maneiras sustentáveis de reprodução dos recursos naturais. “Sendo assim, o desenvolvimento sustentável sempre foi presente à comunidade africana, portanto são culturas que prevalecem até os dias atuais” (RIOS, 2018, p.80).

De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “sociobiodiversidade é a relação de bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares” (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2019).

A partir do conceito definido acima, podemos dizer que a sociobiodiversidade se relaciona à tudo aquilo que envolve o manuseio dos recursos da natureza com os saberes e as práticas das populações tradicionais e agricultores familiares que, ao ocuparem seus territórios, fazem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Sobre a biodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) no país, amplia programas como políticas públicas para a recuperação, conservação e sustentabilidade de várias áreas ambientais (MMA, 2019).

O MMA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre outras representações da sociedade civil, criou no ano de 2009, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS), “promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda” (MDA, 2019).

O objetivo do PNPPS é o desenvolvimento de “ações integradas para a promoção e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade pela agregação de valor e consolidação de mercado sustentáveis (MOURA FÉ e GOMES, 2015, p. 299).

Há um plano para o conceito da sociobiodiversidade, que relaciona o modo de garantir seu uso sustentável com a geração de renda, em conjunto aos povos e comunidades tradicionais. Conforme o Decreto Federal nº 6.040, de 07/02/2000, os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovação e práticas gerados e transmitidos pela sua tradição (BRASILIA/ MDS, 2000, on-line).

Deste modo, para a Constituição Federal (1988), os grupos de povos e comunidades tradicionais possuem culturas e organizações sociais diferentes do que é predominante na sociedade. Ao modo que o ser diferente, deve ser relacionado à sociedade e ao Estado, como um grupo incluído pelo que move a sociedade na relação de bens e serviços, e não um grupo distante dela.

Bertoldi e Baron (2014, p. 13) vão além, informando que “decerto, para esses povos, o ambiente natural não é um espaço meramente produtivo, é também vida, sociabilidade, ambiente cultural, trabalho, desenvolvimento intelectual, econômico, humano, social”.

São definidos, de acordo com Ministério de Desenvolvimento Sustentável (MDS), como povos e comunidade tradicionais, “os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades de matrizes africanas e de terreiro, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2019).

E para além da definição citada acima, dizemos que indígenas, quilombolas, e comunidades de matriz africana e de terreiro, são os grupos de populações tradicionais que

possuem conhecimentos, saberes e memórias vindas e vivas nas relações de bens e serviços da sociedade, passando essas culturas de gerações a gerações, que se inserem nos modos de usar, manejar e conservar toda a sociobiodiversidade brasileira.

Mais do que isso, o Ministério de Desenvolvimento Social,

[...] preside desde 2007 a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada por meio do Decreto nº 6.040 de 27 de dezembro de 2004 (...), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado.

Entretanto, o Estado, através do Decreto nº 6.040, junto à Constituição Federal, deve garantir o reconhecimento e a preservação das diversas comunidades de matrizes africanas e de terreiros existentes no país, assim como as populações indígenas e quilombolas, que são definidos pelo Ministério brasileiro como povos e comunidades tradicionais.

Todas essas afirmações ligadas às populações tradicionais expressam formas de organizações sociais, culturais, saberes e práticas, mitos, entre outras manifestações que consistem na formação, preservação e conservação do modo sustentável da sociobiodiversidade. Bertoldi e Baron (2014), descrevem bem sobre as populações tradicionais:

As comunidades, povos ou sociedades tradicionais, guardiãs de um rico saber, compartilham estilos de vida particulares, fundados na natureza, no conhecimento sobre ela e nas melhores práticas utilizá-la sustentavelmente, respeitando desse modo sua capacidade de recuperação e conservação. Diferentemente das sociedades capitalistas, pouco cobiçam a acumulação de riquezas materiais, privilegiando a acumulação de conhecimentos sobre o mundo natural – e também sobrenatural – com o fim de sobrevivência, os quais são transmitidos oralmente de geração a geração, constituindo um legado cultural e coletivo indispensável ao equilíbrio do Planeta e à promoção da justiça socioambiental das presentes e futuras gerações. São sociedades vulneráveis, com escassez das políticas públicas dos Direitos Humanos, pois suas condições sociais, étnicas, culturais, econômicas e educacionais são distintas da sociedade envolvente e juridicamente hipossuficientes, especialmente em relação à indústria biotecnológica, o que demanda legislação específica e suporte governamental (BERTOLDI E BARON, 2014, p. 10).

Dentro desse processo de existir e resistir, o termo sociobiodiversidade abrange todo o desenvolvimento que referencia as populações e povos de comunidades tradicionais, que buscam o direito humanitário para exercer seus conhecimentos e saberes através de recursos naturais. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)¹¹:

¹¹ Convenção sobre a Diversidade Biológica, é um tratado da ONU, com mais de 160 países, estruturados nas bases da diversidade biológica, uso sustentável da biodiversidade e na repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos, referidos aos ecossistemas e suas espécies. Disponível em:

[...] tomou corpo de um acordo global sobre desenvolvimento sustentável, estabelecendo definitivamente o direito humanitário ou, de toda a humanidade, presente e futura, ao meio ambiente equilibrado ao proclamar as sinergias entre os saberes tradicionais e biodiversidade, a sociobiodiversidade. Para tanto contemplou a urgente necessidade de respeitar e proteger as comunidades e povos detentores de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, significantes atores na difícil execução deste novo paradigma, o desenvolvimento sustentável, pois íntimos ao entorno e possuidores de estilos de vida particulares, fundada na natureza, no conhecimento sobre ela e nas melhores práticas para usá-la e conservá-la e utilizá-la sustentavelmente (BERTOLDI E BARON, 2014, p. 09).

Citamos as populações quilombolas, os povos de terreiros e as populações indígenas, que através de suas culturas, tradições e ancestralidades, buscam valorizar não só suas terras, como também os conhecimentos que foram adquiridos de geração em geração, para usufruírem da melhor maneira e práticas com e para seu povo dos recursos da natureza.

Em se tratando de Direitos Humanos, Santos (2009, p.17) nos diz que “todo Estado, tem obrigação de proteger, promover e prover o Direitos Humanos, assim como de criar mecanismos para que as pessoas ou grupos possam exigir a realização de seus direitos”.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹², informa que as comunidades quilombolas desenvolvem práticas de convivência com os diferentes ambientes naturais, contribuindo para a manutenção da biodiversidade. O INCRA define que:

[...] as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (INCRA, 2019, on-line).

Enfatizamos que as relações de ancestralidades, território, entre outros modelos específicos citados acima, são conjuntos que constituem a formação das comunidades quilombolas. Conforme destaca o Decreto nº 4.887/2003:

Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma

<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convenção-da-diversidade-biologica.html>

e

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf.

¹²O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Disponível em: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura.

importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos (INCRA, 2019, on-line).

Deste modo, o INCRA é o órgão federal responsável para que as comunidades quilombolas tenham o primeiro acesso à terra e assim seja utilizada para fins de suas reproduções, tendo como ponto principal a titulação do território, determinando ser uma política de regularização.

Sendo assim, existe uma política federal que regulariza as comunidades quilombolas no Brasil, como parte de uma reparação histórica que está ligada ao processo de resistência desses povos, e o INCRA é um dos responsáveis por essas identificações, fazendo com que a regularização fundiária seja de suma importância para a valorização dos territórios quilombolas, assim como para o direito à terra.

De acordo com Promulgação da Constituição Federal de 1988, o INCRA visa “assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata” (INCRA, 2019).

Nessa adequada forma sustentável de viver o mundo, as populações indígenas, quilombolas e as comunidades de matrizes africanas e de terreiros, sofrem e estão na luta pela concretização desses direitos pelo Estado, da questão da posse e propriedade de terras, contrariando o que pensa uma elite social brasileira: “que é o que define o Brasil. Que é aquilo que a elite briga. A elite não larga o osso do poder porque quer defender suas propriedades, quer defender o seu acúmulo de capital. A propriedade é estruturante do capital” (RODRIGUES, 2012, p. 186).

Portanto, a resistência de vida e luta pelo direito à moradia, por território, pelo direito de exercer suas culturas e por outras formas de sobrevivência das populações indígenas, quilombolas, das comunidades de matrizes africanas e de terreiros, que se perpetuam desde o pós abolição até os dias atuais no Brasil. Lembrando que são populações que trazem benefícios (bens e serviços) à sociedade, perante a sociobiodiversidade brasileira.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), conforme destacado pelo INCRA, foi lançado no ano de 2004, com “o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado as áreas quilombolas, tendo como base a Agenda Social Quilombola, que tem ações voltadas à eixos ligado ao acesso à Terra, Infraestrutura, Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva, Direitos e Cidadania”.

Nas palavras elucidativas de Rodrigues (2012), o:

PBQ é desenhado para ser o carro chefe dentre as políticas da SEPPIR. Em 2004, ele surge como um programa transversal e descentralizado da gestão pública, incorporado ao Plano Plurianual do Orçamento da União, e, permeando os 23 ministérios, governos estaduais, municipais e sociedade civil. No entanto, há limitações para isso, a começar pelos limites estruturais do órgão: equipe pequena, orçamento insuficiente e/ou com deficiências na sua execução, instabilidade política no quadro gestor, etc., (RODRIGUES, 2012, p. 188).

Entretanto, para dar efetividade às estratégias ligadas a temática quilombola, a Agenda Social Quilombola, através do Ministério dos Direitos Humanos e a Secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, divulgou “que não se pode atribuir a um único órgão, ministério, secretaria ou fundação, com ações voltadas à melhoria das condições de vida, o acesso a bens e serviços públicos das comunidades de quilombolas” (SIQUEIRA, 2018, p. 24). Entre outras palavras, todos órgãos federais deverão estar envolvidos “à melhores condições de vida, com condições de acesso à terra, certificação, infraestrutura, saneamento, habitação, energia elétrica, saúde, educação, entre outros” (SEPPIR, 2016) às comunidades quilombolas.

No Brasil, foram identificadas mais de 35 mil famílias em diferentes comunidades quilombolas, conforme aponta o INCRA, no período do ano de 2005 a 2018. De acordo com Chaves e Silva (2018), somam-se mais de 3.500 comunidades quilombolas identificadas, destas, 1.200 comunidades já receberam a certidão de identificação junto a Fundação Cultural Palmares (FCP) e emitiram 154 títulos em 127 territórios, beneficiando 13.145 famílias distribuídas em diferentes estados da federação.

O Estado do Ceará conta com 75 comunidades quilombolas, das quais 38 já possuem registro no FCP, destacado no trabalho de Chaves e Silva (2017), no qual a mesma informa um aprofundamento nas regiões que estão presentes as comunidades quilombolas no estado, que junto com a Comissão Estadual de Comunidades Negras Rurais do Ceará (CERQUICE)¹³, “criada em 2006, é responsável pela articulação estadual das comunidades quilombolas, que fizeram esses levantamentos perante o Estado:

Essas comunidades estão localizadas nos municípios de Araripe (2), Aurora (1), Mauriti (1), Potengi (2), Aquiraz (1), Salitre (1), São Benedito (1), Caucaia (11), Aracati (1), Milhã (2), Independência (1), Ipueiras (1), Novo Oriente (3), Parambu (4), Poranga (1) e Tamboril (1). E em dezembro de 2013 foi decretada a emissão dos títulos de propriedade, beneficiando quatro comunidades (Sítio Arruda em Araripe, Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras em Tamboril e Alto Alegre em Horizonte). De acordo com o último censo realizado pelo INCRA, o estado possui em

¹³CEQUIRCE é uma entidade de fundamental importância na gestão dos conflitos existentes nas áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas, não só em relação à titulação das terras, mas nas formas de uso dos recursos naturais, base para a subsistência das comunidades. Possibilitando a inclusão nas discussões nacionais das particularidades pertinentes às comunidades localizadas no território (CHARLES E SILVA, 2018, p. 157).

alguns de seus municípios mais de uma comunidade quilombola, como nas regiões em Caucaia (5), Quiterianópolis (5), Tamboril (4), Salitre (2), Ipueiras (2), Monsenhor Tabosa (2), Novo Oriente (2) e Tururu (2) (CHAVES E SILVA, 2017, p. 157-158).

Como podemos observar, em toda a região cearense há presença da comunidade quilombola, sendo a região mais próxima da cidade de Fortaleza, conforme citado acima, o município de Caucaia, que possui onze comunidades quilombolas presentes.

Quadro 01 – Comunidades Quilombolas de Caucaia – Região Metropolitana Fortaleza, Ceará (2019).

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CAUCAIA - REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA/CEARÁ			
	Quilombolas Reconhecida pela CERQUICE		Quilombolas Certif. pela Palmares
1	<u>Boqueirão da Arara</u>	1	Boqueirão da Arara
2	<u>Boqueirãozinho</u>	2	Boqueirãozinho
3	<u>Camará</u>	3	Caetanos/Capuan
4	<u>Caetanos/Capuan</u>	4	Cercadão do Dicetas
5	<u>Cercadão dos Dicetas</u>	5	Deserto
6	<u>Coca/ Novo Oriente</u>	6	Porteiras
7	<u>Deserto</u>	7	Serra da Conceição
8	<u>Porteiras</u>	8	Serra da Rajada
9	<u>Serra da Conceição</u>	9	Serra do Juá
10	<u>Serra da Rajada</u>		
11	<u>Serra do Juá</u>		

Fonte: Inkra (2019).

Divulgado pelo INCRA (2019), foi publicado no Diário Oficial em 2016, “portarias de reconhecimento dos territórios das comunidades quilombolas de Minador, localizado nos municípios cearenses de Novo Oriente e de Boqueirão da Arara, em Caucaia. Que reconhece definitivo o direito das comunidades à posse de suas terras”.

O município de Caucaia fica na região metropolitana de Fortaleza e é o local mais próximo da capital onde estão presentes as comunidades quilombolas do estado, sendo onze delas reconhecidas oficialmente pela CERQUICE e nove certificadas pela FCP. O município com maior número de representação de quilombos no Estado, sendo que nos últimos anos tem registros de avanços importantes para essas populações em áreas estratégicas como educação, cultura e setor produtivo (Prefeitura de Caucaia, 2019).

Como podemos observar, em toda a região cearense há presença da comunidade quilombola, sendo a região mais próxima à cidade de Fortaleza, conforme citado acima, o município de Caucaia, que possui cinco comunidades quilombolas presente.

Conforme Cantuário (2009, p. 64), “a população negra foi marcada pela vulnerabilidade. Sobressaíram, pelas forças e resistências. Negros e Negras não ficaram numa única posição de ser “coisificados”, em suas subjetividades, desprovidos do direito à História”.

Munanga (1995, p. 63) define que, “quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos

O autor, ainda conclui que “escravizados (...), organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros (...), eles transformaram esses territórios em espécie (...) de resistência” (MUNANGA, 1995, p. 63). Para além da afirmação do autor, destacamos também sobre os dizeres de Chaves e Silva (2017 *apud* Almeida 2004, p. 149):

As terras ocupadas pelas comunidades quilombolas cumprem importante função social, pois por meio da organização comunitária esses grupos gerenciam os recursos naturais, garantindo a sua reprodução biológica e cultural. A posse coletiva favorece a família, a comunidade e a própria configuração étnica como um todo” (CHAVES E SILVA, 2017 *apud* ALMEIDA, 2004, p. 149).

As terras das populações quilombolas fazem usos dos recursos naturais de um modo sustentável de viver, garantindo assim a reprodução do meio ambiente, como também a vida social de suas comunidades.

Diante o que informa Chaves e Silva (2017), “algumas fugas resultaram na formação de comunidades independentes, que mais tarde receberam o nome de quilombos. Esses grupos existiram desde a época colonial até os últimos anos do sistema escravista”.

Em tempos atuais, os quilombos são lugares de moradia e resistência das populações quilombolas, que para fugir do maltrato desde a época da casa grande, refugiaram-se para estratégias de lutas e caminhos de vida digna. Mais do que isso, os quilombos foram considerados para diversos motivos de lutas: “há quilombos com resistência à escravidão, há quilombos criados com a compra da terra pelos negros, há quilombos instituídos por negros livres desde a ocupação das terras pós-abolição” (CHAVES e SILVA, 2017, p. 149). Evidenciando assim que os quilombos foram e são diversos modelos de luta, resistência e vida da população negra e quilombola.

E essa resistência de viver é transmitida também para as comunidades de matrizes africanas e de terreiros, que através de suas “religiões guardam e articulam-se diretamente as relações sociais, culturais e históricas de uma sociedade determinante (CANTUÁRIO, 2009, p. 66).

A formação das religiões afro-brasileiras está ligada ao processo histórico da vinda da população africana ao Brasil, a fim de recuperar sua cultura e sua tradição, que muito foi violada, julgada e marginalizada, principalmente pelo catolicismo e evangelismo neopentecostal.

As populações de matrizes africanas e de terreiros assumem suas religiões desde a época que foram trazidos do Brasil colonial e escravagista. Resistindo frente a tanta intolerância e discriminação, com ataques criminosos à suas casas e/ou terreiros, pois, no país, a Umbanda e o Candomblé foram as religiões de matrizes africanas que permanecem vivas até hoje, por tantos terreiros em torno do país.

A população negra mesmo empurrada à margem da sociedade, pela falta de oportunidades históricas e pelo advento do racismo tem construído estratégias de superação, se estruturando em diversas formas organizativas e produzindo espaços de resistências, como é o caso das religiões de matriz africana (LIMA, ANJOS E FERREIRA, 2014, p. 145-146).

Nas palavras de Lima (*et al.*), a representação de dar continuidade as religiões de matrizes africanas constituem no modo de superar toda a falta de reparações que a população negra obteve, desde seus descendente africanos que aqui passaram pelo escravismo criminoso no Brasil. A partir disso, buscam e organizam espaços para traçar estratégias para a valorização de sua cultura, costumes e as relações étnico-raciais.

Lembrando que a população negra vive de resistência na sociedade que camufla o racismo, pois somos uma população composta por 54% de negros e negras, mas quando observamos os números de dados entre brancos e negros, já apresentados nesta dissertação, sobre a educação, saúde, emprego, salário e segurança, é perceptível as desigualdades raciais.

Refletindo todos esses acontecimentos sobre o processo que vive a população negra no país, entrelaça nos dizeres de Araújo (2017):

Quando a história de um determinado grupo é fortemente marcada por acontecimentos tristes e dolorosos (como a escravidão entre africanos no Brasil), sua memória e identidade também passam a ser acompanhadas por medos e vergonha de difícil superação e contorno (ARAÚJO, 2017, p. 82).

Pois, a história da população negra brasileira está atrelada, de forma equivocada, ao processo da escravidão brasileira, principalmente quando essa população tem que superar racismos e discriminações para sua autoafirmação enquanto negro/a, e para além dessa superação, apontar que mesmo com todo esse processo, o viver significa resistir dia após dia na sociedade brasileira.

O pesquisador Araújo, aponta em seu livro “Entre Ataque e Atabaques: Intolerância Religiosa e Racismo na escola”, que “no Brasil, o negro sempre conviveu com o preconceito racial e que esse preconceito racial sempre veio acompanhado do preconceito à cultura e às religiões afro-brasileiras” (2017, p. 93).

Essa definição designa de todo aporte que o autor relata diante do processo de ser negro/a no Brasil, e a relação de todo estigma de sentidos pejorativos (como se negro, fosse ser inferior, sujo, preguiçoso, burro) que neles são atrelados. Marcando assim os piores estereótipos ligados à população negra e, com isso, à sua cultura e religião, sendo apontada até hoje pela sociedade não praticante das religiões de matrizes africanas como feitiço e perigo.

3.1 POVOS DE TERREIRO NA TERRA DO SOL: MAPEAMENTO/APRESENTAÇÃO SOBRE A RELIGIÃO DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA EM FORTALEZA

As populações de origem africana que durante o escravismo criminoso vieram ao Brasil, trouxeram consigo suas tradições e religiões e, devido a tal contexto, atrelado ao racismo, à discriminação religiosa e sobrevivências, “as religiões de matrizes africanas essas tradições foram reformuladas, modificadas, transmitidas e significadas” (CANTUÁRIO, 2009, p. 64).

Diversos estudos, entre eles Batisde (1961), Queiroz (2001), Landes (2002), Munanga (2002), Cantuário (2009), Santos e Junior (2010), Pereira (2012), Araújo (2017), Có e Lima (2017), revelam que são vários os grupos de origens africanas que, em torno do Brasil, se auto determinam enquanto religiões de matriz africana.

Neste sentido, conforme destaca Cantuário (2009, p. 63), “são consideradas religiões de matriz africana no Brasil: Calundu, Catimbó, Candomblé, Candomblé de Caboclo e de Angola, Umbanda, Batuque, Xangô, Tambor de Mina, Cabula, dentre outras”.

No Estado do Ceará, a Umbanda e o Candomblé são religiões de matriz africana e afro-brasileira predominantes, “relacionadas à uma afirmação da identidade negra e ligação com processos ancestrais de bases africanas” (CUNHA JUNIOR, *et al.* 2006). Bases estas que têm se fundamentado nas elaborações e recriações, tendo como base o princípio da oralidade,

do processo iniciático e na manutenção das tradições produzidas na diáspora (CÓ E LIMA, 2017, p. 03).

Neste sentido, citamos as religiões de matriz africana como um lugar onde se reconfigurou as tradições religiosas trazidas pelos escravizados do continente africano (CÓ E LIMA, 2017, p. 05). Na cidade de Fortaleza, a Umbanda e o Candomblé caracterizam-se por serem religiões de família:

É frequente encontrar terreiros em que a família biológica passa a ser também a família-de santo, convivendo no mesmo espaço: o terreiro é a residência. Há aquelas famílias nas quais os membros não são todos adeptos e têm uma participação indireta ao frequentar as cerimônias públicas, ao solicitar trabalhos etc. (CANTUÁRIO, 2009, p. 37)

A autora vai nos dizer que muitos terreiros da capital cearense são na verdade as casas dos moradores que praticam as religiões de matriz africana. Sobre o espaço onde está concentrada essa prática cultural religiosa, Cantuário (2009) afirma:

O espaço urbano ocupado pela Umbanda e pelo Candomblé, na maioria, são os bairros mais afastados e pobres, na periferia da cidade. As razões podem estar ligadas à natureza e à essência do culto, mas também têm uma força considerável a idéia de não atrapalhar o “acontecer” da metrópole, de não incomodar com o som dos seus atabaques, cantos e rituais. Religiões como essas foram por muito tempo perseguidas, consideradas heresia e charlatanismo, sofreram intolerância expressa da elite, do Estado, em especial da Polícia, de autoridades que sempre se colocaram contra crenças e rituais presentes nas religiões constituídas de elementos indígenas e negros. A saída foi afastá-los de modo a não perturbar a “ordem”. Os adeptos careciam encontrar condições propícias à realização do culto, que foi levado a lugares distantes do Centro de Fortaleza. Há ainda o fato de essas religiões precisarem de um contato maior com a natureza, tornando-se relevante que o local de prática se situasse próximo a matas, cachoeiras, pedreiras, rios, com espaço livre para a realização das oferendas, dos rituais e das festas (CANTUÁRIO, 2009, p. 37)

O processo de invisibilização da população negra fortalezense está ligado ao processo de perseguição que sofreram e sofrem as religiões de matriz africana, fazendo com que a forma de resistir à essas atrocidades fosse o afastamento dessas práticas culturais do espaço urbano e, como citado pela autora, a periferia seriam os locais mais presentes para estabelecerem a religião de matriz africana.

Diante desses problemas de enfrentamento para posicionar-se nesses espaços, a superação de resistência “surge pelo fato do retorno dos valores civilizatórios como um contínuo africano no Brasil e que se faz presente em diferentes formas de estruturação da cultura afro-brasileira (CÓ e LIMA, 2017).

A cultura negra cearense, de maneira geral, esteve submetida à um processo de invisibilidade, por conta da trajetória histórica que minimizou a presença africana (CUNHA JUNIOR, 2011). Isso reflete em toda região do Ceará, inclusive em sua capital, a qual viabilizamos essa identificação.

Conforme concerne nos estudos de Cantuário (2009), a autora apresenta dados que a mesma pesquisou na cidade de Fortaleza:

Verifiquei que em Fortaleza e na Área Metropolitana, em municípios como Caucaia, Maracanaú, Maranguape, há uma diversidade na tipificação dos terreiros, desde os que são apenas a residência do pai ou da mãe-de-santo até outros com instalações maiores, congregando vários devotos. Essa diversificação depende das condições financeiras de quem os integra. Nos terreiros se organiza um mundo sagrado, e é lá onde se realizam os rituais. Deveria mesmo ser lugar da solidariedade entre seus membros, mas verificamos que a religião como instituição social também sofre impactos das transformações e alterações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma sociedade capitalista marcada pela lógica mercadológica, de consumo, (CANTUÁRIO, 2009, p. 56).

Destaca-se o fato que há presença das religiões de matriz afro-brasileira na capital cearense e em sua região metropolitana, porém esses espaços sofrem impactos financeiros e capitalistas. Pois, desde aqueles terreiros menores ou maiores, evidencia-se quais são os tamanhos dos locais para a prática da religião (sendo na residência ou não), e assim as quantidades dos praticantes da mesma, mas cada uma tem seu lugar de aconchego e solidariedade entre seus membros.

Mesmo havendo a presença das religiões de matriz afro-brasileira, devido ao preconceito, “estes terreiros são negados a existência e muitos de seus frequentadores tem vergonha de declarem participantes das religiões de Umbanda e do Candomblé” (SANTOS e JUNIOR, 2010).

Afirmações como essas contribuem com toda a inviabilização que o estado cearense, e conseqüentemente sua capital, tem como a população negra, pois todo preconceito e racismo envolve para sua inexistência nessas regiões. “As religiões são vistas como ruins, acusadas pelos cristãos como coisa do diabo e os lugares de terreiros são falados como lugar de prostituição e maus hábitos” (SANTOS e JUNIOR, 2010).

A autora e o autor citado acima, continuam a descrever que:

Devido aos terreiros terem as imagens de Exu na entrega, este pelo moralismo e desconhecimento são confundidos como diabo. A imagem do “diabo” causa medo e temor do que o povo chama de feitiçaria. As imagens dos valores do mundo cristão europeu são transferidas para classificação das imagens do Candomblé e da Umbanda causando temos a população não esclarecida dos fatos e das finalidades desta religião (SANTOS e JUNIOR, 2010, p. 05).

A população que não se informa sobre o que cada imagem e santo tem em relação com a religião, cria seus medos e ficções, apontando inverdades sobre o que a imagens e, sobretudo as religiões de matriz afro-brasileira, tem relação com diabos e feitiçarias. Começa desta primeira impressão, o racismo e intolerância religiosa sobre as religiões de matriz africana.

3.2 DADOS SOBRE O RACISMO RELIGIOSO E RESISTÊNCIA EM FORTALEZA: OS ATAQUES AOS TERREIROS; A RESISTÊNCIA

Tradições religiosas de matriz africana devem ser trabalhadas na direção do esclarecimento sobre a importância da cultura brasileira e africana, no sentido combater os preconceitos e racismo contra a população e a cultura negra (PEREIRA, 2012, p. 126).

Com atitudes discriminatórias, várias ações pejorativas contra pessoas, contra tradições e também em lugares, estão sendo direcionadas às religiões de matrizes africanas, entre elas o Candomblé e a Umbanda. Há tempos que ações de intolerância religiosa são presenciadas, principalmente contra adeptos das religiões de matrizes afro-brasileira. Destaca-se que atualmente vários grupos de igrejas neopentecostais fundamentalistas, aos quais estão e associam vários discursos de ódio, atacam templos religiosos, casas de terreiros, cometem agressões físicas e assassinatos aos praticantes de religiões de matrizes afro-brasileira.

Pensar o Brasil para a educação dos direitos humanos é um dever do Estado, e direcionando as demandas das populações negras é um ato político, que se torna fundamental para denunciar a todo momento o racismo que está presente na sociedade.

Aos dezesseis anos de sua promulgação, a Lei 10639/2003, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas Escolas, “Lei está que altera a Lei de diretrizes e bases da educação (LDB), lei máxima da educação brasileira” (Oliveira e Rios, 2018), apresenta o quanto é fundamental e importante o diálogo da Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas brasileiras:

A Lei 11465/2008, parecer CNE/CP 001-003/2004, que institui para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos povos indígenas, que procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade (BRASIL, 2004, p. 10).

Para a promoção da igualdade racial e de uma ação de política afirmativa, essa lei torna obrigatório o ensino de história e cultura africana, pois visa desmitificar toda a história do continente africano e seus descendentes, entre elas a história das religiões africanas e afro-brasileira, resgatando, reconhecendo e valorizando toda uma cultura, história e identidade de uma população que foi excluída dos interesses e poderes da sociedade brasileira.

Muito tem sido realizado por universidades, em especial por professores negros (as) e núcleos de estudos, como cursos de formação de professores, palestras, entre outros, mas há muito para realizar, pois ainda existe inúmeros educadores (as), diretores (as), entre outros profissionais, que desconhecem as leis que versão sobre o ensino de história e cultura africana, não realizam nenhuma ação para educar as relações étnico-raciais positivas. Educar para e nas as relações étnico-raciais é buscar romper com a ideia de democracia presente na sociedade brasileira (OLIVEIRA E RIOS, 2018, p. 18).

A sociedade brasileira viveu no regime do escravismo criminoso por mais de três séculos, sendo uma tarefa árdua esse rompimento da democracia racial presente no país, mas não algo impossível. Para fazer presente a política de equiparação nessa sociedade, as leis citadas deverão ser valorizadas por anos e anos, afim de que toda população brasileira rompa com a desqualificação, preconceitos e falta de oportunidade para a população negra.

Essa construção de valorização reflete na realidade da cultura e religião de matriz africana, na qual esse ensino irá resgatar e também valorizar as religiões afro-brasileiras, sendo elas o Candomblé e a Umbanda.

Quando há falta de conhecimento, principalmente sobre as religiões de matriz afro-brasileira, vários discursos são distribuídos em ofensas, com preconceitos e ódios, relacionando as religiões à entidades demoníacas e satânicas. Nessa perspectiva, são frequentes os relatos de agressões físicas, manifestações violentas a terreiros, até assassinato de pessoas que praticam as religiões de Umbanda e Candomblé. Tudo isso fruto da intolerância, do desconhecimento e do desrespeito.

Em 2014, a Associação Nacional de Mídia Afro (ANMA), através do presidente Márcio Righetti, reuniu vários vídeos que estavam sendo expostos e/ou circulando em uma mídia de vídeos da internet denominada “YouTube”. Esses vídeos estavam todos relacionados à conteúdos pejorativos, maldosos, preconceituosos e mentirosos ligado às religiões de matrizes africanas.

Ao reunir esses vídeos, a ANMA, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, os levou ao conhecimento do Ministério Público Federal (MPF), pois:

As gravações estavam ligadas ao “demônio” e ao “mal”. Um dos vídeos afirma que “não se pode falar em bruxaria e magia negra sem falar em africano” e outro associa o uso de drogas, a prática de crimes e a existência de doenças como a Aids a essas religiões (RIGHETTI, 2014, p. 01).

Através do MPF, esses “vídeos disseminam o preconceito, a intolerância e a discriminação a religiões de origem africana. Por isso, o órgão enviou recomendação ao Google no Brasil para que retirasse as gravações da internet”. E, segundo informações, os grupos evangélicos que divulgaram ou publicaram os vídeos na internet infelizmente não foram identificados. Contudo, o MPF recomendou à empresa Youtube a retirada dos vídeos e a mesma negou o pedido, “afirmando que o material divulgado “nada mais é do que a manifestação da liberdade religiosa do povo brasileiro” e que os vídeos discutidos não violam as regras da empresa”.

Conforme aponta a relação e as discussões desta conduta, o MPF foi ao Ministério da Justiça (MJ), para fazer a solicitação da retirada, e para a surpresa, o Juiz Federal da 17ª Vara - Eugenio Rosa de Araújo, não atendeu o pedido de retirada. Sua afirmação dizia que:

As manifestações religiosas afro-brasileiras não se constituem em religiões. Referindo-se à umbanda e ao candomblé, o magistrado afirmou que elas "não contêm os traços necessários de uma religião" por não terem um texto-base (como a Bíblia ou o Corão), uma estrutura hierárquica nem "um Deus a ser venerado (ARAÚJO, 2014, p. 01).

Posteriormente, Jaime Mitropoulos, procurador da República, recorreu da decisão ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, informando que:

O ordenamento jurídico brasileiro estabelece que as relações sociais devem primar pela solidariedade, liberdade de crença e de religião, pelo respeito mútuo, pela consagração da pluralidade e da diversidade. A liberdade de expressar crença religiosa ou convicção não serve de escudo para acobertar violações aos direitos humanos, atacando ou ofendendo pessoa ou grupo de pessoas (MIROPOULOS, 2014, p. 01).

Enfim, são várias apresentações de relatos sobre fatos que ocorrem pela intolerância religiosa, onde as formas de resistências residem em se posicionar e em assumir a religião afro-brasileira.

Por vários ataques criminosos e intolerância religiosa, “povos de santo” se reúnem para ações, atos e protestos contra essas perseguições às suas religiões de matriz africana.

No mês de julho do ano de 2015, na capital do Ceará, a Secretaria de Cidade e de Direito Humanos (SCDH) promoveu o encontro “Fortaleza Contra a Intolerância Religiosa”, que motivou a cidadania e o respeito às crenças e o direito à não crença, respeitando direitos

individuais e coletivos. Esse evento foi organizado pela Coordenação de Promoção e Difusão de Cidadania e Direitos Humanos e pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos, realizado na Universidade Federal do Ceará. Esse encontro reuniu várias lideranças e membros das religiões de matriz africana, para mostrar que a luta é contra a intolerância religiosa, buscando ratificar a união e o respeito a toda as diversidades religiosas.

Trazendo a discussão sobre a perseguição religiosa vivida por muitos adeptos das religiões de matrizes afro-brasileira, foi realizado o evento “Eu visto branco e sou da Paz”, promovido pela Coordenadoria Especial da Promoção da Igualdade Racial (COEPIR), em parceria com a União Espírita Cearense de Umbanda, com o Instituto de Difusão da Cultura Afro-Brasileira, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE).

No intuito de promover políticas públicas, o Governo do Estado do Ceará instituiu o Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial (COEPIR), na Coordenação Estadual de Igualdade Racial, que visa:

[...] fortalecer a luta contra o preconceito racial a partir da compreensão das potencialidades e do reconhecimento das raízes históricas de cada povo é um princípio básico do Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial (Coepir), colegiado vinculado à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. Representantes do colegiado – que congrega afroindígenas, negros, quilombolas, ciganos e povos de terreiro (CEARÁ, 2019, on-line).

Fortalecer a luta contra tudo que se refere ao racismo possui várias “atribuições, como também uma das metas de combater o racismo estrutural e institucional e a capacitação de agentes públicos, sobretudo nas áreas da educação, saúde e segurança pública” (MADEIRA, 2019).

Criado em 2016, a COEPIR apresentou suas alterações regimentais e administrativas junto ao seu Estatuto no edital nº 01/2019 SEPPIR/MMFDH, que “destina recursos às comunidades para ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial” (CEARÁ, 2019). Havendo já estudos para serem trabalhados nessas ações e com metas que deseja a coordenação, direcionadas para a luta contra o preconceito racial no estado.

No ano de 2016, em 21 de janeiro, o site da Géledes – Instituto da Mulher Negra¹⁴ publicou a matéria “Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância

¹⁴ Geledés – Instituto da Mulher Negra foi criado em 30 de abril de 1988. É uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-o->

religiosa no Brasil”, divulgada pelo jornal BBC/Brasil, feita pelo repórter Jefferson Puff, que dialogou com dados de racismo religioso, como também relatos de pessoas representantes de movimentos em combate à intolerância religiosa, que se faz importante apresentar nesse texto.

No início da matéria já está apresentado que mais de 70% de 1.014 casos de ofensas, abusos e atos violentos registrados no Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2012 e 2015, são de praticantes de religiões de matriz afro-brasileira, conforme relata a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Estado (PUFF, 2016).

Em seguida, a matéria trata do caso da criança de 11 anos, Kaylane Campos, que foi atingida por uma pedrada na cabeça em junho de 2017, na zona norte do Rio de Janeiro. Praticante da religião do Candomblé e vestida como sua crença diz, a menina voltava para casa depois de sair de uma celebração no bairro da Penha, Kaylane foi vítima da intolerância religiosa e seu caso teve repercussão midiática, ficando conhecido por todo mundo como um fato do racismo religioso praticado por pessoas evangélicas, que não respeitam o próximo. São pessoas evangélicas, já que agridem uma criança por “apenas” ser de religião diferente, demonstrando assim total falta de humanidade.

A matéria relata ainda que no ano de 2015, no mês de novembro, na cidade de Brasília, um terreiro de Candomblé foi incendiado, mas em virtude do tempo nenhuma pessoa foi ferida. A capital do país já teria registros de mais doze incêndios criminosos.

Todos esses horríveis fatos são fruto do racismo e da discriminação que foram e são vivenciadas pelo processo escravocrata que houve no Brasil. As ações de movimentos de religiões Católicas e Neopentecostais que nos últimos anos vem crescendo no país, se utilizam de preconceitos e acusações para demonizar e perseguir as religiões de matrizes africanas.

São apresentados que os Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, registraram vários casos de intolerância religiosa através do Disque 100, onde no período de 2011 a 2015, foram 697 casos, sendo 71% deles contra adeptos de religiões de matrizes africanas, conforme destacado pelo Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR) e a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR) (PUFF, 2016).

Importante enfatizar que são várias as manifestações feitas por preconceituosos e que chegam a ser práticas de racismo religioso, onde fazem pichações em muros de terreiros e

em casas de Umbanda e Candomblé com ofensas, agredem fisicamente os praticantes dessas religiões, como também fazem postagens na internet e nas redes sociais, realizam invasões, incêndios, furtos e quebras de símbolos sagrados das religiões de matriz africana, conforme aponta na divulgação.

São vários os casos de intolerância religiosa, o jornal BBC Brasil divulgou no ano de 2016 uma matéria que apresenta estes casos. Para tanto, entrevistou pessoas importantes para compreender o assunto. Entre eles, o Coordenador do Relatório da Comissão da ALERJ, Ivanir dos Santos, que é Babalaô registrado há mais de 3 décadas e está diretamente ligado com a luta contra a intolerância há mais de 20 anos, atualmente ele é presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República em 2014, enfatiza:

[...] a importância que o Brasil tem de assegurar o direito da liberdade religiosa. Divulgado pela matéria do jornal BBC, ele informa, que “há ausência de dados consistentes nacionais, que dialoguem entre si, e a subnotificação dos casos e que isso são indícios de como o tema ainda precisa ser levado mais a sério no Brasil (BBC, BRASIL, 2016, on-line).

Vários são os casos de racismo religioso que tem relações com igrejas Neopentecostais e, diante do tema da intolerância religiosa, o jornal BBC divulgou relatos de representantes dessas igrejas que são ligados ao tema da intolerância religiosa, o qual informamos abaixo um pouco.

Um outro entrevistado foi Francisco Rivas Neto, “sacerdote e fundador da Faculdade de Teologia Umbandista com Ênfase em Religiões Afro-Brasileiras na cidade de São Paulo e a reconhecida pelo Ministério da Educação como formadora de bacharéis no tema”, diz que:

É impossível dissociar a intolerância do preconceito contra o africano, o escravo e o negro. Os afro-brasileiros são discriminados, tratados com preconceito, para não dizer demonizados, por ser de uma tradição africana/afrodescendente. Logo, estamos afirmando que o racismo é causa fundamental do preconceito ao candomblé e demais religiões afro-brasileiras (BBC BRASIL, 2016, on-line.).

Foi divulgado também na entrevista, o relato da pesquisadora Denise Pini Fonseca, ela é “historiadora, ex-professora da PUC-Rio e coautora do estudo que visitou os mais de 800 terreiros fluminenses” no Rio de Janeiro, e relata:

A origem da intolerância esteja muito mais conectada à crescente influência de alguns grupos neopentecostais no país. É claro que o racismo tem influência, mas acredito que é muito mais forte o discurso de alguns movimentos neopentecostais que são na realidade um projeto teopolítico que se apropria de símbolos muito poderosos para

atingir seus interesses, e que elegeram as religiões de matrizes africanas como alvo, (BBC BRASIL, 2016, on-line).

Por fim, o estudioso, João Luiz Carneiro:

Doutor em ciências da religião pela PUC-SP, especialista em teologia afro-brasileira pela FTU e autor do livro *Religiões Afro-brasileiras: Uma construção teológica* (Editora Vozes), defende que os dois fatores estariam completamente conectados. "A ligação entre esses dois fatores está muito bem resolvida na academia. As razões profundas na questão racial e o discurso neopentecostal que reforça no imaginário popular que é o macumbeiro, o sujo, o que faz o mal", indica. Para ele, é nítido o processo histórico em que boa parte do que é produzido pelo negro brasileiro é desumanizado, desvalorizado ou considerado estranho, exótico, folclórico, e a ascensão do discurso de alguns neopentecostais que estimula a visão da religião africana como ligada ao culto ao demônio, diabo, satanás, rituais satânicos, macumba ou que fazem o mal (BBC BRASIL, 2016, on-line).

São afirmações que estão presentes no dia a dia, que mesmo após três anos de publicado, estão presentes as mesmas, ou até piores, ações contra a população praticante das religiões de matrizes africanas.

Praticantes das religiões de matrizes africana vivem em constante resistência, em dar continuidade à seus antepassados, e desde esses tempos estão combatendo a intolerância, o racismo e a ascensão de várias igrejas neopentecostais, para resistirem no país.

O papel do Estado é fomentar as ações de políticas públicas que sejam essenciais ao combate dessa intolerância religiosa, como também a promoção de trabalhos educativos que promovam e exercitem respaldos àqueles profissionais que praticam a educação da história afro-brasileira e africana e das religiões de matrizes africanas nos ensinos públicos e para além da sociedade; como também executar as leis para aqueles que cometerem essas atrocidades, como crime, que sejam punidos por praticar intolerâncias.

Toda a população brasileira precisa reconhecer que o racismo existe, e todos e todas precisam combatê-lo. É necessário informação e educação, mas as pessoas deveram estar dispostas a mudar, pois informações são recebidas e enviadas para todos nós a todo momento, mas querer aprender e se educar com essas informações, eis a questão.

Historiador, professor, militante do movimento negro, pesquisador da história e cultura negra do Ceará, Hilário Ferreira foi entrevistado na mídia local de Fortaleza, em setembro do ano de 2017, relatando sua posição sobre os casos de intolerância religiosa. Conforme divulgado pelo jornal "O povo", Ferreira diz:

O povo negro no Brasil continua a viver momentos de grandes desafios. Passamos todo o século XX, lutando contra o racismo e seus efeitos em nossas vidas.

Presenciamos agora a violência do racismo religioso, que não tolera uma expressão de fé diferente da cristã. Um exemplo foi o caso da idosa Maria da Conceição Cerqueira da Silva, 65 anos, agredida a pedradas em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, vítima de intolerância religiosa por parte de uma vizinha que não aceita a religião de Maria, que é candomblecista. Uma insanidade. Parece que esses “cristãos” esqueceram que um dia também foram perseguidos dessa forma. Quando falamos de racismo religioso, o fazemos por acreditar que estas ações têm como pano de fundo o preconceito racial. Todos reconhecem que a origem e a permanência dessa religião no Brasil estão associadas aos africanos e seus descendentes. Que ela é formada em sua maioria por negros e negras (2017, on-line)

Divulgado pelo jornal “O Povo”, o herdeiro do terreiro de mãe Valéria, no Tamandaré, o Babalorixá George de Iemanjá, relata que o grande problema da intolerância com religiões de matrizes africanas é quando ela aparece nas instituições.

Do mesmo terreiro, esteve presente o Ogan Leno Farias, que relata para o jornal que “a intolerância religiosa não passa só pela agressão física, passa principalmente pela falta de direitos, ainda é preciso avançar em muitos aspectos para garantir a liberdade de culto das religiões de origem africana, assegurada como a todas as outras religiões no artigo 5º da Constituição Federal”.

A Coordenadora do Núcleo das Africanidades Cearenses (NACE), Prof.^a Doutora Sandra Petit, da Universidade Federal do Ceará (UFC), em material divulgado pelo jornal “O povo”, diz que:

[...] um dos caminhos para combater esse tipo de racismo é a Educação. Daí a importância de leis como a 11.645, de 10 de março de 2008, que determina o ensino da história e da cultura africana e indígena em escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, mesmo tanto tempo após a lei, “os resultados são parcos e as formações para professores são poucas e precárias, resultando em ações pontuais como semana africana ou do índio”, ela completa. O Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, estabelece uma série de direitos à população negra, entre eles, o do livre exercício dos cultos religiosos, é preciso uma atitude mais proativa da implementação dessas leis, não necessitamos apenas de noções superficiais sobre as nossas origens africanas, queremos mais do que isso.

Vários atos criminosos e situações constrangedoras são comuns no dia a dia das pessoas que praticam as religiões de matriz africana em Fortaleza. Relatos de violência física e psíquica, além de violações de direitos, são cometidos por representantes do Estado, fruto do racismo religioso e da intolerância religiosa.

Em 2015, parte de um terreiro de candomblé foi destruído durante a madrugada, fruto da intolerância religiosa, onde criminosos se viram no dever de destruir algo que não vos pertence. Praticantes da religião entraram com ação judicial na Assembleia Legislativa, para solicitar segurança e a punição dos responsáveis.

Com mais de 25 anos exercendo sua religião, o caso ocorreu no terreiro de candomblé Ilê Axé Olojobá, localizado no bairro Cidade Nova, que está na divisa de Fortaleza e Maracanaú, sendo levado para a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e juntamente ao Ministério Público Estadual e à Justiça, que pediram segurança do Estado e punição aos criminosos. Conforme divulgado pelo Jornal “O Povo”, a coordenadora Zelma Madeira, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial do Ceará (CEPPIR/CE), defende que a questão das minorias no Ceará sempre foi levada em segundo plano por conta do machismo e que devemos combater a intolerância religiosa, machismo, homofobia. Lutamos conjuntamente para a transformação social” (JORNAL O POVO, 2018).

A União Espírita Cearense de Umbanda (UECUM), relata casos de desrespeito motivados pela intolerância religiosa, são vários praticantes que junto ao jornal local do município relatam atos criminosos (JORNAL O POVO, 2018).

A casa de Candomblé Ilê Axé Omo Tifé-Keto, localizada no conjunto Tamandaré, divulgou fatos e ações cometidas por invasões de policiais armados aos terreiros e abordagens desrespeitosas de fiscais de meio ambiente. A Mãe Valéria de Logun Edé, de 73 anos, que há mais 40 dirige a casa que é uma das mais antigas da Cidade, diz ser frequente as visitas dos agentes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), como também de policiais militares, dizendo que algo tem de errado no local, mas nada encontram de diferente, a não ser práticas das religiões do Candomblé (JORNAL O POVO, 2018).

A Tenda de Iansã, da Mãe Edna de Iansã, sofreu um incêndio que até o momento não foi totalmente esclarecido pela Polícia Civil, mas a perícia aponta que seria criminoso. Ela relata ao jornal “O povo” que são mais de 20 anos no comando do terreiro, que está localizado no bairro Bom Jardim, na cidade de Fortaleza, e são diversas ações arbitrárias que aconteceram com ela. Na ocasião ela cita que policiais invadiram o terreiro, sem nenhuma autorização judicial, por volta das 21:30h, para tentar levar os atabaques e outros instrumentos sagrados de sua religião, dizendo que era para acabar com o “barulho”. Em outro relato, ela comenta que durante outra invasão policial estava trabalhando com a entidade e quando voltou tinha uma arma dirigida em seu rosto, informando que ações como essas amedrontam sim, mas ela não tem nada a temer (JORNAL O POVO, 2018).

Através do discurso de ódio, outro relato é do professor de arte e educação Pai Wagner, que vestido como praticante da religião do Candomblé foi surpreendido ao baixar o vidro do carro para pedir informações, viu a mulher correr de medo dele. O mesmo informa que foi perseguido pela diretora católica da escola onde trabalhava porque questionava as orações

somente cristãs que eram ensinadas aos alunos do colégio onde trabalhava e passou a dar o conteúdo da cultura africana e suas religiões (conforme apontado pela lei 10.639/2003). Em outro colégio, o professor informa que por ser da religião do candomblé, estudantes recusaram a assistir suas aulas e o chamavam de demônio. Em outro local de trabalho, viu uma aluna exemplar ser convidada a mudar de colégio por praticar a religião da Umbanda, pois assim que a diretora descobriu, não hesitou de cometer esse ato de racismo religioso. O mesmo relata também sobre o fato de um aluno assumir a religião que é praticada pela mãe, que é a Umbanda, devido os ensinamentos de suas aulas.

Presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos do Ceará, o pastor Francisco Paixão relata que os casos de racismo religioso vêm sendo alarmantes no estado, divulgado pelo jornal “O povo”, ele reconhece que há um “seguimento mais novo, especialmente neopentecostais, que confronta, que a orientação é a amar ao próximo” seguidores de religiões de matriz africana.

O racismo religioso é fruto da intolerância religiosa e atinge em especial toda população negra no país, pois o discurso de ódio e as desinformações sobre as religiões de matriz africana atualmente encontram-se mais recorrentes, partindo de algumas correntes evangélicas, como as pentecostais e neopentecostais, o que é reforçado nos programas de TV e até no Congresso Nacional.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), divulgou em 2018, o balanço referente às denúncias de discriminação religiosa, através do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), que apontou 506 casos registrados durante o ano de 2018. Entre as religiões mais atingidas estão a Umbanda, com 72 casos, seguida do Candomblé com 47 casos, matrizes africanas com 28 e outros segmentos evangélicos com 23 casos. Em 2017, os dados apontavam a Umbanda com 54 casos, seguida do Candomblé com 52 casos, matrizes africanas com 38 casos e outros segmentos evangélicos com 27 casos.

Como forma de resistência a todos os ataques sobre o racismo religioso, o movimento negro, o movimento de mulheres negras e os praticantes das religiões de matrizes africanas organizam e realizam várias atividades, eventos, ações e protestos, contra a intolerância religiosa.

O Papel do Estado perante o Combate à Intolerância Religiosa foi o tema de um seminário realizado em Fortaleza, no Museu do Ceará, em prol do evento da 5ª Caminhada Contra a Intolerância Religiosa de Fortaleza. O seminário reuniu diversos representantes do poder público e sociedade civil, cujo objetivo foi debater a posição do estado e dos movimentos sociais e religiosos, na promoção da equidade religiosa para o combate à intolerância religiosa

na capital cearense, como também a execução de políticas afirmativas no combate à intolerância religiosa.

Datada em 21 de Janeiro, o Brasil celebra o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635¹⁵, de 27 de dezembro de 2007, para homenagear a memória de Gildásia dos Santos, mais conhecida como Yalorixá Mãe Gilda, que faleceu no dia 21 de janeiro do ano de 2000, vítima de infarto fulminante após ser vítima de intolerância religiosa ao ver a sua própria foto publicada no jornal de uma igreja evangélica, com várias ofensas, humilhações e charlatanismo, devido ela praticar e ser da religião do Candomblé, onde também viu antes de morrer sua casa sendo atacada e várias pessoas de sua comunidade sendo violentadas fisicamente. Mãe Gilda morava em Salvador e pertencia ao terreiro Axé Abassã de Ogum.

A Festa de Iemanjá, realizada durante o mês de janeiro, é fruto de um ato que percorre bairros da Cidade de Fortaleza/Ceará, em prol do “Encontro” na orla da Praia de Iracema, onde praticantes das Religiões de Matrizes Africanas, com o Tema: “Fortaleza Contra a Intolerância Religiosa”, que no dia 15 de agosto, como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. O evento foi realizado em parceria com a Coordenadoria Especial da Promoção da Igualdade Racial (COEPIR), da SCDH, com a União Espírita Cearense de Umbanda (UECUM), o Instituto de Difusão da Cultura Afro-Brasileira (IDCA), a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE).

O objetivo do encontro realizado foi de promover a cidadania e o respeito às crenças e o direito à não-crença, respeitando direitos individuais e coletivos. A ação possibilitou o diálogo e interlocuções, contemplando a diversidade de religiões, liberdade de culto e o respeito aos indivíduos, além da construção de uma campanha de paz com adesão coletiva ao respeito às culturas e uma carta à sociedade civil das lideranças religiosas participantes, com objetivo de comprometimento do respeito mútuo, conforme relatou a organização.

A prefeitura de Fortaleza divulgou também, através do jornal “O Povo”, que Kelma de Iemanjá, representante da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (RENAFRO), falou sobre a necessidade da sociedade em se desnudar de seus preconceitos e atuar de forma respeitosa e pacífica em relação as diferenças religiosas: “o preconceito e a intolerância são

¹⁵ A LEI Nº 11.635, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica instituído o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 21 de janeiro. Art. 2º - A data fica incluída no Calendário Cívico da União para efeitos de comemoração oficial. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 27 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111635.htm.

formatos que não nos cabem mais. Eu não acredito em guerras religiosas, acredito que através do diálogo, do respeito, tudo pode ser resolvido”.

Nestes eventos foram abordados temas importantes dirigidos às leis, que são direitos e que garantem os exercícios e a liberdade de expressar suas religiões, como também as ótimas contribuições que as religiões têm em cuidado com a saúde física, psicológica e espiritual de cada pessoa, entre outros aspectos.

Outro evento que funda-se como ato de resistência ao racismo religioso e da intolerância religiosa, foi com o Tema: “Eu visto branco, eu sou da paz”, promovido pela Secretaria da Cidadania e dos Direitos Humanos de Fortaleza, realizado no Auditório da Faculdade de Direito da UFC, onde mais de quarenta representantes das religiões de matrizes africanas foram debater o assunto da perseguição religiosa, que os adeptos à Umbanda e Candomblé vinham sofrendo.

Conforme divulgado no site da Prefeitura Municipal de Fortaleza, o encontro teve como aspecto conclusivo a “reunião de lideranças e membros religiosos que mostraram que suas crenças, levantam constantemente a bandeira contra a intolerância religiosa” (FORTALEZA, 2018).

Abordamos no terceiro capítulo a sociobiodiversidade da população negra, assim como as questões sobre o racismo religioso, que atinge as populações de terreiros e os praticantes das religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras. Tratamos de informar também sobre os quilombos, não significando dizer que Fortaleza tem quilombos, pois não estamos referindo somente aos territórios quilombolas, mas aos aglomerados da população negra. Pois, se existem bairros que possuem maioria de população negra na cidade, deixamos uma pergunta: Esses bairros com maioria de negros/as podem e são considerados quilombos? Se a periferia é em sua maioria composta por pessoas negras, essas periferias são quilombos?

Desta forma, no próximo capítulo será apresentado as reexistência e resistências negra na cidade de Fortaleza.

4 REEXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA NEGRA EM FORTALEZA

“Negro que já foi escravo,
 Negro é a voz da verdade
 Negro é destino é amor
 Negro também é saudade.
 Um sorriso Negro!!!
 (IVONE LARA)

Neste capítulo, com o tema Reexistência e Resistência negra em Fortaleza, iremos apontar os grupos, as articulações, os movimentos de mulheres negras que estão resistindo e existindo frente aos ataques que a população negra sofre, demarcando que, enquanto estão nos atingindo com mortes e violências, estamos resistindo com cursos de formação, encontros e ações para com nossa comunidade. E, assim, buscando as políticas públicas de promoção da igualdade racial, para combater todo esse sistema de opressões em que tentam nos colocar. Ao final, traremos a educação como uma das maneiras possíveis de combater o racismo.

Ao início do texto, a frase que é trecho da música de Dona Ivone Lara, escrita em 1981, aponta:

*“Negro que já foi escravo, (que mesmo com todo sofrimento da escravatura)
 Negro é a voz da verdade, (resistimos para contar realmente à nossa história)
 Negro é destino é amor, (Destino em Viver, Destino em nos amar)
 Negro também é saudade. (Saudade daqueles que lutaram para estarmos aqui)
 Um sorriso Negro! (Diante de tantas dores, enfrentamos com sorriso a vida).*

Sobre construir uma identidade e exercer uma autonomia sobre si mesmo, Neusa Santos Souza (1983, p. 17-18) nos alerta que, “o saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, (...), submetida a exigências, (...) sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”.

Esse recriar-se em potencialidades é nossa vivência nesse mundo de luta, pois mesmo sendo a população negra que mais morre, que mais passa fome, que mais trabalha com poucos recursos financeiros, são populações negras de resistência, pois sobrevive e reexiste dia após dia.

Carolina Maria de Jesus (1960), nos ensina que mesmo que em situações adversas, como passar fome, viver em favelas, sem condições econômicas, é preciso “dominar nossos impulsos, formar nosso caráter”; sendo assim, é necessário dominar, formar e resistir.

Resistir é, entre outras coisas, compreender como se comporta a branquitude, ou seja, a:

[...] racialidade do branco, configurando uma visão de mundo, um posicionamento de vantagens calcado no silêncio e omissão (diante do racismo) por um lado, na prática discriminatória sistemática com vistas a conseguir e manter seu privilégio que impregna a ação e o discurso; e que justifica/ mantém/ reproduz as desigualdades raciais no trabalho (BENTO, 2002, p. 16)

Mas também, ancorar-se nos seus, neste caso, a população negra, que com suporte do movimento negro e do movimento das mulheres negras, desde o pós escravidão, perpassando por ações como a “Marcha das Mulheres Negras” realizada em 2015, com o lema “Uma sobe e puxa a outra”, são inspirações que passam de gerações em gerações, em um círculo que ancestrais nos ensinaram e nos ensinam a superar todos os atos racistas que sofrem as populações negras.

De acordo com o que Sueli Carneiro (2003, p. 117) aponta, “o movimento de mulheres do Brasil, é um dos mais respeitados do mundo e é referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. A autora Carneiro (2003) cita Lélia González, dizendo que ela vai além desse termo, que no feminismo brasileiro, “há dificuldade de as mulheres omitirem a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade” (CARNEIRO, 2003, p. 117).

Ou seja, em todo movimento feminista brasileiro tem-se referências mundiais; o feminismo negro não era e nunca estava pautado, as questões de raças não eram presentes nas discussões, “portanto a luta das mulheres negras era contra a opressão de gênero e de raça (...). Enegrecer o feminismo significa:

[...] concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2003, p. 03).

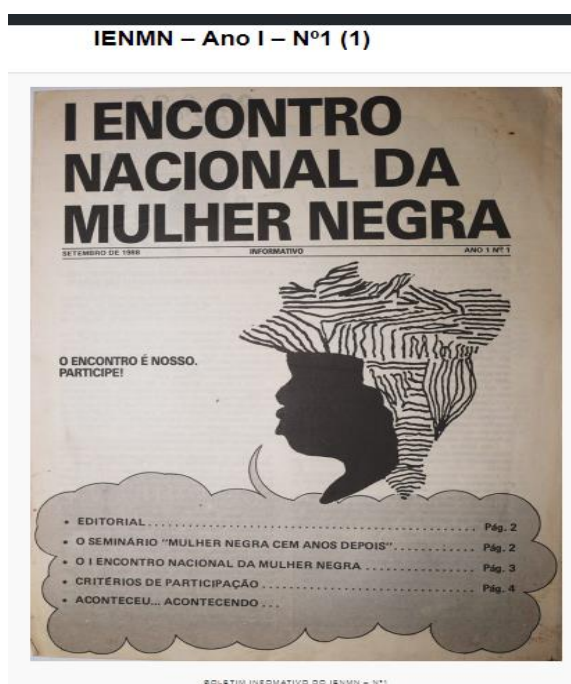
A questão racial tem ponto chave para a luta do feminismo negro, direcionado em abranger todas as questões políticas, sociais e culturais que vão relacionar-se com a questão da mulher, e principalmente das mulheres negras e as questões da violência, saúde, trabalho, todas as discussões da agenda do movimento feminista brasileiro. O movimento feminista negro teria especificamente suas pautas e elas estavam todas em um determinado eixo, nas questões sobre

e para as mulheres negras. Para Sueli Carneiro, enegrecer o feminismo e politizar as desigualdades de gênero são seus principais objetivos.

Em 1988, foi o “ano que marcou a luta por direitos no Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal, foi o ano da criação da Fundação Cultural Palmares e do centenário da abolição formal da escravatura” (PALMARES, 2019).

Aquele ano representou tantos combates e embates para a população negra que as Mulheres Negras realizaram o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras (I – ENMN), conforme a imagem abaixo, que foi de um boletim distribuído para o movimento de mulheres negras de todo Brasil, com o tema “A Mulher Negra”. As discussões do encontro relacionavam-se em um seminário que dirigia posicionamentos sobre as perspectivas da “Mulher Negra Cem Anos Depois” da Abolição de 1888.

Figura 11 – I Encontro Nacional da Mulher Negra. Rio de Janeiro (1988)



Fonte: Fundação Cultural Palmares, boletim informativo - 1988.

O I-ENMN aconteceu na cidade de Valença, do Rio de Janeiro; reuniu várias “mulheres negras de várias cidades do Brasil, das periferias, quilombolas, trabalhadoras domésticas, artistas, religiosas de matriz africanas e estudantes”, cujo aspecto pontuava o a organização da luta política e social das mulheres negras (PALMARES, 2019).

Três anos depois, em 1991, na cidade de Salvador/Bahia, foi realizado o Segundo Encontro Nacional de Mulheres Negras (II ENMN), com o tema: Mulher Negra, Organização,

Estratégia e Perspectivas. O evento visava a definição de um projeto político nacional que desse respostas para a situação da mulher negra em todo país, encaminhando uma proposta unitária de luta dentro desta diversidade social, cultural e política em que vivemos (Relatório Final do II ENMN, 1991, p. 03). A relação dos temas escolhidos estava atrelada com a conjuntura do início da década de 1990, que, sob o governo do presidente Fernando Collor de Melo, foi marcada por questões políticas, sociais e econômicas relevantes, como a queda do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento do desemprego e a alta da inflação. A situação da pobreza atingia 40% da população, sendo que, desse percentual, 63% eram negros e negras (PALMARES, 2019).

Diante desse movimento das mulheres negras aos Encontros Nacionais de Mulheres Negras, Ribeiro (1995) define bem o que essa luta estava se formando:

O movimento das mulheres negras, vem se constituindo a partir do cruzamento das questões de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo, originárias de movimento como negro, sindical, popular, partidário). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras, mantendo sua especificidade (RIBEIRO, 1995, p. 455).

A autora especifica que o movimento das mulheres negra deve estar articulado com outros grupos e movimentos. Portanto, as pautas das questões de gênero, raça e classe social, devem ser alinhadas as questões das mulheres negras.

Em 2001, em Belo Horizonte/MG, aconteceu o III Encontro Nacional de Mulheres Negras (III ENMN), cujo tema foi “A Organização das Mulheres Negras no 3º Milênio para o Combate ao Racismo e à Discriminação de Gênero”. A metodologia do encontro baseou-se em caráter participativo, por meio de palestras, painéis, dinâmicas e vivências, com a abordagem que garantia à todas mulheres negras presentes uma troca de saberes entre as participantes, onde que todas teriam voz para pronunciarem seus conhecimentos e questionamentos, uma forma democrática de participação no II ENMN. (PALMARES, 2018).

Com o Tema “Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil” (ENMN +30), o evento foi sediado na cidade de Goiânia/GO, no mês de dezembro de 2018. O ENMN +30 obteve apoio financeiro do Fundo de Investimento Social Elas e da Organização das Nações Unidas Mulheres Brasil (PALMARES, 2018).

As mulheres negras estavam em mobilização para comemorar os 30 de empoderamento das mulheres negras desde 1988, onde quilombolas, religiosas de matrizes

africanas, jovens, idosas, trabalhadoras domésticas, onde cada organização de mulheres negras dos Estados brasileiros se organizou e mobilizou para estar presente na capital de Goiás. O encontro também teve como pauta a afirmação do protagonismo da luta política, para afirmação da identidade e até mesmo da existência das mulheres negras no país.

Figura 12 - Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos



Fonte: Boletim e arte de divulgação do IV ENMN +30.

Conforme aponta Carneiro (2018), o ENMN +30, “buscou alinhar as estratégias e os mecanismos políticos para incentivar os movimentos das mulheres negras, dando visibilidades às questões da saúde, moradia, trabalho e segurança das mulheres negras”.

A auto-organização das mulheres negras sempre tem impactos ao se autopromoverem, conforme destaca Sena (2018, p. 121-122):

É significativo explicitar que a auto-organização e as lutas das mulheres negras nascem nos mais diversos contextos de exploração e ocorrem a partir de diferentes matrizes: sociedades de mulheres abolicionistas, organização de empregadas domésticas, (...) mesmo quando lutam contra as opressões que marcam suas vidas, recusam uma identidade feminista. Se o feminismo negro nasce da crítica ao feminismo branco, sua constituição teve por base o acúmulo de nossa própria História e a trajetória de resistência e luta das mulheres negras e nossas ancestrais, tantas vezes silenciadas e invisibilizadas,

Essa relação condiz com a luta das mulheres negras em demarcar espaços contra as opressões que enfrentam em suas vidas desde o início da história brasileira, que muitas vezes silenciaram e invisibilizaram a trajetória e luta das mulheres negras.

Todas essas articulações das mulheres negras brasileiras são para combater toda a violência que atinge a população negra. O Atlas da Violência de 2019 divulgou em junho desse mesmo ano que “há continuidade no processo de desigualdade racial no país, mesmo que cenários estaduais e regionais se manifestem de formas distintas sobre o mesmo fenômeno, há necessidade de políticas públicas aos grupos mais vulneráveis” (IPEA, 2019, on-line).

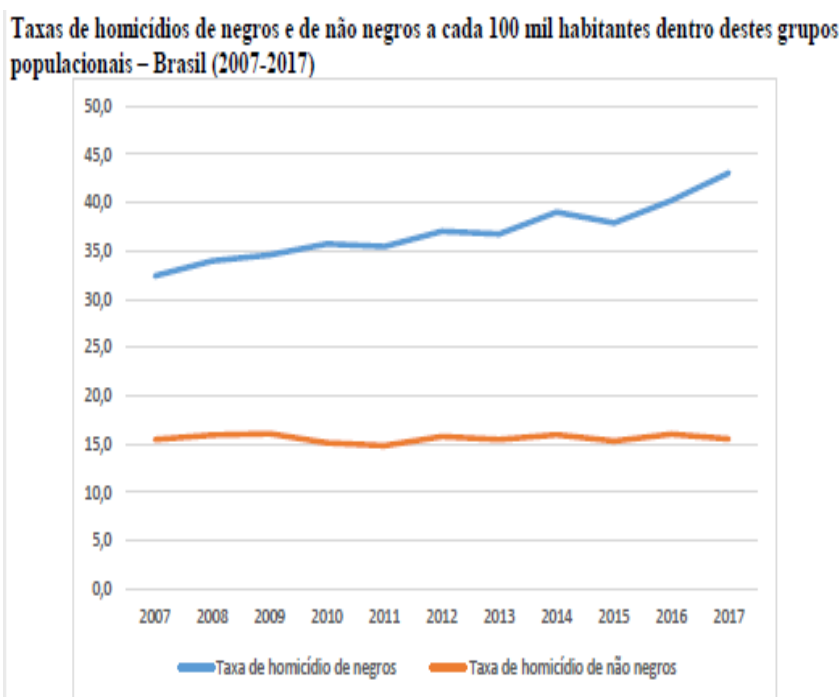
Esses grupos vulneráveis citados são as populações negras, que através de dados, obtemos que:

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (Atlas da Violência, 2019, p. 49).

Comprova-se que morrem mais negros no Brasil do que não negros e a sociedade brasileira naturaliza a violência contra negros e negras, pois não há comoção por parte daqueles que não são atingidos diante por tamanha violência.

De 2007 a 2017, a taxa de letalidade racial no Brasil cresce 33,1% para negros (as) e para não negros (as) o crescimento foi de 3,3%. Durante essa variação, as mortes de não negros (as) obtiveram a redução de zero vírgula três por cento (0,3%) e para negros (as) esse índice cresceu para sete vírgula dois por cento (7,2%). Ou seja, comprova-se através dos dados que, quanto mais se mata negros (as), mais os índices de morte crescem, mais um dado soma-se à estatística e o contrário acontece com a população não negra.

Gráfico 11 – Taxas de homicídios de negros e não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais. Brasil (2007-2017)



Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de Negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o De não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

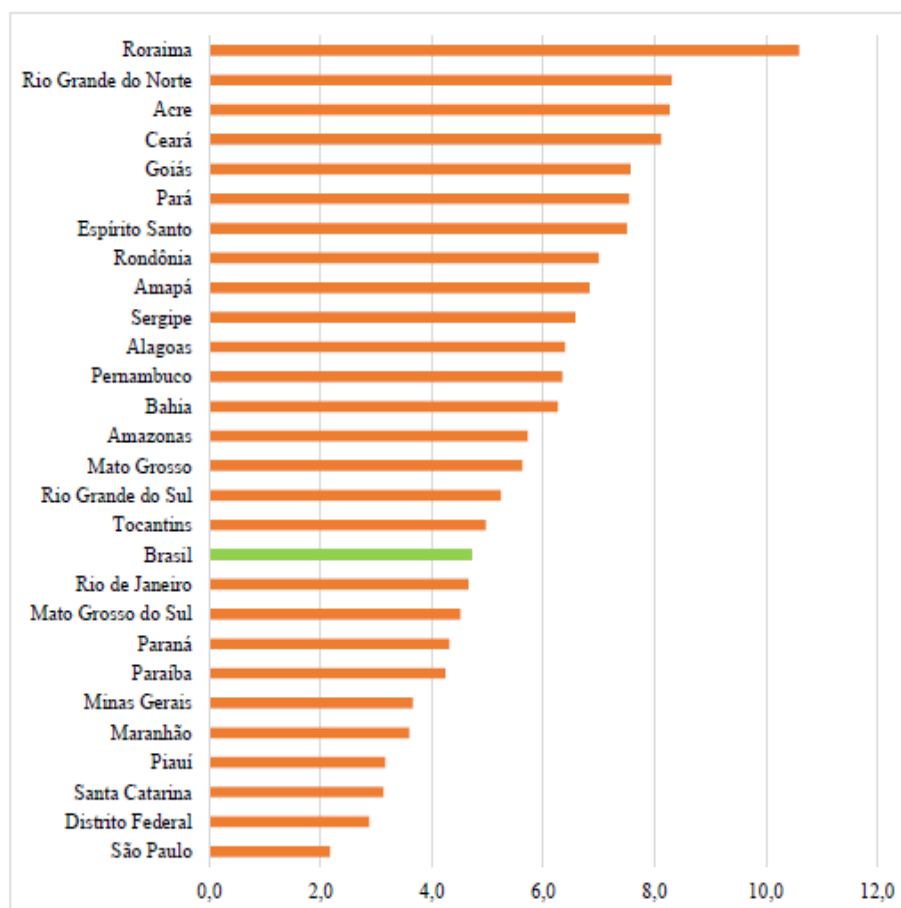
No país, os estados da região do Nordeste são os que apresentam as maiores taxas de homicídios, como o Rio Grande do Norte, que apresentou a taxa mais alta, com 87% de mortos a cada 100.000 habitantes negros, mais do que o dobro da taxa nacional, seguido pelo Ceará, com 75,6%, Pernambuco, com 73,2%, Sergipe, 68,8% e Alagoas, com 67,9%. De acordo com o Atlas da Violência de 2019, esses dados mostram que o Brasil necessita urgentemente propor e discutir esses problemas violentos que afetam principalmente a população negra.

Abaixo, o gráfico divulgado pelo Atlas da Violência de 2019, mostra a taxa de homicídios por 100 mil mulheres nos estados brasileiros, onde:

[...] o estado de Roraima respondeu pela maior taxa, com 10,6 mulheres vítimas de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, índice mais de duas vezes superior à média nacional (4,7). A lista das unidades federativas onde houve mais violência letal contra as mulheres é seguida por Acre, com taxa de 8,3 para cada 100 mil mulheres, Rio Grande do Norte, também com taxa de 8,3, Ceará, com taxa de 8,1, Goiás, com taxa de 7,6, Pará e Espírito Santo com taxas de 7,5, (IPEA, 2019, p. 38).

Gráfico 12: Taxa de homicídios (100 mil mulheres) nas Unidades Federativas (UFs) - (2017)

Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UFs (2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CID's 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

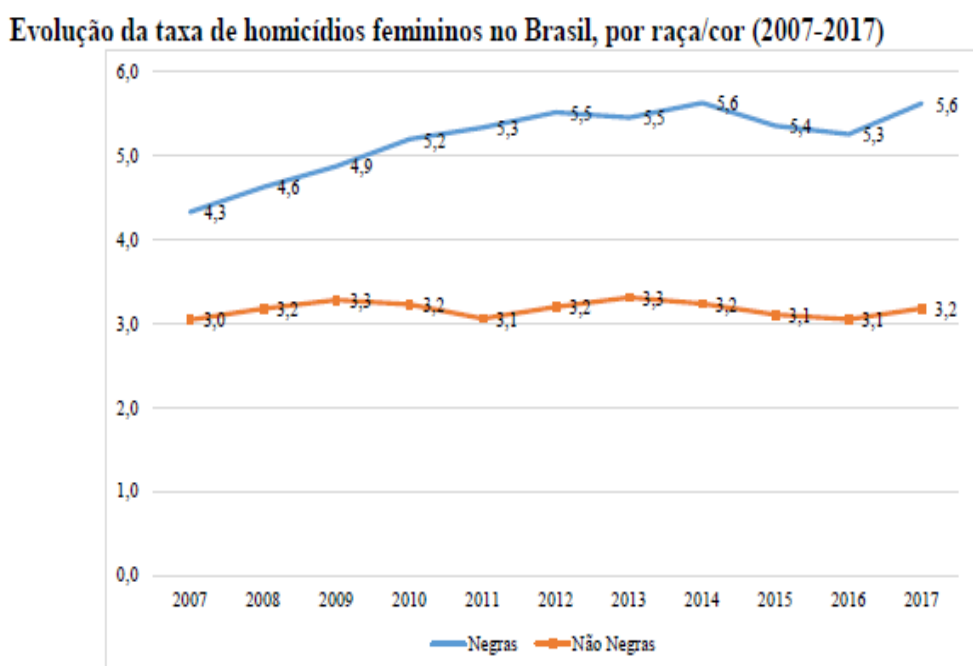
Fonte: Atlas da Violência, 2019.

Nas estatísticas sobre as mulheres, os dados apontam que a violência contra as mulheres no país também aumentou, são 30,7% de elevação no número de homicídios durante o período de 2007 a 2017 e, no ano de 2018, a taxa ficou em seis vírgula três por cento (6,3%). Portanto, aumentando o número de violência contra as mulheres, evidenciamos, diante da divulgação dos dados do Atlas da Violência de 2019, que as mulheres negras são as mais afetadas nesse contexto:

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%, (IPEA, 2019, p. 38).

Esse crescimento da taxa de homicídios, explicará no próximo gráfico que “a evolução da taxa de homicídios de mulheres não negras foi de três vírgula dois por cento (3,2%) a cada 100.000 mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de cinco vírgula seis por cento (5,6%) para cada 100.000 mulheres neste grupo.” (IPEA, 2019, p. 38).

Gráfico 13: Evolução da Taxa de Homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui nós agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, onde chamamos de “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras” a soma de brancas, amarelas e indígenas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: Atlas da Violência, 2019.

Toda essa relação da violência trazida pelos dados, mostra que o Estado do Ceará está nestas circunstâncias e, na cidade de Fortaleza, existem movimentos e coletivos negros, e principalmente de mulheres negras, que tentam e mudam os objetivos dos dados estatísticos violentos para resistência e potência em conhecimentos e estudos.

4.1 MULHERES NEGRAS RESISTEM (MNR)

Apontaremos neste item os grupos, as articulações, os movimentos de mulheres negras que estão resistindo e existindo frente aos ataques que a população negra sofre, apontando que, enquanto estão nos atingindo com mortes e violências, estamos resistindo com cursos de formação, encontros e ações para com nossa comunidade. Assim, buscando as políticas públicas de promoção da igualdade racial, para combater todo esse sistema de opressão em que tentam nos colocar. Finaliza-se afirmando que uma das maneiras para combater o racismo é com as armas de estudo, com que buscamos vencer qualquer combate e batalha.

Em meio de tantas violências vivenciadas atualmente no país, o mês era março e o ano 2018, morre assassinada brutalmente a vereadora, ativista, mãe, negra, periférica, intelectual Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro. Essa violência repercutiu no mundo todo, pois foi uma forma de exterminar a voz de uma mulher negra do parlamento brasileiro, que estava trabalhando e investigando atos criminosos e de corrupção contra a milícia da cidade carioca.

Mas, essa morte teve um ávido maior entre a população brasileira e principalmente entre as mulheres negras, despertando sementes para que outras vozes negras não sejam silenciadas. Assim como a vereadora, muitas mulheres negras são mortas no país, sendo a taxa de feminicídio que mais cresce no Brasil.

Diante desse crime, aqui no Nordeste, no Estado do Ceará e na capital Fortaleza, surgiu através do pensamento de uma outra mulher negra, doutora, professora, antropóloga Vera Rodrigues, a ideia de se trabalhar em forma de um projeto, de ensino, pesquisa e extensão, com o aporte teórico-político de, para e com mulheres negras. O objetivo era “fomentar o protagonismo feminino e negro, por meio da formação de quadros de representação social e política” (Mulheres Negras Resistem, 2018).

Junto de outras mulheres negras intelectuais, pesquisadoras, professoras doutoras em conjunto, surge o lançamento do Projeto “Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras”, em maio de 2018.

Em 2018, este é o primeiro projeto na cidade de Fortaleza/Ceará que tem um trabalho voltado de, para e com mulheres negras, unindo cerca de 25 mulheres negras, com a proposta de uma formação em conhecimentos teóricos políticos. Atualmente reúne 40 mulheres negras que juntas constituem esse projeto, ainda em curso, com o objetivo de apresentar e fundamentar o protagonismo de mulheres negras no município.

Para a abertura e execução deste projeto, houve reuniões objetivando conhecer as diretrizes do projeto, o quadro e plano de ações, como também a forma como seriam escolhidas as mulheres negras selecionadas.

O plano de ações apresentado partiu de um quadro de programação anual, onde continham as possíveis atividades que foram e são trabalhadas de 15 em 15 dias, aos sábados, durante um período de 4 horas. Toda estrutura do que é apresentado neste curso, percorreu e percorre, em seis módulos temáticos, quais sejam: “Idéias são à prova de balas”; “Nossos passos vêm de longe”; “Nós por nós”; “Feminismo Negro”; “Criminologia Feminista” e “Estado, Democracia e Políticas Públicas”.

Em cada módulo são apresentados os aportes teóricos e políticos, com textos de mulheres negras de resistência, que tiveram e tem seu protagonismo feminino e negro dentro da sociedade brasileira e mundial. Autoras como Lélia Gonzalez, Marielle Franco, Marli Coragem, Jarid Arraes, Juliana Borges, Djamilia Ribeiro, Flávia Rios, Soraia Mendes e Winnie Bueno foram as definições para trabalhar no curso.

A seleção das mulheres negras que residiam e residem em Fortaleza ou nas regiões próximas eram um dos principais critérios para adentrar ao projeto, mas o primeiro ponto, definido antes de responder qualquer questionamento é a autodeclaração; ou seja, as mulheres que se auto definem como negras, seguido do principal motivo para fazer parte do projeto e quais os planos de futuros dessas mulheres negras.

Para a surpresa da coordenação do projeto e felicidade das parcerias e formadoras, foi que, em um período de vinte dias o número de inscritas para fazer a seleção foi de 96 inscritas, sendo vinte e cinco vagas para a representação das mulheres negras nesse projeto. Houveram inscrições de várias mulheres negras de várias regiões do Ceará, ativistas, professoras, profissionais liberais e não liberais, empregadas domésticas, desempregadas, intelectuais, estudantes, pesquisadoras; esses foram os perfis das mulheres negras que concorreriam a uma das vagas desse projeto, que buscavam experiências de formação teórica, na cidade de Fortaleza, capital de um estado que nega a existência da população negra.

Esse processo de apresentação do projeto e seleção das cursistas, dividia-se em momentos de responsabilidade, mas também de orgulho por parte da equipe de coordenação e suas representações / parcerias.

Diante das 25 mulheres negras selecionadas, vindas de coletivos mistos, professoras, na maioria moradoras da periferia de Fortaleza, estudantes de graduação e de pós-graduação. O grupo concentrava emoções, experiências, desafios, trajetórias, que em um determinado alinhamento eles se cruzavam, pois, em um marco de tempo as experiências das vivências das mulheres negras eram diversas, mas quase todas parecidas. Os caminhos de sofrimentos, dores, lutas, persistência e valentia são das mulheres negras que antecedem nossos

séculos, são nossos passados, que com força abriram espaços para que hoje estivéssemos aqui na luta contemporânea.

Os encontros foram devidamente marcados e registrados não só na memória das pessoas envolvidas, sejam elas Cursistas, Formadoras, Coordenadora e Organizadoras. O processo efetivado por módulos teve, cada um, seu momento específico de protagonismo, de emoção, informação, conhecimento político-teórico e vivências das mulheres negras presentes nos sábados, conforme as datas que foram marcadas e registradas no ano de 2018.

4.1.1 Módulos Mulheres Negras Resistem: Processo Formativo Teórico

O Primeiro Módulo, que inicia o processo de formação teórico-político, compõe o tema “Ideias são à prova de balas”, que consiste nos textos com referências das autoras Maria Carolina de Jesus (1979), Marli Coragem (1981), Lélia González (1982) e Marielle Franco (2017). Cada texto tem-se seus marcos de tempo na escrita, porém o tempo envolve a dinâmica apresentada na conjuntura do momento vivido de cada autora, protagonizando seus feminismos negros.

Por exemplo, na leitura do texto de Jesus (1979), protagoniza, através de sua escrita, o poder de olhar a favela a partir de seu contexto enquanto moradora dela, mulher negra, com todas as dificuldades da vivência na favela, sendo mãe solo e, mesmo assim, fez do seu dia-a-dia um diário, que transformou-se em livro e percorreu o mundo todo com traduções em 13 idiomas. Ou seja, a mulher negra, como ela mesmo diz, apenas com o ensino fundamental, transforma-se em escritora; mas, infelizmente, no Brasil nossos talentos são invisibilizados e com Maria Carolina de Jesus isso não foi diferente. Ainda assim é importante enfatizar o quão ela foi intelectual negra no período dos anos setenta.

No texto de González (1982), ela protagoniza a visão do que foi o “Golpe de 64”, assim como outros pontos da época da ditadura militar no Brasil, fazendo uma relação em que o “modelo econômico” dirigido na época estava apresentando à população negra. Um protagonismo de relatar que a população negra na época estava como atualmente, em sua maioria vivendo em favelas, com os piores condicionamentos sociais de vivência. Ela, como antropóloga, mulher negra intelectual, pontuava os termos racistas que eram dirigidos às populações negras, assim como o momento político referenciava o desenvolvimento do país conservador, machista, com repressões na época. González, junto ao movimento negro e das mulheres negras, foi uma das muitas ancestrais que lutaram para um país melhor, frente à população negra, denunciando e fazendo política para dias melhores.

Denunciando esse mesmo contexto político, encontramos em Marielle Franco (2017), com as mesmas pontuações e acrescentando o lugar de fala da mulher negra e periférica, atualmente no poder público. Evidenciando os mesmos argumentos de González, mas agora no contexto do Golpe de 2016, referente ao impeachment de uma mulher presidente do país em estado democrático. Para além dessa conjuntura, posta em pleno século XXI, ela enfatiza a mulher negra, muitas vezes diversa em seus contextos de trabalhadoras. A intelectualidade de Franco reflete no fato de ter voz na representação política, porém, nos mostra que todo cuidado é pouco, já o que o mesmo poder político a fez silenciada. Ou seja, enquanto mulher negra no poder, o cuidado com a nossa evidência, com a nossa vida, tem que ser levado com cautela, pois, dependendo dos nossos apontamentos, o silenciamento de nossas vozes será executado de uma forma cruel e sem piedade.

Mas, por Marielle Franco, Lélia González e Maria Carolina de Jesus, surgem sementes que germinaram com todo poder. Ao falar em poder, evidencia-se no primeiro módulo no curso, o contexto percorrido por Marli Coragem, que lutou contra todo poder militar para apontar o culpado policial que assassinou seu irmão. Certeza, virtude, decisão, segurança, tinha Marli (1981), para enfrentar todo o poder jurídico da época.

Essa negra intelectual, Marli Coragem, ativou o protagonismo da coragem da mulher negra, em plena ditadura militar, acontecido nos anos 70 no Rio de Janeiro, jovem de 25 anos, mostrava tamanha coragem de “enfrentar os devidos riscos” em plena ditadura militar. Fazendo prevalecer, que “Nossos Passos Vem de Longe”.

Referenciado no segundo módulo, “Nossos Passos Vem de Longe”, é o tema que aborda o contexto do livro “Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis”, da escritora Jarid Arraes (2017).

Neste livro, conta-se as histórias das heroínas, *Antonieta de Barros* (mulher negra na política no século XX e jornalista catarinense); *Aqaltune* (princesa africana do reino do Congo); *Carolina Maria de Jesus* (escrita negra brasileira); *Dandara dos Palmares* (mulher negra que lutou contra a escravidão junto de Zumbi dos Palmares, no quilombo no período de 1670); *Esperança Garcia* (ex-escravizada que denunciou ao poder público do Piauí, todas as crueldades e repreensões que ela passava junto aos escravizados da época de 1770); *Eva Maria do Bonsucesso* (mulher negra que revidou a agressão contra o branco José Inácio de Sousa (“senhor de escravos”, em 1881); *Laudelina de Campos* (defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas); *Luisa Mahin* (princesa africana, que nesse país foi criminalmente escravizada, mãe do abolicionista e poeta Luís Gama); *Maria Felipa* (mulher negra com liderança de enfrentar a luta da independência da Bahia, no início do século XIX); *Maria*

Firmina dos Reis (primeira mulher negra romancista brasileira, publicando no século XIX o livro *Úrsula*); *Mariana Crioula* (que, em 1838, foi escravizada e lutou contra a revolta de escravos no Rio de Janeiro); *Na Agontimé* (ex-escravizada que fundou vários templos e altares religiosos, após ser vendida em 1797); *Tereza de Benguela* (mato-grossense do Sul, rainha quilombola, ela comandava toda a administração, economia e política do Quilombo Quariterê no Maranhão em pleno século XVIII, no escravismo criminoso brasileiro); *Tia Ciata* (mãe de santo e candomblecista, nascida em Santo Amaro (Bahia), ela levou o samba de roda para o Rio de Janeiro em 1876 e, na Praça Onze, é homenageada até os tempos atuais, pois foi o lugar de encontro de diversos personagens do samba, o qual ela Sambista fazia parte); *Zacimba “Gaba”* (princesa africana de Cabinda (Angola), envenenou lentamente o barão da casa grande na qual ela era escravizada, com um pó preparado com a cabeça moída de uma jararaca);

Contemplando todas essas heroínas negras, no *Mulheres Negras Resistem* cada uma delas foi apresentada por cada cursista, que identificou em sua vida, ou mesmo no seu contexto de vida, o protagonismo destas mulheres negras, posicionando que cada passo dado hoje em dia é pelas nossas ancestrais que deram esses passos há tempo atrás, da mesma forma como o Dossiê de Mulheres Negras, pautado por Rodrigues (2018), que evidenciou as condições de vida de outras mulheres negras brasileiras, mas com a visão positiva; mesmo sendo lavadeiras, domésticas, quitandeiras, faziam do seu dia-a-dia um momento celebre da vida. Por isso o ditado prevalecerá: “Nossos passos vêm de longe”.

Assim, na construção do protagonismo feminino negro, o terceiro módulo tem como tema: “Nós por nós”, apontando as referências dos textos de Vilma Piedade, Juliana Borges e Djamila Ribeiro, ambas lançando seus livros no ano de 2017, os quais irão representar que nossas falas tem voz, mesmo sendo silenciadas pelo machismo e pelo racismo. O termo Dororidade vai falar desse silenciamento da mulher negra, da dor e solidão que todo racismo traz à vida das mulheres negras. Um exemplo é o encarceramento em massa, retratado através de dados com o crescimento exorbitante de negros (as) no poder prisional brasileiro, sendo essa população subalterna na vida social e política. É com a obra “Lugar de Fala” que Djamila Ribeiro aponta-nos que “numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais se torna necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório” (2017, p. 127). Acrescento com os dizeres de bell hooks, de que:

[...] é essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e faça uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e sexista, para

refutá-la e criar uma contra-hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa (RIBEIRO, *apud* hooks, 2017, p. 122).

Tanto Ribeiro como hooks dizem que, além de romper com a dominação da herança do escravismo criminoso e romper com os processos da branquitude, devemos nos tornar existentes como sujeito da sociedade em que vivemos, denunciando o racismo, as opressões, o patriarcalismo, e assim fazermos a “quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras” (RIBEIRO, 2017, p. 124).

O módulo cujo tema foi “Estado, Democracia e Políticas Públicas”, foi apresentado no Curso pela Profa. Doutora Rosalina Tavares, tendo como referência teórica proposta o livro “Tem Saída? Ensaio Crítico sobre o Brasil”, organizado por Winnie Bueno, Joanna Burigo, Rosana Pineiro-Machado, Esther Solano e publicado pela Editora Zouk em parceria com a casa de Mãe Joana, em 2017. Nessa obra há vários ótimos artigos e os apresentados no curso foram os artigos das autoras Leila de Andrade Linhares Barsted, Suelen Aires Gonçalves e de Luka Franca.

A apresentação de formação de Rosalina Tavares nos apontou sobre cada autora os dados das mulheres na política, em termos de Saúde, Violência e Trabalho. Esta última dimensão, junto à mulher negra, estava articulada ao trabalho doméstico, como também à dupla jornada a que são submetidas nessa relação discriminatória. Destaca o Mapa da Violência, em que o feminicídio teve aumento de 54% entre as mulheres negras, enquanto entre as mulheres não negras diminuiu em 10%. A mortalidade materna na mulher negra está 65% acima da mulher não negra, o que relaciona que estas são submetidas a abortos clandestinos, sendo as maiores vítimas desse procedimento.

Somos a base da sociedade, que mais trabalha, que mais é humilhada por vários eixos de subalternidade do que a mulheres não negras, na qual estamos várias vezes inseridas e, mesmo assim, propagamos o questionamento da pergunta do livro: “Tem Saída?”.

E, assim respondo dizendo que sim. “Tem Saída”, pois nossas “ideias são à prova de balas; procuramos nos estudos, nas referências, nos aportes teóricos a produção do conhecimento, “Pois Mulheres Negras Produzem Conhecimento”. As armas para nossos futuros surgem no termo que afirma: “Nossos Passos Vem de Longe”, pois temos a consciência de que as experiências de nossas ancestrais nos mostraram que, para estarmos aqui hoje, foi pela luta de outras mulheres negras. “UBUNTU” em Ioruba quer dizer “Eu Sou porque Nós Somos” e isso já nos diz tudo.

Assim, buscamos os caminhos antecidos por nossos (as) antepassados (as). Lutamos por uma perspectiva do feminismo negro, em sermos “Nós por Nós”; entre nós mulheres negras reconhecemos a Dororidade de cada uma. Destacando que, no “Estado, Democracia, e as Políticas Públicas”, serão nossos questionamentos e caminhos por uma sociedade, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Sendo uma análise para a busca da equidade, reparação e justiça da sociedade brasileira para a população negra, ou seja, a busca incessante de uma sociedade mais justa com negros e negras.

Foram atos de intervenção junto às comunidades de Fortaleza que, desde o primeiro momento, no Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), com a apresentação das “Bonecas Pretas” e Estandartes de várias representações de Mulheres Negras, um trabalho artístico e lindo que Eleonalva Costa trouxe para compartilhar, contribuir e divulgar o protagonismo feminino e negro, através de sua vida profissional enquanto professora do ensino público com jovens, cuja o trabalho com as meninas chama-se “Pessoas Cacheadas e Trançadas”. Esse ato de encontro foi tão emocionante que a cursista Renata Marques, que reside na cidade de Sobral, informava em sua fala, diante da apresentação de vivência daquele momento, que “jamais pensava que esse momento de formação entre e somente com mulheres negras poderia acontecer na vida dela, que ela com sua idade achava que ela não vivenciaria isso”. Nesse momento, as lágrimas caíam nos olhares das 25 mulheres presente nesse ato de intervenção, pois a comoção tocou em todas que ali estavam, em virtude de o momento vivenciado ter permitido o ser “nós por nós”; estavam todas entrelaçadas naquele instante.

O segundo ato de intervenção teve a exibição do Documentário Samgoma, que foi apresentado na sala de Multiuso, do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) Modubim. localizado no bairro Modubim, de Fortaleza. A exibição desse documentário retrata a relação das mulheres negras diante de vários problemas de saúde e das dores da população negra. Em sua sinopse, informa que:

Uma casa é a morada de 5 mulheres ancestrais que têm em comum a busca pelo processo de cura física e espiritual, a superação do racismo e o compartilhamento de uma nova vida. Esse é o enredo do espetáculo da Cia. Capulanas de Arte Negra que, somado a depoimentos de especialistas e imagens de arquivo, constituem uma discussão aprofundada sobre a origem dos problemas de saúde que mais acometem a população negra (SANGOMA, 2013, s.p.).

Diante do que apresenta esse documentário, o problema da saúde da população negra é compartilhado em de uma casa que, entre as mulheres o processo de cura física e espiritual faz com que a ancestralidade esteja presente entre as mulheres negras.

A partir disso, as Mulheres Negras presentes nesse ato de intervenção no Cuca Modubim, fizeram uma roda de conversa acerca dos processos passados de uma mulher a outra no documentário, como nossas avós e mães transmitiam em uma e outra aquele processo de cura ancestral, que muito foi e é vivenciado por mulheres negras que nos antecederam.

Marcado como outro ato de intervenção, “Mulheres Negras Resistem, contra o Fascismo, Racismo e Misoginia” foi uma caminhada com várias outras mulheres, sendo elas negras e não negras, como outros grupos da sociedade civil, ocorrida em setembro de 2018 em um ato político, determinado com #elenão. Esse percurso foi ao redor das comunidades do município fortalezense por mais de quatro horas e com presença de milhares de pessoas.

No Dragão do Mar, como ponto referencial histórico da cidade, foi o marco de outro Ato de Intervenção, com o tema “Sarau das Mulheres Negras Resistem”, sendo as cursistas protagonistas daquele momento, onde vários poemas foram lidos, pronunciados e discursados. O livro de Cristiane Sobral, a música de Bia Ferreira, a poesia de Conceição Evaristo, entre outras obras de mulheres negras, foram marcadas e presenciadas nesse Sarau.

Esses momentos em 2018 foram realizados, presenciados e discutidos como formas de existência e resistência das mulheres negras presentes na cidade de Fortaleza. Esse curso percorreu outros estados, como a cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, no Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) e também no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, sendo minicursos oferecidos e apresentados pela Coordenadora nesses congressos. Ocorreu também em Goiás, na cidade de Goiânia, no ENMN +30, em que as cursistas, Jéssica Silva, Daysiane Gomes, Mariana Teixeira e Icleane Pineiro, junto à parceria de Franciane Santos e Daiane Daine, em nome do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família (Nuafro), propuseram apresentar o Projeto Mulheres Negras Resistem à irmã de Marielle Franco, conforme apontado na foto abaixo com Anielle Franco e as protagonistas intelectuais mulheres negras, com a blusa do projeto.

Figura 13 - Imagem Mulheres Negras Resistem e NUAFRO/UECE - Goiânia (2018).



Fonte: Arquivo Pessoal.

Em 2019, o número de cursistas aumentou de 25 para 40 mulheres negras e nelas encontramos as mesmas solidariedade nos olhares que as mulheres negras da edição de 2018 apontavam sobre toda a coordenação. Um olhar de agradecimento pela continuação de um curso tão importante e essencial para as mulheres negras de Fortaleza/Ceará.

Para a apresentação da Edição de 2019, a Coordenação, com parcerias, realizou a apresentação do Mulheres Negras Resistem 2019 em uma Palestra com a Ilustre presença da Advogada Doutora Valéria Santos, mulher negra que lançará o livro “O dia que não tive Medo”.

A palestra foi realizada no Auditório do Porto Iracema das Artes em Fortaleza, em 14 de março de 2019, data que representa e marca o aniversário de um ano da existência do Projeto Mulheres Negras Resistem, como também a lembrança e profunda ausência de Marielle Franco (in memoriam), que através de Valéria Santos incentivou todo o palco onde mais de centenas de pessoas estavam presentes, pontuando com suas palavras que não devemos jamais silenciar diante de nossos posicionamentos frente à sociedade, seja qual ela for.

Ela, advogada, mulher negra, intelectual, escritora, com um profissionalismo competente, que por atos racistas teve um marco pela sociedade, mas que com a resistência à todo episódio sofrido deu a volta por cima e, atualmente, percorre o Brasil todo com palestras de posicionamentos e afirmações de que as Mulheres Negras Resistem, Existem e Vivem, diante esse Brasil que tenta nos invisibilizar.

O transformar da dor em alegria, perda em vitória, opressões em liberdade, injustiça por justiça, são várias das posições que Valéria Santos mostrou nas suas falas na cidade de Fortaleza/Ceará.

E, assim o percurso das formações está em seguimento, com novas mulheres negras, artistas, periféricas, acadêmicas ou não, intelectuais, diversas, pois é dessa maneira que o projeto dá seguimento no aporte teórico político, de, para e com mulheres negras.

4.2 REDE DE MULHERES NEGRAS DO CEARÁ

Mulheres negras nas suas diversas habilidades de encarar a vida, com trabalho, estudos, buscam várias formas de continuar uma trajetória de luta e enfrentamento, com ações articuladas para intercruzarem aspectos de resistência umas às outras.

A Rede de Mulheres Negras do Ceará busca essa resistência, conforme destacam seu surgimento logo após a articulação do encontro nacional realizado em 2018, que ao se reunirem propõem em dar seguimento à existência e visibilidades das mulheres negras que estão vivendo no estado cearense.

Abaixo a carta de divulgação para o lançamento da Rede, relata e especifica suas atuações:

Figura 14 – Carta Convite de Lançamento da Rede de Mulheres Negras do Ceará (2019).

SOMOS MULHERES NEGRAS COM SEUS CORPOS POLÍTICOS DIVERSOS, QUE REVERENCIAM A ANCESTRALIDADE NEGRA. TEMOS PLURALIDADE DE ORIENTAÇÕES SEXUAIS E RELIGIOSAS. TEMOS COMO PRINCÍPIOS O COMBATE AO RACISMO, AO GENOCÍDIO E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO. SOMOS MÃES, FILHAS, AVÓS, PERIFÉRICAS, LBTTPS, DA CLASSE TRABALHADORA, AUTÔNOMAS, ACADÊMICAS OU NÃO, ORGANIZADAS OU INDEPENDENTES, ESPIRITUALIZADAS, DE SANTO E ORIXÁ, QUILOMBOLAS, QUE COMPARTILHAM DE UM PROCESSO HISTÓRICO DE NEGAÇÃO DE NOSSAS IDENTIDADES PELA SOCIEDADE E O ESTADO E QUE MORAM NO CEARÁ.

TEMOS REALIZADO ATIVIDADES CULTURAIS, DE FORMAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO CONTRA O RACISMO, O GENOCÍDIO, O ENCARCERAMENTO E A TUDO QUE OPRIME E PREJUDICA AS MULHERES NEGRAS. ESTAMOS INSERIDAS NUM CONTEXTO SOCIAL DIVERSIFICADO, DE AMPLITUDE TERRITORIAL MARCADO POR CONTRADIÇÕES E RELAÇÕES DE PODER, MAS COM DISPOSIÇÃO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA REDE DE AFETOS E RESISTÊNCIA.

COM A PROXIMIDADE DO 25 DE JULHO - DIA NACIONAL DE TEREZA DE BENQUÊLA E DA MULHER NEGRA (LEI Nº 12.987, DE 2 DE JUNHO DE 2014) E INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINO AMERICANA E CARIBENHA (INSTITUÍDO EM 1992, EM OCASIÃO DO 1º ENCONTRO DE MULHERES AFRO-LATINO-AMERICANAS E AFRO-CARIBENHAS EM SANTO DOMINGO -REPÚBLICA DOMINICANA) GOSTARIAMOS DE APROVEITAR O MOMENTO PARA ENTRELAÇAR OS FIOS DA REDE DE AFETOS E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS CEARENSES, ALÉM DE DIALOGAR SOBRE AS QUESTÕES QUE NOS ATINGEM SISTEMATICAMENTE E ARQUITETAR NOSSOS ENFRENTAMENTOS.

PRECISAMOS RESGATAR A MEMÓRIA E HISTÓRIAS DE NEGRAS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO HISTÓRICO DE LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO, COMO MATILDE MARIA DA CONCEIÇÃO, TIA SINOÁ, TEREZA DE BENQUÊLA E TANTAS OUTRAS QUE TIVERAM SUAS CONTRIBUIÇÕES APAGADAS PELO SISTEMA RACISTA E PATRIARCAL SOB O QUAL FOI CONSTRUÍDA A SOCIEDADE BRASILEIRA. ESSE RESGATE SÓ É POSSÍVEL DE SE FAZER A MUITAS MÃOS. NOSSO PAPEL É VALORIZAR ESSAS PESSOAS DANDO CONTINUIDADE A LUTA ANCESTRAL DE NOSSO POVO E NOS FORTALECERMO PARA SEGUIR CONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA E AVANÇOS.

CARTA CONVITE DE LANÇAMENTO DA REDE DE MULHERES NEGRA DO CEARÁ

- PRÉ-LANÇAMENTO DA REDE - 25 DE JULHO - A PARTIR DAS 17H - ENTARDECER COM AS PRETAS; NOSSA EXISTÊNCIA É NOSSO FAZER POLÍTICO, LOCAL: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS, FORTALEZA-CE.
- LANÇAMENTO DA REDE - 27 DE JULHO. LOCAL: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO CRATO, CRATO-CE.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Sendo mulheres negras com seus corpos políticos diversos, a finalidade da Rede propõe o combate ao racismo, genocídio e a exploração do trabalho. Conforme alguns apontamentos presentes na carta acima, uma delas é dar continuidade à resistência das mulheres

negras cearenses, além de dialogar sobre várias questões que as atingem sistematicamente. O papel da Rede de Mulheres Negras do Ceará visa também valorizar a história ancestral das mulheres negras, mais do que isto, é dar continuidade a luta da população negra e, sendo assim, fortalecer e construir uma trajetória de resistência e avanços no estado.

Assim como Davis (2016) evidenciou a fala de Sojourner Truth¹⁶, que salvou o encontro de mulheres de Akron em 1851, quando alguns homens zombavam do encontro e um dos líderes julgava “e ridicularizava as mulheres de como elas queriam lutar pelo voto, se ao menos não podiam sequer pular uma poça ou entrar em uma carruagem sem a ajuda de um homem. Truth persuasiva disse, Não sou eu uma mulher?”:

[...] arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu consegui comida – e aguentava chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (DAVIS, 2016, p. 71).

As afirmações dita acima por uma mulher negra, ao se deparar com argumentos de homens em um ato de 1851, que dizia que nenhum homem ajudou-a a “pular poças de lamas e muito menos a subir em carruagens”, e assim continuou a pronunciar através dos trabalhos que era obrigada a fazer como plantar, arar, terrar, entre outras funções que uma ex-escravizada fazia na época. E assim pontuava a situação da mulher negra, porém não como “mulher do sexo frágil”, que é tido muitas vezes às mulheres brancas, pois as mulheres negras defendem sua resistência muito mais que podemos imaginar, uma vez que as posições que estão diante do mundo, mostram que a luta das mulheres negras devem seguir por muitos e muitos anos.

Assim segue a pontuação da Rede de Mulheres Negras do Ceará, em continuar a luta da resistência das mulheres negras que vivem no estado cearense, como também buscar avanços estratégicos contra a invisibilidade construída contra a população negra neste local.

Cito abaixo as falas de mulheres negras intelectuais que estão presentes em Fortaleza e região metropolitana, e que posicionaram seus argumentos perante o que a cidade representa para elas. Representação do que é ser mulher negra que vive em Fortaleza e na região, perante o trabalho, a saúde e a educação. Apresentaremos alguns trechos das falas na

¹⁶ No livro “Mulheres, Raça e Classe” (DAVIS, 2016, p. 70-71), divulga trecho do fato que marcou o Encontro de Mulheres que aconteceu no século XIX em Akron, cidade americana, localizada em Ohio. Fato ocorreu em 1851. Divulgado por Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al., “History of Woman Suffrage”, traduzido como “História do sufrágio feminino”, em que Sojourner Truth (1797-1883), escritora, empregada doméstica, ativista dos direitos das mulheres e abolicionista afro-americana. Até 1843, seu nome era Isabella Baumfree.

sua integralidade, por percebemos que a sua totalidade é de fundamental importância para a referida pesquisa.

Início com Patrícia Maria Apolônio de Oliveira, nascida e criada em Fortaleza, mulher negra intelectual, artista, professora, educadora social e socióloga, com 31 anos. Em sua fala, quando foi perguntada sobre a visão que ela tem do ser mulher negra na cidade, ela começa informando que por causa da invisibilidade da população negra do estado, há muita falta de políticas públicas direcionada à essa população. Afirmando que no Ceará “o que se tem aqui de políticas públicas para a negritude, é pouco, perto das políticas públicas do país, sendo isso o reflexo do racismo estrutural no estado”.

Almeida (2018), nos diz que “o racismo estrutural, é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, (...) constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares na sociedade”. Sendo assim, o racismo está diretamente ligado com o processo de invisibilidade da população negra em Fortaleza, pois houve uma construção da negação sobre essas relações raciais entre branco e negro. “O racismo como processo histórico e político, cria condições sociais, para que (...) grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistêmica” (ALMEIDA, 2018, p. 38-39). Isso está refletido no estado do Ceará, cabendo destacar que mesmo existindo setores públicos como Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR) na cidade, a entrevistada pronuncia a falta de políticas públicas, segundo ela:

[...] algo muito doloroso e problemático à construção da não existência do negro no Estado, pois sempre parto do pressuposto de que se tem uma população, que não se considera Negra, para que então construir políticas públicas, em um lugar que o estado não vê a negritude. Ou melhor, que invisibilizou a todo momento a existência de negros e negras. E o racismo estrutural da cidade, do estado, nega essas políticas públicas. Portanto é necessário a auto afirmação de negros e negras no estado em si. Para a luta desses direitos, para a luta por igualdades (Patrícia Maria Apolônio de Oliveira).

Patrícia Oliveira nos fala que há um profundo silenciamento do processo de construção de uma identidade negra. Isso perante as causas de uma estrutura planejada por autores, pois já que o Ceará foi o primeiro estado a abolir a escravatura, então os/as negros/as que aqui estavam “tinham ido embora” e assim não mais existia, sendo o processo de escravidão algo tido como bom para o Estado.

Mas devemos nos perguntar: como foram embora daqui essa população que foi escravizada? Embora para onde, já que não tiveram nenhum tipo de acesso à sociedade? Enfim,

questões como essa, foram e estão sendo respondidas, por diversos/as pesquisadores/as, para desmitificar esse processo de negação da população negra no estado.

Sendo assim, Patrícia também parte para essas discussões e aprofunda-se como sendo “parte da principal bandeira dela fazer ciência, como também ser principal objetivo dos processos educacionais, aos quais ela insere”. Enfatizando que:

[...] esse processo de se ver negra, enquanto uma mulher que está na academia. Essas discussões precisavam ser a minha principal pesquisa e a minha principal bandeira de fazer ciência. Eu comecei a ler mais sobre essas questões, quando eu me torno uma mulher que acredita que a militância precisa estar alinhada com sua identidade e vou discutir isso dentro dos meus processos educacionais (Patrícia Maria Apolônio de Oliveira).

E nessa autoafirmação do ser negra, Patrícia nos fala que está nesse processo desde o ano de 2012, pois na sua família isso era negado. Nessa construção, a militância negra ocorria próximo à casa de seus familiares, mas ela nunca ficou sabendo:

[...] anos antes de sair da casa de minha mãe, onde morava próxima ou ao lado do Maracatu, que são pessoas que construíram a militância negra de Fortaleza. Eu ia à missa com essas pessoas, era discutidos questões da missa afro, o Maracatu do Ceará e de Fortaleza, era discutido próximo de mim e por muito tempo, ou melhor, eu não me via nessa construção. Porque era negado pela minha família (Patrícia Maria Apolônio de Oliveira).

Cabe destacar que mesmo se afirmando negra, ela também declara que é “uma negra-índia, compreendendo que a minha construção parte desse processo da miscigenação do negro com o índio. Não só temos o sangue negro, mas também o sangue indígena”, afirma Patrícia. Tal processo é importante, pois o apagamento da população negra no estado, faz com que pessoas negras aproximem-se da identidade indígena, pois sabem que brancas não são, tal fato pode ser percebido na fala da entrevistada.

Na perspectiva educacional pautada por Patrícia, as políticas educacionais são importantes para entendermos e refletirmos as desigualdades construídas pelo racismo. “O ensino das africanidades no estado e em Fortaleza, estão em passos lentos”, afirma Patrícia. Ela diz que não teve nada sobre essas discussões em seu processo de ensino de educação na vida: “partiu do meu eu ir buscar informações e a partir disso, querer saber mais e mais. Mas que há falta de processos educativos das questões raciais, há e muito. Temos que buscar fontes de ensino e elas precisam ser pautadas”.

Tal ensino referido no seu diálogo, foi instituído pela Lei 10639/20003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, e pelo Parecer CNE/CP

003/2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, conforme já apresentado na pesquisa, ou seja, se fosse implementado como previsto, pelo município e estado, ela poderia aprender ensinamentos sobre a sua história e cultura, não precisando buscar informações sozinha, conforme relatou. Aqui cabe uma indagação, se tivesse estas aprendizagens, como estaria hoje a sua identidade “negra-índia”?

No que se refere à saúde, os argumentos dados por Patrícia destacam que “postos específicos sobre o trabalho para a população negra, é importante, para termos como uma ferramenta de redução das desigualdades do racismo estrutural e isso aqui não temos”. Declara ela:

[...] no sistema de saúde também acredito que seja a mesma coisa, a gente tem, eu tenho, nós temos que ter ciência, das nossas políticas de saúde, da saúde da população negra. Que muitas vezes não tem, e também é pouco discutido. Um exemplo atual, que fui procurar um tratamento psiquiátrico, psicológico, que falasse sobre as questões da população negra, a qual estou incluída, e não encontrei uma profissional negra que tratasse desses questionamento. Não que a pessoa, a profissional branca, não soubesse, mas eu acredito que a “psicóloga negra”, enfim, essa profissional me ajudaria no meu processo de cura, enquanto somos as duas mulheres negras. Enfim, ainda ... falta profissionais negros da saúde e políticas públicas de saúde para a população negra de Fortaleza. Ainda há muito que buscar direitos, no trabalho, educação, na saúde, em tudo que vai relacionar sobre a população negra. A nossa identidade Negra, ela se constrói todos os dias, ela se concentra dentro dessa perspectiva de crescimento. Percebo que a partir que Fortaleza e o Estado do Ceará, começar no todo a discutir essas questões, podemos perceber que haverá uma abertura maior, para fomentar as políticas públicas como outros processos, para a população negra (Patrícia Maria Apolônio de Oliveira).

Patrícia nos apresenta uma dura realidade, de que há poucas políticas de estado que pensam as especificidades da população negra, suas realidades, angústias, anseios e dores. Se um Estado se pensa não negro, apagando as suas negritudes, como poderia proporcionar “tratamento psiquiátrico, psicológico, que falasse sobre as questões da população negra”? Ou seja, é o Estado também um dos responsáveis por tal apagamento.

Já sobre o trabalho, ela destaca que assim como “as cotas raciais educacionais, as cotas trabalhistas, cotas para concursos, cotas para esses processos de empreendimentos” para a população negra são fundamentais, pois possibilita desconstruir “as desigualdades raciais e o racismo existente no estado”. Continua ela dizendo:

É necessário que a gente fomente trabalhos para a população negra, [...] a população negra precisa ser fortalecida, e eu vejo que não tem essas discussões, ou que elas são muito rasas. E é necessário e muito discutir isso, a população negra para além de um processo de trabalho, do serviço, o processo de empreendimentos, de empresário. Precisa ser pautado. Até o mercado voltado para a população negra, o mercado voltado para as questões antirracistas mesmo, de combate ao racismo. Pois não adianta a gente ficar falando,

que queremos cotas trabalhistas, se a gente não entende que essas cotas, são importantes para a redução das desigualdades (Patrícia Maria Apolônio de Oliveira).

Com o intuito de aprofundar as experiências de ser negra em Fortaleza, entrevistamos a pedagoga Daniele Teotônio, artista, professora, estudante de Teatro e mãe do Apolo. Moradora do Bairro Grande Bom Jardim, Daniele nos relata também o ser mulher negra na cidade de Fortaleza, apontando que veio da cidade de Sobral com seus pais muito nova para a capital, mas que enquanto criança e ainda adolescente, só enxergava o trabalho e era muito trabalho, não havendo qualquer referência educacional para ela na família:

[...] então eu não tinha uma referência acadêmica de estudo eu tive uma referência braçal: minha mãe diarista e empregada doméstica, meu pai da construção civil, depois zelador, porteiro, e logo depois comerciante. Então eu estudei, terminei o ensino médio, mas o meu foco era o trabalho. Sair de casa com 16 anos, através de muito trabalho concluiu a vida acadêmica na universidade privada (Daniele Teotônio).

Destacamos que a realidade apresentada, infelizmente, está de acordo com os dados apresentados nesta pesquisa, ou seja, o lugar dos negros na sociedade cearense.

Entendendo que para mudar a realidade de vida que tinha, ela mesma construiu o seu hoje, estudando, pois foi através do estudo e do trabalho que ela está graduada e atualmente leciona. Mas percebe a todo instante o quão é agressor esse mundo trabalhista, o quanto o racismo a fere em sua vida profissional:

O tempo todo eu percebo como isso me adoce. Por exemplo: eu sou professora substituta da rede Municipal, percebo por exemplo, que existe um tratamento diferenciado para a professora branca, e para mim que sou preta. E eu já fui trocada por professoras brancas, são professoras brancas e loiras. Pois a autoafirmação como mulher negra incomoda, incomoda o fato de ser uma mulher negra, mãe, periférica (Daniele Teotônio).

Artista, Daniele ganhou o prêmio reconhecido no Ceará, chamado “Ceará Em Cena”, sendo a melhor atriz de 2018. Assim, ela afirma: “para mim, tudo isso não é privilégio, tudo isso é autoafirmação, é resistência”, e conclui que: “sim eu, posso ser do jeito que eu quiser”.

Divorciada há quatro anos, Daniele pauta as discriminações que acontecem na vida dela por ser mãe solo: “esses apontamentos eu escuto isso todos os dias. Ser apontada como uma mãe negligente, de não acompanhar o filho 24 horas por dia, não ser um modelo padrão da sociedade”.

Para ela, o “ser uma mulher negra na cidade de Fortaleza é esmagador, é torturante”. A pedagoga afirma ainda que em todos os dias que “eu levanto e digo que eu preciso estar aqui, eu preciso resistir”. Ela cita:

Como diz Carolina Maria de Jesus: “não existe coisa pior na vida do que a própria vida”. Hoje com trinta e um (31) anos, Eu sou uma referência, dentro da sala de aula quando eu entro com o cabelo armado e esse cabelo é louro mesmo sendo preta. Eu sou uma referência ali, quando eu saio na rua e eu uso que eu quero usar e falo do jeito que eu quero falar. Então não é, não é fácil, não tem sido fácil, e não é fácil estar na cidade de Fortaleza nesse movimento (Daniele Teotônio).

Novamente a realidade vivida pela entrevistada dialoga com os dados apresentados, o papel da mulher negra na sociedade, seja na sua quantidade, seja na força de trabalho. Isto seria motivo de orgulho, se tal realidade não fosse marcada por dor, preconceito, por cobrança, pelo racismo.

Enfim, Daniele, em sua fala, sobre essa resistência do ser mulher negra em Fortaleza, compara-se como um “cacto que passa vários dias sem água, no sol”, porém segue firme e forte, sobrevivendo a todo esse processo torturante que é imposto em sua vida, “isso é resistência da mulher preta”. Sendo a única pessoa graduada na família, entende a potência que ela tem na cidade e dentro de sua comunidade: “é saber que eu tenho acesso livre porque as pessoas me conhecem pelo nome e sobrenome porque não é a Dani, é a Daniele Teotônio”.

Ela conclui dizendo: “não serei devorada por essa cidade que não me enxerga, que não me percebe, que não me aconchega e que não me acolhe”. A clareza, ou melhor, o negrume da fala, indica que ser negra em Fortaleza é não ser “devorada”, é resistir, fazer-se e ser vista, ser aconchegada e acolhida, é construir a sua humanidade negra.

No seguimento das entrevistas, neste momento é a arquiteta e mulher negra, Rayane Vieira Matos, trancista no empreendimento “Fazendo sua Cabeça” e artista. Moradora de Caucaia, Rayane tem a vida trabalhista em Fortaleza desde cedo. Nos informou a sua visão do ser mulher negra e como profissional de arquitetura, o quão “é perceptível a invisibilidade da população negra”:

Se nós formos falar em construção de cidades, de ocupação das cidades, o povo negro em sua grande maioria é aqueles que estão nas favelas e nas periferias. Então a partir daí a gente vê, como foram as formas de invisibilizar esses espaços, como as pessoas que ocupam esses espaços, quando o estado não fornece, para aquela comunidade, para aquele local, o estado não oferece saneamento básico de qualidade, educação, lazer e nem saúde (Daniele Teotônio).

Rayane nos informa a realidade apresentada na pesquisa, os locais de moradia da população negra, tal visão é amparada também na sua formação de arquiteta, isto nos leva a pensar na importância da formação para a população negra, mais do que isto, uma formação que possibilite perceber a sua realidade, como grupo social. Neste quesito, espaço da população negra, ela vai além, dizendo que:

Então a partir daí a gente vê, como foram as formas de invisibilizar esses espaços, como as pessoas que ocupam esses espaços, quando o estado não fornece, para aquela comunidade, para aquele local, o estado não oferece saneamento básico de qualidade, educação, lazer e nem saúde. Pelo contrário, está oferecendo por exemplo uma torre de vigilância e segurança de 24 horas. Ou então, uma sede do Raio, ou mais uma delegacia (Rayane Vieira Matos)

Para ela, o Estado oferece uma “única saída para o povo preto, sendo basicamente o presídio, o encarceramento”. Lúcida e assertiva, Rayane questiona os “lugares da população negra”, os lugares de destino que ela conseguiu romper, porém não é a realidade de muitos e muitas. Neste sentido, a entrevistada questiona: “porque não estamos ou fomos preparados para ser esses nossos lugares, disseram para nós que aquele lugar de poder, de estar em universidades, que não eram os nossos lugares?”. Desaprovando estes lugares pré-concebidos para a população negra, ela responde: “agora que estamos vindo ocupar espaços de poder, pois antes isso nos foi negado. E vamos continuar ocupando, pois esses lugares são nossos sim”

Em relação ao mercado de trabalho, ela relata o quanto procurou uma profissional arquiteta negra para compor sua banca de graduação e não conseguiu ninguém no estado. E isso reflete o quanto a população negra não está nos espaços de poderes no Ceará como um todo, e sim nos cargos de serviços gerais e limpeza.

Rayane finaliza:

[...] a forma de resistência a tudo isso, é exatamente, a existência de cotas, em todos os lugares, acho pertinente e necessário. Pois é uma forma de acabar com essas desigualdades. E eu acho, também que sobreviver é uma forma de resistência. Estar vivo, é resistir (Rayane Vieira Matos).

Elissânia Oliveira, mulher negra, historiadora, artista, professora, fundadora do Coletivo Negragem, em Fortaleza, fala da sua vivência enquanto mulher negra, e como passou pelo processo da aceitação de seu cabelo crespo.

Através e por intermédio de sua irmã Beth, que a questionou para ela descrever o que foi a construção do ser negra e com cabelo crespo, sem alisamentos, sem nenhum produto químico na sua infância e adolescência. Elissânia, divide conosco essa sua construção, pois isso

é um ato político para o ser negra e negro, em aceitarmos quem nós realmente somos, diante do não padronismo da sociedade.

[...] então eu tive as madeixas cortadas bem curtinhas até os 10 anos quando pedi para minha mãe não mais cortá-lo. Quando voltou a crescer ele já nasceu mais afro ou como me diziam na época com o "cabelo ruim". Deixá-lo crescer foi difícil porque não tinha como "domá-lo", quando cresceu mais um pouco, ou entrançava ou eu conseguia amarrá-lo com dois prendedores (Elissânia Oliveira).

Essa resistência foi árdua na escola, pois ainda criança, com doze anos de idade, ela teve o processo de alisamento pelas tias. Enfim, as falas racistas que eram constantes na escola, levavam ela ter apelidos racistas em quase toda infância, revelando que foi dolorosa aquela época.

Em abril de 2011, alisei meu cabelo pela última vez, foi quando comecei a minha transição. Pois mantinha meu cabelo entrançado, eu mesmo entrançava, entre tranças nagô e soltas meu cabelo foi crescendo e esperei até março de 2013 para cortar toda a parte alisada. Me olhar no espelho foi difícil, começar a me achar bonita também foi um processo (Elissânia Oliveira).

Essa foi a construção da percepção negra de Elissânia, enquanto mulher negra em Fortaleza, passou por uma mudança que é importante destacar, ela informa que “foi quando passei a estudar sobre a população negra e ter uma percepção mais ampla da história. Adotar meu black me fortaleceu enquanto mulher negra e que eu precisava me colocar em luta contra o racismo que nos prega que devemos nos padronizar”. Novamente ela destaca a importância da educação na vida da população negra, dizendo de outra forma, ser negra em Fortaleza e ser pessoa estudada, escolarizada. Aqui a educação é vista como instrumento de mudança, de conscientização, de possibilidade de mudança de vida.

Da mesma maneira que Rayane, Elissânia percebe a invisibilização do povo preto na cidade, bem como Daniele e Patrícia. Em suas falas todas tem essa relação de perceber o quanto o Estado negou essa identificação da população negra, mas que atualmente elas estão na luta com outras mulheres negras para continuar a busca pela equidade e políticas públicas para a população negra fortalezense.

Em seus pronunciamentos, todas tem a percepção do racismo que enfrentam na sociedade, mas buscam de diferentes maneiras o enfrentamento, em lutar contra essas ações de preconceitos e discriminações, para assim seguirem estrategicamente por dias melhores.

Por fim, conforme já destacado, tais entrevistas foram realizadas para compreender os processos de constituir-se negra em Fortaleza. Tais falas permitiram “humanizar” os dados,

pois não estamos falando de números, estamos falando de pessoas, mais do que isto, de mulheres negras, de Danieles, Patrícias, Rayanes, Elissânias, e tantas outras que, vivenciam realidades parecidas.

Percebe-se o quanto são necessárias as políticas públicas de promoção da igualdade racial, que direcionam a busca da equiparação racial, como no combate às desigualdade sociorraciais.

Por fim, neste capítulo apresentamos a reexistência e resistência negra em Fortaleza, destacando ações e projetos desenvolvidos por mulheres negras, como o projeto Mulheres Negras Resistem e a Rede de Mulheres Negras do Ceará, com o intuito de destacar que a população negra, em especial, as mulheres negras, estão existindo e resistindo em Fortaleza. No próximo capítulo, apresentaremos as considerações finais desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociorraciais, dentro da sociedade brasileira, evidenciam as distinções sociais e raciais hierárquicas entre a população branca e negra nesse país. O reflexo dessas ações são os fatos acentuados que sobrevêm diante de toda a violência e o racismo que atinge essa população.

A pesquisa realizada aponta dados estatísticos sobre negras e negros em Fortaleza, a partir da PNAD, do IBGE, do IPECE e do IPEA e evidencia que o termo da Sociobiodiversidade está entrecruzado com as populações quilombolas, populações de terreiros e populações indígenas dentro do estado do Ceará e sua capital, afirmando assim a existência da população negra na capital cearense.

Mesmo sendo o primeiro estado a “acabar” com o processo escravocrata no Brasil, quatro anos antes da data oficial de 1888, o Estado não interrompeu os privilégios coloniais e da branquitude, que subestimaram e subestimam os (as) negros e negras ancestrais e não ancestrais da população do estado e de sua capital, resultado da “abolição inconclusa” presente na sociedade.

Ao contrário e bem pior, foram as chances de marcarem a invisibilidade negra na região e assumirem o racismo presente no Ceará. Fortaleza, conforme apontaram os resultados dessa pesquisa, tem mais de 57% da população (IBGE, 2019) autodeclarada preta e parda, e esse grupo social não está igualmente nos dados socioeconômicos da cidade.

A equidade que a população negra busca implica justamente na superação da situação concreta dos dados de pesquisas que marcam e informam estatisticamente as questões de moradia, trabalho, rendimento e educação em que está a população negra fortalezense.

É importante enfatizar, pois pesquisas estatísticas demonstram que homens e mulheres negras ganham setenta e seis por cento (76%) a menos que homens e mulheres brancas, no que se refere ao salário médio. Na educação, são 83% de jovens brancos (as) que concluem o ensino médio, contra apenas dezessete por cento (17%) de jovens negros (as); isso ocasiona o fato de que apenas quatro por cento (4%) da população negra tem pós graduação na fase adulta, diferente dos noventa e seis por cento (96%) da população não negra.

Desde o momento em que a PNAD inseriu a categoria de cor e raça na estatística da população brasileira, em 1987, isso se tornou importante para aqueles que menos representam a sociedade política, social e econômica nacional, pois, através de dados que indicam questões para demarcar os (as) cidadãos brasileiros (as), a população negra está nas margens, representando os menores e piores indicadores.

Sendo assim, entrelaçará as questões em que o racismo estrutural está composto com o que vem a produzir para a sociedade como um todo. Por exemplo, se desde a colonialidade brasileira fossem reparadas as injustiças feitas a população escravizada no país, hoje as diferenças nos dados estatísticos seriam menores.

Entretanto, as políticas públicas atualmente são importantes para a busca da igualdade racial no país. E, pensando na população negra cearense, a partir da criação das coordenadorias de promoção da igualdade racial em nível municipal e estadual.

São políticas públicas que somam para a diminuição da desigualdade sociorracial presente na capital cearense, como ações afirmativas sobre e em função da introdução de negros (as) em universidades, para que, academicamente, todos tenham o direito digno da educação e de estudos superiores. Avançando para a inserção de ações afirmativas para a população negra nos concursos públicos, como também em instituições privadas, pois assim realiza-se a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho.

As entrevistas realizadas permitiram conhecer as vivências e experiências de pessoas negras e relacioná-las com os dados pesquisados. Possibilitaram compreender de forma aprofundada algumas realidades vividas por representantes da população negra.

As ações desenvolvidas pelos coletivos das mulheres negras permitiram identificar as resistências negras, promovidas de, para e com mulheres negras, sendo estas, como nas sociedades africanas matriarcais, o esteio da população negra.

A população negra fortalezense não está apenas presente na cidade, numericamente falando, mas também com sua cultura, por meio da religião, como elemento da sociobiodiversidade de um povo.

A importância dessa pesquisa, tanto para a população negra de Fortaleza, como para a universidade e seu programa, especifica que o trabalho científico abordado apresentou questões que ainda são pouco discutidas na academia, do ponto de vista dos dados estatísticos que abordará a visibilidade da população negra, que poderá ver e se reconhecer dentro do estudo.

Realizar esta pesquisa, como uma mulher negra, não nascida, mas residente neste lugar escolhido para continuar minha constituição é também um realizar resistências; mulheres negras também produzem conhecimentos, dialogam e interpretam os dados estatísticos, produzem ciência; mais do que isso, buscam contribuir com a sua comunidade de destino, a população negra. Não apenas apresentando dados históricos, mas realizando, de forma interdisciplinar, um estudo que buscou compreender a presença negra na capital cearense.

Ciente das limitações do tempo, espaço, entre outros, esta pesquisa buscou cobrir lacunas sobre a presença negra em Fortaleza. A partir das contribuições das/do entrevistadas/os, dos dados apresentados, apreendemos que sim, negros e negras são e estão presentes no estado cearense e, especificamente, na capital. Que o racismo e o preconceito presentes sejam combatidos a cada pauta das questões que afetam toda a população negra fortalezense.

Por fim, finalizamos dizendo que ser negra e negro em Fortaleza é uma tarefa árdua, pois estamos, de acordo com os dados apresentados ao longo do estudo, em situações de desigualdades sociorraciais, mas também de resistências, devido as lutas diárias, seja para sobreviver, seja para movimentar-se em busca de uma sociedade melhor. Ser negro e negra em Fortaleza é também ter os espaços, mesmo que marginalizados e perseguidos, para exercer nossas sociobiodiversidades, praticar as nossas religiões, culturas, modos de ser e viver. Ser negra e negro em Fortaleza é saber nossa história, conhecer nosso presente e projetar o nosso futuro.

REFERÊNCIAS

- AGRÁRIO, Ministério do Desenvolvimento. Quilombolas. **Regularização de Território Quilombola, Passo a Passo da Titulação de Território Quilombola, Relação de Processos de Regularização Abertos no Incra e Acompanhamento dos Processos de Regularização Quilombola**. 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>.
- ALMEIDA, Silvio de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARAÚJO, Patrício Carneiro. **Entre Ataques e Atabaques**. Intolerância Religiosa e Racismo nas escolas. São Paulo/SP: Arché Editora. 2017.
- BALANÇO anual do Disque 100 registra aumento de 13% em denúncias de violações contra a pessoa idosa. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/junho/balanco-anual-do-disque-100-registra-aumento-de-13-em-denuncias-de-violacoes-contra-a-pessoa-idosa>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BANDEIRA, Juliana Santos; LIMA, Jáder Ribeiro de. Da delimitação territorial do município de fortaleza/CE à discussão dos conceitos de território e fronteira. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 4, n. 12, p. 1039-1052, jul. 2013. ISSN 2237-1419. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1220>. Acesso em: 29 set. 2019.
- BATISDE, Roger. **O Candomblé na Bahia: rito nagô**. 1958. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BATISTA, Raphaele. Religião. Discriminação como rotina. **O Povo online**, 26 jul. 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2015/07/25/noticiasjornaldom,3474735/religiao-discriminacao-como-rotina.shtml>. Acesso em: 07 set. 2018.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 185 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BERTOLDI, Márcia Rodrigues; BARON, L. . Solidariedades entre a sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável. *In*: CUNHA, Belinda Pereira da; SILVA, Maria dos Remédios Fontes (Orgs.). **Direito e Sustentabilidade I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.
- _____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: INEP, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gesto Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

_____. Lei nº 11.635, 27 de dezembro de 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11635.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Lei Nº. 4.339, de 22 agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4339.htm. Acesso em: 23 ago. 2018.

CALEIRO, João Pedro. Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. **Revista Exame Brasil**, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-deseigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CAMPOS, Luiz Augusto; FRANÇA, Danilo; FERES JÚNIOR, João. **Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe**. Ano 2018, v. 2. Rio de Janeiro: GEMAA, 2018.

CANTUÁRIO, Maria Zelma de Araújo Madeira. **A maternidade simbólica na religião Afro-Brasileira: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na umbanda em Fortaleza**. 2009. 251 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Educação: Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. Tradução: Dinah Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CAUCAIA tem o maior número de comunidades quilombolas. **Prefeitura Municipal de Caucaia**, Consciência Negra, 21 nov. 2018. Disponível em: https://www.caucaia.ce.gov.br/index.php?tabela=pagina&acao=noticia_simples&codigo=2193. Acesso em: 20 set. 2019.

COSTA, Leandro Oliveira (Org.). **Perfil Populacional do CEARÁ**. Ceará: IPECE, 2010.

CHAVES, Leilane Oliveira; SILVA, Edson Vicente. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, 2018.

COORDENADORIA Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial. **Governo do Estado do Ceará**, Gabinete do Governador, 2019. Disponível em: <http://www.gabgov.ce.gov.br/COORDENADORIAS/COORDENADORIA-ESPECIAL-DE-POLITICAS-PUBLICAS-PARA-PROMOCAO-DA-IGUALDADE-RACIAL/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CÓ, Nico Augusto; LIMA, Ivan Costa. **Religiões de Matriz Africana no Ceará: Educação e Ocupação de Espaços Públicos**. In: Encontro Internacional de Jovens Investigadores, 1. Edição Brasil. Campina Grande, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/joinbr/trabalhos/TRABALHO_EV081_MD1_SA74_ID413_07072017204639.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Hecci Regina Candiani. São Paulo. Boitempo, 2016.

ENCONTRO em Goiânia lembra 30 anos do movimento de mulheres negras no Brasil. **Organização das Nações Unidas - BRASIL**, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/encontro-em-goiania-lembra-30-anos-do-movimento-de-mulheres-negras-no-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2019.

ENCONTRO Nacional de Mulheres Negras 30 Anos. **Kickante**, 2019. Disponível em: <https://www.kickante.com.br/campanhas/encontro-nacional-mulheres-negras-30-anos>. Acesso em: 20 set. 2019.

EVENTO discute intolerância religiosa. **O Povo online**, Jornal de Hoje, 30 jul. 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/07/30/noticiasjornalcotidiano,3476611/evento-discute-intolerancia-religiosa.shtml>. Acesso em: 07 set. 2018.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Saúde. **Plano municipal de saúde de Fortaleza: 2018 – 2021**. Fortaleza: Secretaria Municipal da Saúde, 2017.

GONÇALVES, Gabriela da Costa. Fundação Cultural Palmares. **Encontro Nacional de Mulheres Negras: Uma trajetória de 30 anos**. Acesso em 13/12/2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=52700>

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. “O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra”. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Coleção 2 Pontos, Volume 03.

GRUPO Nós de Teatro e a arte que valoriza e retrata a periferia. **Agência da Boa Notícia**, 01 fev. 2018. Disponível em: <http://www.boanoticia.org.br/grupo-nois-de-teatro-e-arte-que-valoriza-e-retrata-periferia/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Traduzido por Patrick Burglin. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. **PNAD**: um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 1967-2015. Rio de Janeiro : IBGE, 2015.

INCRA reconhece comunidades quilombolas em Novo Oriente e Caucaia. Assessoria de Comunicação Social do Incra/CE. **Governo do Estado do Ceará**, Gabinete do Governador, nov. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/ceara-incra-reconhece-comunidades-quilombolas-em-novo-oriente-e-caucaia>. Acesso em: 20 set. 2019.

IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA, FBSP, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA, FBSP, 2019. Disponível em: Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acesso em: 29 jun. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**. São Paulo: Edição Popular, 1960.

LARA, Ivone. **Sorriso Negro**. Música Popular Brasileira – Samba de Raiz. Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <https://sambaderaiz.org/albuns/dona-yvonne-lara-sorriso-negro/>. Acesso em: 20 set. 2019.

LIMA, Ivan Costa; ANJOS, Deysiane dos; FERREIRA, Raiane Mineiro. Religiões de Matriz Africana em Marabá/PA. **N'umbutu em Revista**. Dossiê Religiões de Matriz Africana em Marabá/ Pará. 2014.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. As desigualdades raciais como expressão da questão social no Ceará. In: CUNHA, Aurineida Maria da; SILVEIRA, Irmã Martins Moroni da . (Orgs.). **Expressões da Questão Social no Ceará**. Fortaleza/Ceará: EdUECE, 2014.

_____. Resistência negra: por um Ceará sem Racismo. A pardalização se destaca na autoafirmação dos cearenses e apresenta o pardo como coringa para a indefinição. **Jornal O Povo**, Fortaleza/Ceará, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/11/zelma-madeira-resistencia-negra-por-um-ceara-sem-racismo.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. soc. soc**, n. 133, p. 463-479, 2018.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, out., 1999.

MAPA das Regionais de Fortaleza. **Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE)**. Disponível em:

http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Mapa_Regionais_Fortaleza.pdf. Acesso em: 27 jul. 2017.

MARAPURUNGA, José. **Bom Jardim**. Coleção Pajeú. Fortaleza: Secultfor, 2015.

MEMÓRIAS das africanidades: Na roda, na ginga e na escola, a resistência se reelabora... **V Memórias de Baobá**, nov. 2014. Disponível em: <https://memorias-de-baoba.webnode.com>. Acesso em: 01 fev. 2017.

MILANO, Leonardo. Programas do MMA. **Ministério do Meio Ambiente**, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/programas-mma.html>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MOURA FÉ, E. G.; ALCOBAÇA GOMES, J. M. Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da Comunidade Olho d'água dos Negros no município de Esperantina-PI. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 2, 19 nov. 2015.

MUNANGA, Kabenlege. Origem e Histórico do Quilombo na África. **Revista USP (Povo Negro)**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

NETO, João. Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. PNA D Contínua. **Agência IBGE Notícias**, 18 mai. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 18 mai. 2018.

NÓIS de Teatro em “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”. **O Estado**, 03 jan. 2019. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/artefenda/nois-de-teatro-em-todo-camburao-tem-um-pouco-de-navio-negreiro>. Acesso em: 03 jan. 2019.

O QUE são Ações Afirmativas? **GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa**, 2019. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 24 mar. 2019.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro; RIOS, Ariadne Maria. Capítulo 1 Educação e sociedade: a importância da Ciência e de Pesquisas na perspectiva de raízes africanas. **Educação como forma de socialização**, p. 17, 2013.

O QUE É Desenvolvimento Humano? **PNUD - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**, 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *et al.* **Relatório Anual das Desigualdade Raciais no Brasil: 2009-2010**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2010.

PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo. **Agência IBGE Notícias**, 21 dez. 2017. Disponível

em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>. Acesso em: 11 jan. 2019.

PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **Agência IBGE Notícias**, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acesso em: 19 jun. 2019.

POVOS e comunidades tradicionais. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**, 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PREFEITURA apresenta estudo sobre Desenvolvimento Humano por bairro. **Prefeitura de Fortaleza**, 20 fev. 2014. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-estudo-sobre-desenvolvimento-humano-por-bairro>. Acesso em: 15 mai. 2017.

PREFEITURA realiza I Encontro “Fortaleza Contra Intolerância Religiosa”: Promoção do respeito e diálogo entre diferentes religiões e culturas marcam a atividade municipal. **Prefeitura de Fortaleza**, 31 jul. 2015. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-realiza-i-encontro-fortaleza-contraintolerancia-religiosa>. Acesso em: 01 ago. 2017.

PREFEITURA promove Fórum da Igualdade Racial nesta quinta-feira: O encontro ocorrerá, a partir das 17 horas, na sede do Iplanfor. **Prefeitura de Fortaleza**, 04 nov. 2015. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-promove-forum-da-igualdade-racial-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 25 fev. 2018.

PUFF, Jefferson. Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil? **BBC Brasil**, 21 jan. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm. Acesso em: 20 set. 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, 1954.

RATTS, Alex. A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoducionais**, v. 7, n. 12, p. 3-16, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995.

RIOS, Ariadne Maria Ribeiro Oliveira. **Políticas Públicas para Negras (os) em Fortaleza/Ceará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Redenção/CE, 2017.

RIOS, Ariadne Maria Ribeiro Oliveira; TAVARES, Carlos Mendes. **As Relações das Tecnologias Sustentáveis com o Empreendedorismo Negro**: Meio Ambiente, Ensino de Ciências e Tecnologias Sustentáveis: Práticas, Propostas e Desafios. Fortaleza/CE. p.80. 2018.

RODRIGUES, Vera Regina. **Entre Quilombos e Palanques**: um estudo antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Entre a “Negra Nua” e a “Cidadania Negra”**: Notas Etnográficas sobre a Identidade Negra no Nordeste do Brasil. Discursos, Fronteiras e Hibridismo. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/35911639/>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Antropologia das populações afro-brasileiras**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis. Redenção: UNILAB, 1º Semestre, 2018.

SALDANHA, Kelly Enne. Mulher, Negra, Periférica: tentando caminhar... *In*: DI MONTEIRO, Altimar. **Caminhares Periféricos**: Nós de Teatro e a Potência de Rua Contemporâneo. Fortaleza/Ce, 2018.

SANGOMA. **Documentário de Daniel Fagundes**. 2013. 56min. Disponível em: https://www.sympla.com.br/cine-debate-apresenta-o-documentario-sangoma__100873. Acesso em: 20 jul. 2018.

SANTANA, Raimundo. Direito à Sociobiodiversidade: O Desenvolvimento Sustentável e a Diversidade Sociocultural. **Amazônia em Foco**, Castanhal, v. 1., n.1, p. 140-153, jul./dez., 2012.

SANTOS, Helio. UMA TEORIA PARA A QUESTÃO RACIAL DO NEGRO BRASILEIRO a trilha do círculo vicioso. **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 56-64, 1994.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**: o que faremos com os brancos racistas? 2009. 498 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTOS, Marlene Pereira dos Santos; JUNIOR, Henrique Cunha. População negra no Ceará e sua cultura. **Revista África e Africanidades**, ano 3, n. 11, nov. 2010.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1993.

SANTOS, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SARAIVA, Carlos Roberto. **A escravidão nas Américas**. Geledés – Instituto da Mulher Negra, 31 jul. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/escravidao-nas-americas/>. Acesso em: 20 set. 2019.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Os feminismos negros e os significados das lutas das mulheres negras. Mulheres Negras e Populares do Norte e Nordeste:** experiências que se entrelaçam. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Joselina da; EUCLIDES, Maria Simone. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, n. 70, p. 51-66, 2018.

SILVA, Nelo Francisco da Silva. Cultura Afro Brasileira: **Dança do Maracatu no Ceará e suas representações.** Trabalho de Conclusão de Curso. Redenção. 2016.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Políticas curriculares para combater o racismo.** Página Educação, São Paulo, 2004.

SOBRAL, Cristiane. **Não vou mais lavar os pratos.** Brasília: Athalaia, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-vou-mais-lavar-os-pratos-poesia-de-cristiane-sobral/>. Acesso em: 11 set. 2018.

SOCIOBIODIVERSIDADE. **Ministério do Meio Ambiente**, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/sociobiodiversidade>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade. **Mulheres Negras Resistem - Módulo II:** Nossos Passos vêm de longe. Tema: Estado Democracia e Políticas Públicas. 2018/2019.

TERREIRO de candomblé é destruído. Praticantes recorrem à Assembleia. **Dossiê Intolerância Religiosa**, 2015. Disponível em: <http://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com/2015/06/terreiro-de-candomble-e-destruido.html>. Acesso em: 07 set. 2018.

‘TODO camburão tem um pouco de navio negreiro’ estreia em Fortaleza, nesta quinta, dia 20. **FUNARTE – Fundo Nacional de Artes**, 19 nov. 2014. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/teatro/todo-camburao-tem-um-pouco-de-navio-negreiro-estrea-em-fortaleza-nesta-quinta-dia-20/>. Acesso em: 27 mai. 2018.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

_____. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional:** uma abordagem conceitual. Rio de Janeiro: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2013

ANEXOS

Anexo A – Imagem da Coordenação e Parcerias do Projeto Mulheres Negras Resistem (Fortaleza)



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo B – Imagem da Coordenação e Parcerias do Projeto Mulheres Negras Resistem (Fortaleza)



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo C – Imagem das Mulheres Negras Resistem – edição da equipe de 2018



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo D – Imagem das Mulheres Negras Resistem – edição da equipe de 2018 – (Sarau MNR)



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo E - Imagem das Mulheres Negras Resistem – edição da equipe de 2019

Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo F – Imagem das Mulheres Negras Resistem – parcerias para edição de 2019

Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo G - Imagem das Mulheres Negras Resistem – edição da equipe de 2019



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo H – Imagem das Mulheres Negras Resistem – edição da equipe de 2019



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo I – Imagem do Mulheres Negras Resistem – edição da equipe de 2019



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo J – Imagem do Lançamento da Rede de Mulheres Negras do Ceará



Fonte: Arquivo pessoal.

Anexo K – Imagem do Lançamento da Rede de Mulheres Negras do Ceará

Fonte: Arquivo pessoal.